

REGINA HENRIQUETA LAGO SPITZNER

**SEXUALIDADE E ADOLESCÊNCIA:  
REFLEXÕES ACERCA DA EDUCAÇÃO SEXUAL NA ESCOLA**

MARINGÁ

2005



REGINA HENRIQUETA LAGO SPITZNER

**SEXUALIDADE E ADOLESCÊNCIA:  
REFLEXÕES ACERCA DA EDUCAÇÃO SEXUAL NA ESCOLA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Estadual de Maringá, como requisito para obtenção do título de Mestre. Área de Concentração: Aprendizagem e Ação Docente. Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Solange Franci Raimundo Yaegashi.

MARINGÁ

2005

REGINA HENRIQUETA LAGO SPITZNER

**SEXUALIDADE E ADOLESCÊNCIA:  
REFLEXÕES ACERCA DA EDUCAÇÃO SEXUAL NA ESCOLA**

Dissertação aprovada pelo Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Estadual de Maringá, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, sob a orientação da Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Solange Franci Raimundo Yaegashi.

**COMISSÃO JULGADORA**

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Solange Franci Raimundo Yaegashi (Orientadora)  
Universidade Estadual de Maringá

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Nerli Nonato Ribeiro Mori (Membro Titular)  
Universidade Estadual de Maringá

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Rachel de Maya Brotherhood (Membro Titular)  
Centro Universitário de Maringá

## AGRADECIMENTOS

A **Deus**, modelo de fé e perfeição, pai onipotente e onipresente.

A meus pais, **André** e **Ely**, pelo apoio incondicional e incentivo em todos os momentos de minha vida.

Ao meu sogro **Percy**, que mesmo no plano espiritual foi o mentor para que este sonho se concretizasse. À minha sogra, **Leonor**, pelo carinho e incentivo.

Ao meu marido **Cliceu**, pelo seu apoio incondicional e paciência sempre incentivando e ajudando-me a persistir nesta tarefa.

Aos meus filhos, **Fernanda** e **Rodrigo**, pelos momentos de ausência em suas vidas em função dos estudos e trabalhos.

Aos **meus familiares**, que sempre me acompanharam e torceram por minha vitória.

À minha orientadora, **Solange**, pelo carinho, apoio e competência, ao longo desta caminhada.

À minha amiga **Maria Olésia**, que me socorreu, com bondade, numa das etapas deste trabalho.

À minha amiga **Carmen**, que sempre me incentivou e acreditou em mim.

ÀO MEU MARIDO **CLICEU** E MEUS FILHOS **FERNANDA** E **RODRIGO** PELO INCOMPARÁVEL AMOR, PELA CARINHOSA COMPREENSÃO E PELO INCENTIVO DURANTE A REALIZAÇÃO DESTE TRABALHO.

“NÃO BASTA TER BELOS SONHOS PARA REALIZÁ-LOS. MAS NINGUÉM REALIZA GRANDES OBRAS SE NÃO FOR CAPAZ DE SONHAR GRANDE. PODEMOS MUDAR NOSSO DESTINO, SE NOS DEDICARMOS À LUTA PELA REALIZAÇÃO DE NOSSOS IDEAIS. É PRECISO SONHAR, MAS COM A CONDIÇÃO DE CRER EM NOSSO SONHO; DE EXAMINAR COM ATENÇÃO A VIDA REAL; DE CONFRONTAR NOSSA OBSERVAÇÃO COM NOSSO SONHO; DE REALIZAR ESCRUPULOSAMENTE NOSSA FANTASIA.”

LÊNIN.

## RESUMO

O presente trabalho é de natureza essencialmente teórica e tem por objetivo realizar um estudo sobre a sexualidade e a adolescência ao longo dos tempos, bem como efetuar algumas reflexões acerca da Orientação Sexual – enquanto Tema Transversal instituído pelos Parâmetros Curriculares Nacionais – nas escolas. Para tanto, foi realizada uma retrospectiva histórica da sexualidade desde os tempos primórdios até nossos dias, definindo as práticas, os mecanismos de representação, significação e controle da sexualidade, visando mostrar como estas influenciaram a cultura sexual que afeta nosso dia-a-dia. Buscou-se ainda abordar o adolescente e as mudanças físicas e sócio-afetivas decorrentes desse processo evolutivo já que a adolescência é uma fase de descobertas e experimentações em relação ao sexo e outros aspectos da vida. Por fim, procurou-se tecer algumas reflexões acerca da Orientação Sexual nas escolas, tendo em vista a história da sexualidade e o comportamento dos adolescentes no mundo atual. Ao fazer com que os adolescentes falem sobre sexo, a escola aumenta o controle sobre os indivíduos através de metodologias e práticas que visam produzir sujeitos autodisciplinados no que se refere à maneira de viver sua sexualidade. O objetivo único da Orientação Sexual nas escolas preconizado pelos PCN's é a prevenção de doenças sexualmente transmissíveis e o controle da gravidez precoce, estabelecendo mudanças no modo de ser dos indivíduos e dando novos sentidos aos desejos, prazeres, sentimentos e sonhos dos adolescentes. Por outro lado, muitos professores sentem-se despreparados e inseguros para tratar de questões sobre a sexualidade além de muitos carregarem tabus e valores que lhes foram transmitidos, influenciando a prática pedagógica com julgamentos moralistas e preconceituosos. Dessa forma, chegou-se à conclusão que a escola ao orientar seus alunos deve fazê-lo não somente apresentando-lhes questões biológico-reprodutivas, médico-higienistas e preventivas ou de cunho moral, espiritual ou mística. A escola deve formar adolescentes conscientes, críticos, emancipados despertando-lhes a consciência de si e do outro e reconhecendo como lícito o direito ao prazer e à felicidade. Paralelamente, é fundamental que os professores, além da formação inicial (licenciatura), tenham uma formação continuada (cursos de especialização, cursos de aperfeiçoamento, grupos de estudo etc.) que possa garantir-lhes subsídios para o desempenho de seu papel em consonância com as necessidades dos alunos, da escola e da sociedade.

**Palavras-chave:** Adolescência; Orientação Sexual; Parâmetros Curriculares Nacionais.



## ABSTRACT

Current theoretical research analyzes sexuality and adolescence along history and attempts to reflect on sexual counseling in the school since the latter is a transversal theme instituted by the Brazilian School Curricular Parameters (BSCP). An historical survey on sexuality has been undertaken from primitive times up to the present day. Coupled to the manner these factors influenced our contemporary sexual culture, the practice, mechanisms of representation, meaning and control of sexuality were defined. Since it is a discovery and experimental phase with regard to sex and facts of life, adolescence and its physical, social and affective changes, hailing from the evolution process, were approached too. Finally, sexual counseling in the school was analyzed in the context of the history of sexuality and young people's behavior today. When young people are invited to speak about sex, the school increases its control on the subjects through methodologies and practices that aim at producing self-controlled individuals with regard to the manner they face their sexuality. Sexual Counseling in the school, as has been planned by the BSCP, aims solely at preventing sexually transmitted diseases and the control of early pregnancy. It therefore tries to establish changes in the individuals' behavior and a new meaning to young people's desires, pleasure, feelings and dreams. On the other hand, many teachers consider themselves inadequate and unsure of themselves to deal with problems on sexuality. Actually most teachers have taboos and values that have been transmitted to them and which will surely affect the pedagogical practice through moralist and biased opinions. Consequently, the school should not merely forward to students the biological, reproductive, medical, hygienic, preventive, moralistic, and spiritual problems involving sexuality, but educate young people to be self-aware, critical and independent. Or rather, conscience awareness through the acknowledgement of the right to have pleasure and to happiness is paramount. Further, it is necessary that teachers should not merely have a starting formation (through a university degree) but a continuous training (specialization courses, updating courses, study groups and others) that would warrant them a solid formation for the achievement of their role according to the needs of the pupils, the school and society.

**Key words:** Adolescence; Sexual Counseling; Brazilian School Curriculum Parameters.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	9
<b>1 A HISTÓRIA DA SEXUALIDADE</b> .....	16
<b>2 ADOLESCÊNCIA E SEXUALIDADE</b> .....	82
2.1 ASPECTOS FÍSICOS.....	90
2.2 ASPECTOS SÓCIO-AFETIVOS.....	96
<b>3 A EDUCAÇÃO SEXUAL E A ESCOLA</b> .....	114
3.1 ORIENTAÇÃO E EDUCAÇÃO SEXUAL.....	124
3.2 ORIENTAÇÃO SEXUAL E OS PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS	129
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	147
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	154

## INTRODUÇÃO

A sexualidade é parte integrante da vida do homem, pois está presente desde o seu nascimento até a morte e também nas relações e ações entre as pessoas, ou consigo mesmos, enquanto seres sexuados. A sexualidade é inerente ao ser humano e está presente em todos os atos de sua vida. Encontra-se marcada pela cultura, pela história, pela ciência, assim como pelos afetos e sentimentos, expressando-se com singularidade em cada sujeito.

A sexualidade, sendo um elemento básico da personalidade, determina no indivíduo um modo particular e individual de ser, de sentir, de manifestar-se, de comunicar-se, de expressar e de viver o amor.

A sexualidade não é apenas um conjunto de atos e reflexos herdados, também é construída a partir das possibilidades individuais e de sua interação com o meio e com a cultura, satisfazendo às exigências físicas psicológicas do indivíduo.

Ao longo do tempo, a sexualidade humana tem sido objeto de estudo em várias pesquisas. Também muito se tem falado e discursado como sendo a adolescência a fase em que todas as questões da sexualidade se intensificam, com novas descobertas e experimentações em relação à atração e às fantasias sexuais.

A adolescência é uma fase da vida marcada por mudanças de toda ordem. Os adolescentes se encontram em um mundo de escolhas que se deslumbram aos seus olhos. São livres para escolher entre as mais variadas atividades, deparam-se com diversos códigos morais e encontram-se frente a uma série de grupos diferentes, que têm crenças, costumes e práticas diversas.

As mudanças biofisiológicas fazem com que o corpo se transforme rapidamente obrigando a uma reorganização intrapsíquica muito profunda, além de causar alterações no comportamento e em sua identidade.

Concomitantemente, o jovem se vê atraído pela sociedade tecnológica, complexa e veloz, na qual o apelo da máquina consumista é irresistível. O capitalismo inaugura um progresso enorme em relação às comunicações que agora são o novo aparelho ideológico de enquadramento das massas consumidoras; cria-se a “aldeia global” onde todos se sentem integrados. Em comum, os adolescentes mudam de um canal para o outro na televisão. Vão da internet para o telefone, do telefone para o vídeo e retornam novamente à internet. Os jovens têm à sua disposição todo e qualquer tipo de informação, que traz um forte apelo à sexualidade.

O adolescente vive num ambiente sexualizado e, os discursos sobre sexualidade entrelaçam todas as esferas da vida diária apresentam-se confusos, apelativos, mistificadores e enquadradores. Segundo Nunes (1997, p.11),

[...] cada vez mais o consumismo e a pornografia alimentam adolescentes e jovens com sua superficialidade grotesca e objetual,

confundindo a quantificação de discursos sobre o sexo ou de atos sexuais como uma verdadeira libertação sexual.

Essas mudanças refletem-se nos valores, nos comportamentos, no modo de vestir, na música, no vocabulário, nas formas de se relacionar. As descobertas científicas, os métodos anticoncepcionais estão ao alcance de todos. A indústria do sexo acaba transformando algumas concepções mais tradicionais e preocupando alguns setores da sociedade.

Cada vez mais a família se vê tolhida no discurso sobre a sexualidade. O discurso religioso é cada vez mais contraditório e conservador. O Estado, por sua vez, agente controlador da escola, se mantém numa posição, segundo Nunes (1997, p.16), “menos comprometida moralmente e mais técnica, vendo a questão sob o ponto de vista demográfico, biológico, profissional e político”.

Como uma realidade essencialmente humana, a sexualidade não pode permanecer como assunto restrito das ciências biológicas, valorizando os aspectos físicos e os hábitos saudáveis. Não se pode tratá-la ao nível do senso comum, expondo concepções superficiais e pessoais como verdadeiras, acabadas, adotando seus valores como universais, enfim, abordando a sexualidade de maneira simplista, primária e, sobretudo de maneira preconceituosa como tem sido tratada no meio escolar.

Muitas vezes, o intuito da escola, segundo Enderle (1988, p.46),

é justamente promover a desqualificação sexual, esvaziando a sexualidade de conteúdos gratificantes, descolorindo-a e substituindo-a por uma intoxicação improfícua de informações sobre

a fisiologia do corpo humano, anatomia dos órgãos reprodutores numa narrativa fria e técnica, onde, infalivelmente, são omitidas informações sobre o prazer, tema tabu nas abomináveis lições de sexualidade. A escola cumpre, assim, juntamente com a família e a sociedade, sua função dessexualizante, visando salvaguardar as instituições. [...] O objetivo da escola em suas bases, identificam-se com os da família: obediência irrestrita, respeito pela autoridade, repetição de fórmulas comportamentais determinadas previamente, ou seja, submetimento total ao sistema, quando o papel da escola deveria ser exatamente o contrário: levantar as contradições deste sistema no qual está inserida.

Assim, a questão da sexualidade deve ser tratada com muita seriedade no meio escolar, pois ao educador compete o desafio de encontrar um meio justo de transmitir as contradições existentes de maneira honesta e significativa. Ao se propor a realizar a tarefa educativa, o professor inicialmente precisa conhecer a si próprio, conhecer a história dos homens e das sociedades através dos tempos.

Nesse sentido, por termos realizado anteriormente um trabalho de pesquisa, em nível de especialização, acerca do adolescente e seu mundo familiar e escolar e, por ser um tema inquietante para todo educador, é que houve de nossa parte um interesse maior em desvendar aspectos da sexualidade na adolescência e fazer uma reflexão acerca da Educação Sexual que vem sendo proposta às escolas.

Assim, a problemática que se pretende investigar pode ser colocada da seguinte forma: que contribuições os Parâmetros Curriculares Nacionais podem trazer à escola tendo em vista os comportamentos dos adolescentes no que se refere à sexualidade? Em outras palavras, como se pode compreender a Orientação Sexual nas escolas, tendo por base a história da sexualidade e o próprio desenvolvimento do adolescente no mundo atual?

Portanto, retomando as considerações acima, o objetivo desse trabalho é realizar um estudo sobre a sexualidade e a adolescência ao longo dos tempos e efetuar algumas reflexões sobre a Orientação Sexual realizada na escola já que esta tem sido convocada a enfrentar as transformações das práticas sexuais contemporâneas, principalmente na adolescência, uma vez que seus efeitos se fazem alardear no cotidiano escolar.

O percurso dessa análise, portanto, parte da pesquisa realizada em autores como Ariès, Foucault, Marx, Tannahill, Quintella e Dietrich, Erikson e outros que fundamentam e embasam este trabalho teórico.

Assim, o trabalho está organizado de forma a apresentar, no primeiro capítulo, uma retrospectiva histórica da sexualidade humana, desde os tempos primórdios até nossos dias. Isto se fez necessário, pois as relações sexuais são relações sociais construídas historicamente em determinadas estruturas, modelos e valores que dizem respeito a determinados interesses e épocas diferentes.

Neste capítulo foram definidos as práticas, os mecanismos de representação, significação e controle da sexualidade, desde os tempos primitivos, passando pelas civilizações greco-romana, pela cultura hebréia, pelas civilizações orientais e ocidentais visando mostrar como estas influenciaram a cultura sexual que afeta o nosso dia-a-dia.

Ainda neste capítulo buscou-se apresentar a sexualidade na contemporaneidade bem como a expansão do “sexo”, pela indústria da comunicação e da propaganda.

Procurou-se enfatizar que o jovem, em contato com o mundo sexualizado e massificado, não percebe o bombardeamento dos meios de comunicação de massa que a tudo controla, planeja e determina, inclusive as relações sexuais entre as pessoas. As novas descobertas, o avanço científico e tecnológico, a indústria cultural, massificam o indivíduo, tornando quase impossível sua emancipação, espontaneidade e espírito crítico.

No segundo capítulo, buscou-se abordar o adolescente e as mudanças decorrentes do processo evolutivo. Com o início da puberdade, todo o organismo é invadido pelas transformações biológicas gerando intranqüilidade e insegurança. Sem saber ao certo o significado de sua sexualidade e de como dispor dela, o adolescente vai, pouco a pouco, descobrindo os mistérios e os devaneios que essa situação atraente e angustiante lhe desperta.

No terceiro capítulo, por sua vez, procurou-se tecer algumas reflexões acerca da Educação Sexual na escola tendo em vista a história da sexualidade e o comportamento do adolescente nos dias atuais. Este é um tema bastante polêmico, pois não se tem uma data precisa de quando esta foi instituída na escola como parte integrante do currículo. Apesar das grandes transformações ocorridas ao longo dos últimos anos, a escola tem sido, cada vez mais, convocada a enfrentar as questões relativas à sexualidade.

Por último, nas considerações finais, será ressaltada a importância da compreensão de que a adolescência é uma fase de transição e que, tanto a família quanto os



educadores, devem conhecer as transformações ocorridas neste estágio para ajudar o adolescente a ultrapassar mais esta etapa com segurança, equilíbrio e autonomia.

Ainda nas considerações finais, a sexualidade será discutida enquanto parte integrante do ser humano, especialmente no adolescente enquanto objeto de estudo, e a inserção da Orientação Sexual nas escolas, articulada às demais disciplinas.

# 1 A HISTÓRIA DA SEXUALIDADE

De acordo com Quintella e Dietrich (1992, p.9), a sexualidade está presente desde o nascimento até a morte, porém a forma de vivenciá-la é que se modifica ao longo da história da humanidade, influenciando os relacionamentos entre os sexos.

Para discorrermos sobre sexualidade, é necessário fazermos um resgate histórico da evolução sexual, abordando aspectos econômicos, sociais, culturais, biológicos e religiosos nas diferentes sociedades desde os tempos mais remotos até nossos dias, pois não se pode falar sobre sexualidade de maneira fragmentada, dividida, estanque. As relações sexuais são relações sociais construídas historicamente em determinadas épocas, envolvendo valores, modelos e estruturas.

Segundo Quintella e Dietrich (1992, p.11), ao escrever a “Origem das Espécies”, Darwin afirmou que não houve nenhum ato de criação; que o Homem não fora criado à imagem e semelhança de Deus, entretanto, assim como as demais espécies do mundo, esse surgira de alguma forma primitiva de vida.

O *Ramapithecus* seria, dessa forma, o ancestral direto do homem e, no decorrer de milhões de anos, esse trocou a vida nas árvores pela vida no solo. Fazendo suas migrações, ia conquistando novos espaços de alimentação, pois não era capaz de produzi-los e, a caça e a pesca contribuíram para a modificação da alimentação,

antes exclusivamente vegetal. A ingestão de carne forneceu-lhe uma quantidade extra de proteínas acelerando a evolução do néocortex cerebral, fonte do raciocínio e da simbologia.

O *Ramapithecus* precisava ser cada vez mais dinâmico para obter alimentos e lutar contra animais ferozes. Dessa forma, descobriu também, que duas mãos eram muito mais úteis que quatro pés, dispensando-as para o ato de caminhar no chão e assumindo uma postura cada vez mais ereta.

Quanto ao acasalamento, na posição primata costumeira, a fêmea apresentava o posterior ao macho atraindo-o para o intercurso breve e com finalidade instintiva. Nessa posição, o macho possuía apenas uma visão do posterior de seu parceiro sexual. A fêmea não tinha visão alguma.

Não se conhece, porém, quando os sucessores do *Ramapithecus* adotaram a posição frontal de acasalamento: se pelo *Australopithecus* (mais macaco que homem), se pelo *Homo erectus* ou pelo pré-humano *Homo habilis* (homem manual) ou pelo *Homo sapiens* (pai do homem moderno).

Entretanto, nessa nova posição, o sexo se tornava ativamente agradável e instintivamente premeditado, visando à manutenção do casal e à proteção da mulher e dos filhos. Nesse contexto, o orgasmo feminino emergiu em resposta à nova postura. Na posição frente a frente, o rosto começou a ganhar importância entre os sexos.

O hábito monogâmico foi atribuído ao fato de a fêmea não se encontrar sujeita a um ciclo estral, ou seja, a fêmea não se mostrar receptiva apenas em um ou dois dias de fertilidade, mas estar sexualmente disponível para que o macho satisfizesse seu impulso sexual, acentuando, dessa forma, a fidelidade do casal.

Por volta do ano 10000 a.C., na era paleolítica, o homem primitivo era nômade não só por necessidade como também por escolha. Quando acabava a caça e a vegetação se tornava escassa pelas mudanças climáticas, era necessário seguir em frente. A mudança, do campo aberto para as cavernas, e o domínio do fogo, tiveram um efeito revolucionário no processo humanizante e as separações e os agrupamentos deram início à idéia de família.

Segundo Campos (1981, p.5),

as comunidades do paleolítico possuíam um certo grau de sedentarização, mas também viviam se deslocando em perseguição aos animais que caçavam. A necessidade da colaboração, principalmente para os grandes empreendimentos de caça, deve ter gerado, no final do período, o aparecimento dos primeiros clãs, famílias extensas onde várias gerações se sobrepõem. Os clãs do paleolítico eram matriarcais, uma vez que os homens, em sua atividade de caça, viviam se deslocando mais constantemente, deixando às mulheres toda e qualquer forma de governo familiar.

O paleolítico era dominado pelo matriarcado, pelo culto e valorização do elemento feminino e assim permaneceu por milhares de anos. As mulheres possuíam o sentido da observação, da experimentação e pesquisa de novas tecnologias para a subsistência e produção da vida.

No final da era paleolítica, era “natural” para a fêmea humana ficar grávida e amamentar durante um longo tempo de sua vida adulta, como também era “natural”,

homem e mulher entregarem-se ao ato sexual somente para satisfação física. Apesar da mulher passar a maior parte de sua vida grávida, não eram muitas as crianças que chegavam a nascer. Dentre as nascidas, poucas conseguiam sobreviver pelo alto índice de desnutrição, falta de higiene e doenças.

A gravidez, nesse estágio, não incapacitava as mulheres como nas sociedades avançadas. As mulheres exercitavam-se, continuamente, recolhendo aquilo que o homem caçava. A segurança e a estabilidade provocadas pela vida em cavernas influenciaram a estrutura interna da tribo. As condições de frio eram adequadas às caças maiores, sendo necessário um empreendimento em cooperação, surgindo daí as negociações entre as tribos. Esse contato intertribal colocou um ponto final em todos os relacionamentos incestuosos, pois a união sempre dentro de um grupo social tornava inevitável a consangüinidade, onde o incesto surgia como o primeiro tabu da humanidade.

No período neolítico, que se iniciou por volta do ano 9000 a.C., homens e mulheres tornaram-se agricultores e criadores de gado modificando não apenas o padrão de existência humana como também toda a vida na terra. É no neolítico que encontramos as primeiras formas de religião. O poder é patriarcal, isto é, a família é dominada pelo homem com a função de pai e chefe. Os homens passaram a controlar o poder real, o exército, as formas de defesa, luta e guerra, o poder religioso e ideológico, assumindo funções sacerdotais e mágicas.

Nesse período, a mulher cuidava da lavoura e da casa. Engravidava e tomava conta do filho, ignorando os fatos biológicos da vida. A função biológica da menstruação

era desconhecida, era inexplicável e, por não ser compreendida, era algo que causava temor. Era magia, feitiçaria ou alquimia.

Com o passar do tempo, percebeu-se que o início da menstruação era sinal de maturidade física na qual a mulher estava apta a ter filhos.

Segundo Tannahill (1983, p.48),

se o sêmen era o catalisador místico do processo que se encerrava com o parto, então a menstruação, que demonstrava o fracasso da mulher em conceber, devia ter surgido como um insulto ou rejeição, uma sangria que negava brutalmente ao homem seu novo papel como produtor de filhos.

O homem poderia ter um harém, se quisesse e caso pudesse defendê-lo. O conceito de “meu filho” exigia que a mulher fosse monógama, daí a necessidade de ser contida e reservada. Nessa sociedade, a mulher era propriedade do homem assim como os animais que ele pastoreava.

Estima-se que a população mundial, por volta de 9000 a.C., era de aproximadamente três milhões de habitantes. Essa explosão demográfica foi causada por uma melhoria substancial na nutrição. Mais filho significava mais ajuda na lavoura que produzia abundantemente. Uma nutrição superior aumentava a fertilidade e a perspectiva de vida significando, para a mulher, um aumento de anos para conceber.

No final desse período, a população atingiu uma qualidade mais dinâmica, em virtude da diversidade genética, aliada a uma alimentação mais elevada e à nova auto-segurança da humanidade.

Por volta do 3º milênio a.C., na cultura hebréia, foi o homem que delineou a sociedade. Os hebreus, cuja fonte de conhecimento era a Bíblia, possuía um Deus concebido como Homem, senhor e primeiro patriarca que exigia fidelidade exclusiva e era juiz implacável. Nessa sociedade a mulher era inferiorizada. Além de ancorar a mulher a seu lar, delimitando o relacionamento com sua família e proibindo-a de aparecer diante de estranhos, era necessário aprisionar-lhe a mente de maneira tão eficaz como o corpo. A mulher era propriedade do pai durante a infância, e do marido, a partir dos 11 ou 12 anos, quando o casamento era consumado. Esse era um contrato familiar entre senhores e a mulher possuía um preço que posteriormente se transformou em dote.

A mulher, sendo propriedade do marido, encontrava-se na mesma escala dos escravos, dos bois e jumentos que, na época, eram animais valiosos.

Segundo Tannahill (1983, p.67), a esposa hebréia partilhava os favores sexuais do marido com uma ou mais esposas e concubinas secundárias, ficaria divorciada se ofendesse o marido e seria apedrejada até a morte se fosse infiel. Era a poliginia que, mais tarde, foi substituída pela monogamia. Todavia, ter mais de uma esposa dependia da consciência e das condições financeiras de cada um.

Os hebreus destinavam o sexo à procriação dos filhos, que era uma tarefa destinada por Deus. Feliz o homem cuja família era numerosa. Era sábio ter filhos, logo, a relação sexual tornava-se bem vista. O aborto era crime, pois evitando-se que um filho homem fosse trazido ao mundo, estaria sendo negado ao pai, o direito de sobreviver através do filho.

A imortalidade do povo se dava através da linhagem familiar. Ter um filho significava a continuidade pós-morte, enquanto ter uma filha era sinal de futuro prejuízo em razão do dote que o pai deveria dar ao futuro genro.

A fertilidade do casal e o cuidado adequado às crianças poderiam fazer com que o povo eleito – filhos de Israel – se multiplicasse. Um homem casado recentemente era dispensado de suas obrigações durante um ano para “ser feliz com a esposa a quem tomou” e iniciassem uma família prontamente.

Para os hebreus, o sêmen era fonte da vida e próprio do homem. A mulher, por não o ter, era considerada um vaso receptáculo da semente. Assim, a homossexualidade e a masturbação eram condenadas entre os homens, pois significavam desperdício de sêmen e forma de desagradar a Deus. Por outro lado, eram permitidas às mulheres e, muitas delas tornavam-se prostitutas, por não encontrarem outro meio para permanecerem vivas.

Entre os gregos, nobreza de espírito, simetria e beleza eram indissociáveis. Esses aspectos deveriam estar integralmente relacionados. Um não poderia viver sem o outro, pois um corpo atraente e simétrico deveria conter um espírito magno.

Os gregos criaram um mundo aventureiro e amoral. Concebiam o sexo entre os deuses fogosos e também entre um homem e um deus.

A pederastia traduzia-se na atração sexual de um adulto por um menino que já passara pela puberdade, mas ainda não atingira a maturidade. Nessa relação, o



adulto tornava-se responsável pelo desenvolvimento moral e intelectual do menino tratando-o com delicadeza e afeição. Entre os gregos, a pederastia tornou-se um ramo da educação superior e não era condenada, por não ser considerada um desviante sexual. Os jovens eram alugados por hora ou em uma base contratual e havia uma vasta legislação sobre o relacionamento homem-rapaz. Sólon, no início do século VI a.C., afirmou que a pena de morte caberia àquele que fosse encontrado sem autorização, com jovens, antes da idade da puberdade. Também declarou ilegal, um escravo ter ligação com um jovem nascido livre e, qualquer homem, teria seus direitos cívicos tolhidos pelo resto da vida, se incentivasse um jovem livre a oferecer seus encantos.

Na sociedade grega, o escravo era empregado praticamente em todas as atividades econômicas, possibilitando ao cidadão grego, tempo disponível para dedicar-se às atividades culturais, políticas e físicas. Em outras palavras, graças à não-liberdade dos escravos, os cidadãos poderiam gozar da mais absoluta liberdade. Durante a era da escravatura, o trabalho físico, requisito essencial para a criação de condições materiais de existência, cabia sobretudo ao escravo, que odiava o seu trabalho e só o fazia à força.

O casamento era monogâmico não por razões religiosas, mas seculares, pois o sistema de heranças e propriedades exigia origem conhecida de cada geração. No entanto, era permitido que os homens tivessem relacionamento extra-conjugal, ao contrário da mulher.

Na Grécia, as mulheres eram tratadas com desdém e não possuíam direitos políticos nem legais. Não recebiam qualquer tipo de educação formal e eram obrigadas a passar a maior parte do tempo encerradas no gineceu – aposento da casa – destinado somente a elas.

As mulheres eram submetidas ao pai e a casamentos arranjados. Não saíam sozinhas; raramente faziam refeições com os maridos e nunca, se havia convidados. O marido poderia repudiá-la por motivos banais, mas o mesmo não aconteceria com elas, pois o adultério e a pederastia não eram considerados crimes.

Por volta do primeiro milênio a.C., a mulher era considerada um bem. Para os gregos ela era somente *gyne*, cujo significado é “portadora de filhos”. Os homens consideravam todas as mulheres como irracionais (por lhes ter sido negada a instrução), hiperssexuadas (por se queixarem de que os maridos raramente dormiam com elas) e moralmente defeituosas (por criticarem os maridos ao perderem tanto tempo filosofando na Assembléia, quando deviam estar ganhando a vida fora dali).

Para os gregos, uma boa esposa deveria ser casta, sensata, saber fiar, tecer, costurar, ser capaz de administrar a casa com sabedoria e as tarefas adequadas aos empregados, gerar filhos, ser econômica com o dinheiro e bens do marido.

Nem sempre as esposas negligenciadas se queixavam, pois a despeito das dificuldades, encontravam satisfação sexual através da masturbação e da homossexualidade. Para elas a masturbação era uma válvula de segurança e, como utilizavam com freqüência “olesbos” ou “dildos” (pênis artificial), estes

proporcionavam a satisfação solitária tanto a elas como às tribades (homossexuais). Safo, diretora de uma academia para mulheres e notável poetisa, era habitante de Lesbos. Sendo a mais famosa homossexual daquela época, seu nome e o da ilha onde viveu, deram origem ao “amor lesbiano”, ou lésbico, em substituição ao tribadismo.

Na sociedade grega, havia as hetairas para o prazer dos homens; as concubinas para satisfazerem as necessidades diárias e as esposas que lhes davam filhos legítimos e administravam a casa.

As hetairas eram cortesãs de alto nível. Eram belas, talentosas, inteligentes e muitas vezes tinham conhecimentos de literatura clássica e em contas de lucros e perdas. Apesar de serem de baixa origem, desde a infância eram treinadas nas artes sociais e aceitas pelas qualidades de suas mentes e pelos corpos voluptuosos. Os homens apreciavam as hetairas pelo fato de serem exímias em todas as coisas que aqueles mesmos homens proibiam que suas esposas aprendessem.

As hetairas sabiam que seus encantos não eram duradouros, ter muito dinheiro guardado, porém, era o objetivo que deveria norteá-las.

As concubinas, na escala social, vinham logo abaixo das hetairas. Elas não alcançavam nem a independência das hetairas nem a proteção assegurada à esposa. Quando o senhor se cansava delas podia vendê-las para um bordel, onde se poderia tê-las por uma pequena soma sem nenhum risco.

Outra figura da época era a prostituta de rua, identificada assim por calçar sandálias onde estava impressa, no reverso da sola, uma mensagem, que se imprimia na terra, e podia assim ser lida: “siga-me”.

A prostituição floresceu muito em cidades onde havia intenso movimento de trânsito. Corinto, com seus dois portos e ativo comércio marítimo, atraía mulheres para servir aos marinheiros em terra. Também o templo de Afrodite contava com mais de mil hetairas dedicadas ao serviço da deusa e de seus adoradores.

Entre os romanos era valorizado o corpo forte, o herói. Para eles, era importante a luta, a guerra, o poder, a força, o Direito e, a vida do povo, girava em torno desses valores.

Até o século V a.C., a maioria das romanas tinha uma existência de “retidão inatacável”; porém no início do século II a.C., o poeta Juvenal disse que a castidade era uma virtude raramente observada em Roma.

Em Roma, esposa e filhos constituíam bens dos homens da família. No final do primeiro século a.C., o marido tinha o direito legal de matar a esposa no ato, caso fosse apanhada em adultério. Também poderia divorciar-se caso ela tivesse uma conduta perversa e repugnante, lassidão moral e sexual e ser estéril. Ter filhos e administrar a casa era considerado apenas parte das obrigações de uma mulher, pois esperava-se que ela participasse ativamente dos negócios da família.

As mulheres romanas tiveram uma vida menos confinada que as de outros países, entretanto, possuíam consciência de seu próprio valor, o que lhes davam grande confiança.

Em Roma, tradicionalmente havia três tipos de casamento: a *confarreatio*, semelhante aos casamentos religiosos da igreja católica; a *coemptio*, que assemelhava-se à moderna cerimônia civil; o *usus*, um tipo de casamento de experiência, em que os noivos só se uniam legalmente após um ano de vivência em comum. Durante este ano, a noiva pertencia à família paterna e, depois disso, passava a pertencer total e legalmente à do marido.

Como os romanos possuíam uma tendência belicosa, essa obrigava-os a ficar fora de casa por um longo tempo, guerreando meses a fio. Daí surgiram os eunucos, homens castrados que acompanhavam as mulheres. Eram homens de boa aparência, sem capacidade sexual, que se tornavam leais aos patrões, os quais lhes poderiam tornar ricos ou colocá-los em postos de destaque.

Em 131 a.C., as mulheres podiam divorciar-se do marido por quase nenhum motivo e isso acontecia com crescente e entusiasmada frequência. Entretanto, anos mais tarde, o Imperador Augusto instituiu uma lei, levando o adultério para o domínio público e introduzindo penalidades legais. Essas penalidades eram aplicadas principalmente contra as mulheres e, só mais tarde, é que os maridos adúlteros foram sujeitos às mesmas regras. As mulheres eram banidas de seus dotes constituindo-se ofensa criminal para qualquer homem casar-se com ela. Seu amante também era banido, embora não para a mesma ilha que a mulher em questão.

O romano era levado ao casamento pela perspectiva de um filho herdeiro, além da certeza de uma “transfusão” de dinheiro, feita pelo dote tradicional.

Naquela época havia um número bem maior de homens que mulheres. Isso se deveu a uma exigência das “leis de Rômulo”, que impunha aos pais que criassem todos os filhos homens e a primeira mulher a nascer.

Os bebês indesejados, os meninos ilegítimos, deformados ou cujo nascimento trazia maus presságios, podiam ser adotados e criados como escravos ou deixados à morte, em cestas expostas ao tempo. Mais tarde, o infanticídio foi proibido, embora a negligência materna tenha tido a mesma eficácia.

Em 18 a.C., os romanos tinham consciência dos riscos de uma natalidade baixa e, por isso, o Imperador Augusto decretou que as viúvas deveriam tornar-se a casar em dois anos e as divorciadas em 18 meses. Havia recompensas que encorajavam a natalidade, porém com essa lei, o adultério proliferou, mas não teve efeito sobre a taxa de nascimento.

Assim, o império romano foi se decompondo lentamente durante trezentos ou quatrocentos anos, já na Era Cristã. A escassez de mão-de-obra, a falta de policiamento das fronteiras, a má administração do império e a invasão dos bárbaros foram as causas mais importantes que levaram à desintegração do império romano.

Enquanto o império se fragmentava, a Igreja conseguia manter-se firme e bem sucedida em unir a heterogeneidade reinante, pois durante as conquistas, os romanos haviam trazido prisioneiros de raças e culturas diferentes para Roma.

A Igreja demonstrava interesse pela estabilidade social através da moralidade cristã investida de autoridade religiosa. A lei moral empregada era respaldada por ameaças com o fogo do inferno e do fim do mundo, atingindo a todos indiscriminadamente. Essa moralidade era extraída de três fontes: de partes do Antigo Testamento, do Novo Testamento e dos comentários e meditações dos primitivos pensadores cristãos.

No século 1 d.C., São Paulo apontava que o celibato era superior ao casamento. Mas, como o sexo com prostitutas era inadmissível, o sexo com as esposas poderia ser uma experiência religiosa aceitável. Paulo condenava a homossexualidade, o adultério e a prostituição e propunha um ideal de mulher, uma mulher submissa e obediente ao marido.

São Jerônimo, no século IV d.C., era antifeminista e defensor do celibato, associado ao ideal de virgindade. Desprezava o matrimônio, prezando a continência permanente e chamando o intercuro sexual de imundo, pois para ele, a mulher era “instrumento do demônio” para corromper os homens puros. Essa doutrina influenciou muito a Igreja primitiva e a sociedade medieval.

Foi Agostinho quem disseminou entre os padres da Igreja, um sentimento de que o ato sexual era fundamentalmente repulsivo e que a culpa não jazia em Deus, mas

em Adão e Eva, quando esses caíram em pecado. Ele acreditava que a transgressão cometida por Adão e Eva persistia na humanidade e que sexo e luxúria eram tão vergonhosos da mesma forma que, toda criança dele nascida, nascia em pecado.

A moral sexual de Agostinho foi a base doutrinária da moral cristã e era extremamente rígida e negativa. Ele escreveu argumentos condenatórios contra a anticoncepção com drogas, contra a interrupção do ato sexual, bem como todo tipo de intercurso sexual.

Para os sacerdotes, a mulher, como um todo, e o homem, da cintura para baixo, eram impuros, vergonhosos, criações do demônio.

O celibato era o símbolo da autoridade moral. Contudo, nessa época, podiam ser aceitos homens casados para ordenação; os solteiros, porém, não podiam casar-se depois de ordenados.

A homossexualidade era vista, pelos padres, como imunda; um perigo para o Estado e para a Igreja por ferir a moralidade cristã. No início do século IV o batismo era proibido ao homossexual, assim como a instrução na fé, embora esse desvio se fizesse presente entre os sacerdotes.

Em 567, sabedor disso, o Concílio de Tours reforçou a regra beneditina proibindo que dois monges dormissem na mesma cama, além de que, as lâmpadas deveriam permanecer acesas durante a noite.



A Igreja via o casamento como uma série de concessões à fraqueza humana – como necessidade de companheirismo, sexo e filhos, e fazia o possível para combatê-lo.

De acordo com Tannahill (1983, p.158),

certos teólogos recomendavam a abstenção nas quintas-feiras, em memória da prisão de Cristo; nas sextas-feiras, em memória de sua morte; aos sábados, em honra à Virgem Maria; aos domingos, em homenagem à Ressurreição e às segundas-feiras em comemoração aos mortos. As terças e quartas-feiras eram amplamente abrangidas por uma proibição de intercurso durante jejuns e festivais – os quarenta dias antes da Páscoa, Pentecostes e Natal; os sete, cinco ou três dias antes da Comunhão, e aí por diante.

O cristianismo instaurou uma melhoria na posição das mulheres. Se por um lado, a impossibilidade de gerar filhos não era motivo para o divórcio, por outro, seu status legal e social praticamente não se alterou.

As penitências não eram o produto de algum órgão central, e sim elaboradas por autores que pareciam ter um amplo conhecimento teórico sobre as excentricidades sexuais. As penitências variavam e constituíam-se de jejuns, de abstinência de comida e bebida, de sexo e de tudo que fosse compreendido como auto-indulgência.

No decorrer do tempo, avolumaram-se os preceitos e dogmas repressores e normatizadores da sexualidade, tanto procriativa como matrimonial. Contudo, a Igreja não conseguiu conter a sexualidade entre as classes populares. Proliferaram-se as relações primárias, comunitárias. As casas não possuíam quartos separados entre homens e mulheres; a linguagem era rica e picante, as músicas, as danças,

as piadas enfim, deixavam transparecer a voluptuosidade e a sexualidade. Sexo com animais, sexo entre clérigos, tudo era proibido, porém continuamente praticado. Os banhos públicos e a nudez, no entanto, ainda eram comuns.

Enquanto os clérigos advogavam a abstinência sexual como o único caminho para o céu, os homens, do mundo asiático, tinham uma concepção sobre a sexualidade totalmente oposta.

Os chineses proclamavam que quanto mais fossem as mulheres com quem um homem mantivesse relações sexuais, maiores seriam os benefícios decorridos do ato. Essa era uma das doutrinas do Tao, o “Caminho”, a “Senda Suprema da Natureza”, uma filosofia que impregnou todo o pensamento e a sociedade chinesa por mais de 2000 anos.

Seus seguidores acreditavam que a longevidade, a felicidade e a imortalidade seriam alcançadas se os homens pudessem aprender a viver em perfeita harmonia com a natureza. Segundo eles, todos os elementos da natureza se encontram em permanente estado de avanço ou recuo, de expansão ou contração; “não existe ativo sem um passivo correspondente; nenhum positivo sem um negativo compensador”. Daí, a interação entre a força passiva yin, e a ativa yang, que se fundiam para impulsionar o ch’i – a essência vital, o hálito da vida, o Caminho, o Tao.

Segundo Tannahill (1983, p.180),

como havia sido o exercício da mente e da vontade que tinha levado a humanidade a desviar-se da Senda natural, as disciplinas que a levariam de volta a ela teriam que ser, necessariamente, disciplinas do corpo. Uma das mais importantes dessas disciplinas era, sem dúvida, o sexo, cuja relevância tinha fácil explicação, sem necessidade de apelar-se para o simbolismo demasiado obscuro. Pouco esforço de imaginação era requerido para reconhecer-se que o intercuro sexual era o equivalente humano da interação entre as forças cósmicas entre o yin e yang.

Segundo os chineses, o sexo era um dever sagrado que deveria ser executado com certa freqüência e de modo consciente para realmente se alcançar a harmonia com a Senda Suprema. Sendo esse o caminho para o céu, não havia motivo para silenciar-se a respeito, daí surgindo os primeiros e mais detalhados manuais de sexo conhecidos no mundo. Tais livros eram um trabalho sério, com o objetivo de educar seus leitores na maneira de alcançarem a harmonia entre o yin e o yang.

Os manuais chineses foram divididos em seis partes, segundo Tannahill (1983, p.183),

a primeira abrangia comentários introdutórios sobre o significado cósmico do encontro sexual; em seguida, vinham recomendações sobre as carícias preliminares; depois uma descrição do ato do intercuro, incluindo técnicas e posições aprovadas. Tendo sido manejado o lado prático, seguiam-se seções sobre o valor terapêutico do sexo, como escolher a mulher certa e como ela deveria conduzir-se durante a gravidez. A última parte continha receitas e prescrições úteis.

A harmonia entre o yin e o yang era a preocupação máxima dos manuais, sendo o intercuro o primeiro passo para alcançá-la. Essa filosofia demonstrava um interesse maior nas propriedades cósmicas do sêmen de um homem do que nas humanas reprodutoras, porém reconhecia que o desejo de produzir filhos era um fato natural.

De acordo com Tannahill (1983, p.187), os chineses acreditavam que se um homem mantivesse relações sexuais com várias mulheres durante uma noite, isso seria

benéfico, pois caso contrário, a energia vital da mulher enfraqueceria e esta não ofereceria condições de satisfazê-lo.

Quando um homem se privava de sexo, os chineses acreditavam que sua mente ficaria irrequieta e que o espírito sofreria, daí a importância de tanto o homem quanto a mulher demonstrarem boa disposição e ânimo.

As mulheres poderiam não ser belas, mas deveriam ser agradáveis, bem educadas, miúdas, rechonchudas, bem feitas de corpo e, de preferência, que não tivessem atingido a maturidade. Os manuais traziam sérias recomendações e técnicas que deveriam ser utilizadas com uma parceira de primeira vez. Deveria haver, no ato sexual, ternura, consideração, exploração, suaves carícias, palavras tranquilizadoras e beijos delicados. Os beijos somente poderiam ser dados em ambientes íntimos, jamais praticados em lugares públicos. Uma mulher que fosse beijada por um homem em público estaria agindo como uma prostituta barata.

A masturbação era permitida às mulheres, pois seu suprimento de yin era inexaurível, por outro lado, era condenada para os homens pelo desperdício que acarretava. Os chineses temiam a poluição noturna, pois acreditavam que algum espírito, disfarçado de mulher, vinha roubar-lhe a energia yang, através do intercuro durante o sono.

Os chineses não se opunham à realização do sexo grupal, sendo comum por volta do século IV. Um verdadeiro exército de homens usava uma faixa de cor amarela em volta da cabeça e praticava disciplinas sexuais grupais em noites de lua cheia. O

sexo era praticado em grupo com a finalidade de ficarem “shih tsui”, isto é, isentos de culpa.

A homossexualidade masculina era permitida. Vários imperadores da dinastia Han eram mais bissexuais que propriamente homossexuais. Anos mais tarde, os chineses passaram a acreditar que pais bissexuais, geralmente tinham filhos hermafroditas ou monstros antinaturais, capazes dos crimes mais hediondos.

Aceitava-se o lesbianismo com indiferença, pois esse era o resultado da convivência natural das numerosas esposas e concubinas que viviam juntas nos aposentos das mulheres.

Com o passar do tempo, o conhecimento dos manuais chineses diminuiu e os acessórios mecânicos para satisfação sexual, assim como as drogas usadas como afrodisíacos, começaram a ser inventados e utilizados tanto pelos homens quanto pelas mulheres.

Por volta do século II a.C., o pensamento de Confúcio começa a ganhar força e se opunha a tudo o que os taoístas acreditavam como verdadeiro. O confucionismo surge para satisfazer às necessidades da sociedade e do Estado.

Um dos elementos principais do confucionismo era a família, que deveria ser ordenada e unida de acordo com o conceito taoísta da criação.

O homem deveria ser o elo de ligação entre seus ancestrais e seus filhos. As mulheres eram consideradas inferiores e se constituíam numa necessidade biológica

para a produção de filhos homens, os quais iriam continuar administrando as necessidades “dos ancestrais”.

O desejo por filhos homens, o sistema polígamo, o sexo e proporção de classes da população eram todos interdependentes. Um chefe de família de classe média possuía entre três e doze esposas e concubinas, enquanto os membros da nobreza chegavam a possuir trinta ou mais.

O casamento era arranjado e o intermediário verificava se a descrição da propriedade correspondia à realidade, isto é, se a mulher era virgem intacta, não possuía nenhuma debilidade estrutural evidente, pais aceitáveis e nenhum impedimento legal ou social para o preço ser fixado. Os direitos, de cada esposa ou concubina, tinham de ser respeitados, pois era um dever do marido prover suas mulheres não somente economicamente, como também emocional e sexualmente. As mulheres só se encontravam com os maridos à hora das refeições ou na cama, já que os homens acreditavam que a participação delas nos assuntos públicos era a raiz de todos os males. O homem que não fosse capaz de manter a própria casa em ordem, não seria capaz de assumir um posto de responsabilidade oficial.

As mulheres respeitáveis eram iletradas, visto que saber ler e escrever eram as ferramentas das prostitutas. Geralmente, o marido chinês recorria a prostitutas, não para o relacionamento sexual, mas para fugir dele. Nos “apartamentos verdes”, os bordéis, como eram chamados, eles encontravam calma e relaxamento, boa comida e bebida, música, dança e uma noite de hospitalidade. As cortesãs eram rápidas e ansiosas para aprender tudo o que os maridos não comentavam com as esposas:

literatura, filosofia, negócios e política – temas ausentes da educação de uma jovem bem nascida.

O palácio real chinês contava com centenas de ocupantes para satisfazer o rei sexualmente. Além da rainha, lá viviam três consortes, nove esposas de segunda categoria, 27 esposas de terceira categoria e 81 concubinas, o que tornou necessária a presença de várias damas da corte empregadas como “secretárias de sexo”. As empregadas tinham como objetivo organizar a programação e ter sempre atualizada a data e a hora das uniões, os períodos menstruais, indícios de gravidez e outras. Elas também asseguravam que o rei mantivesse relações com a parceira certa, no dia certo e com a frequência certa. Em primeiro lugar, o rei deveria manter relações com as de categoria mais baixa, até chegar à rainha, que o encontrava uma vez por mês, quando a energia vital do marido já tivesse sido fortalecida pelo yin de suas inferiores. Quando uma jovem era escolhida para dormir com o Imperador essa recebia um anel de prata para ser colocado na mão esquerda após o intercuro. Se a jovem concebesse, receberia um anel de ouro.

Nos últimos anos do século XIII, os chineses começaram a desenvolver um novo puritanismo, sendo uma de suas expressões a Tábua de Méritos e Deméritos, que enumerava os bons atos contra os maus, avaliando cada um de acordo com uma base moral. Um composto filosófico incorporando as teorias dos sábios taoístas e budistas, começou a restringir a sociedade chinesa com tendências de moralidade.

Na sociedade indiana, o mais famoso manual de sexo, o Kamasutra, atribuído ao sábio Vatsyayana, surgiu por volta do terceiro e quinto séculos d.C. e apresenta

algumas semelhanças com seus predecessores. O Kamasutra foi um produto da Índia de seu tempo e, suas qualidades especiais, foram características da sociedade indiana e do tipo de mente por ela modelado.

Na época do Kamasutra, a sociedade era dividida em quatro classes desiguais (os brâmanes eram superiores aos kshatriyas, os kshatriyas aos vaisyas e os vaisyas aos sudras) e, todos eles eram superiores aos povos conquistados que não possuíam status algum.

O sistema sócio-religioso de classe dos Vedas caracteriza-se por um mundo de deuses e deusas elementares e era reforçado pela doutrina do Karma, ou transmigração da alma. Essa afirmava que, quando um ser vivo morria, se tivesse vivido corretamente dentro dos preceitos, a alma reencarnaria em um nível mais alto, caso contrário, em um nível mais baixo.

Para todos os indianos, havia Quatro Objetivos de vida unidos ao conceito de comportamento correto: o dharma, que significava satisfazer as obrigações religiosas, sociais e morais; o artha, a busca do sucesso mundano verdadeiro; o kama, a busca do prazer e do amor; e o moksha, a iluminação. Os Objetivos do dharma, artha e kama eram orientados para a melhoria do karma de cada indivíduo e, o sexo, era a maneira mais agradável, natural e virtuosa para alcançá-lo.

Segundo Tannahill (1983, p.219),

o Kamasutra reconhecia quatro tipos de amor: havia o simples amor de intercurso, um hábito, uma droga, não diferente do amor de um



jogador pelo jogo – e outro, uma adição separada aos aspectos específicos do sexo, como beijar, acariciar ou o intercurso oral. Havia então o amor consistindo de atração mútua entre duas pessoas, instintivo, espontâneo e possessivo. E, por fim, o tipo de amor unilateral, que freqüentemente nasce da admiração do enamorado pela beleza da pessoa amada.

O Kamasutra, ao separar o amor da sexualidade, fornecia apenas um guia de sexo e, segundo Vatsyayana, as regras nele contidas não se aplicavam às pessoas que realmente se amavam, ou para apontar as qualidades ditas para serem buscadas em uma esposa. O homem somente deveria casar-se com “outra jovem senão aquela a quem ama”.

A satisfação dos dois primeiros tipos de amor dependia particularmente da proficiência física, que poderia ser aperfeiçoada pela observância das regras e técnicas que haviam sido elaboradas ao longo dos séculos. Os verdadeiros enamorados, contudo, não precisavam de regras, tendo como professor somente os instintos.

Por volta do segundo e terceiro séculos d.C., o casamento ideal era aquele em que a idade da noiva era um terço da do noivo. Os livros propunham como idade ideal 8 e 24 anos respectivamente. Os indianos consideravam as jovens naturalmente libidinosas e prontas a perderem sua virgindade, daí a preocupação em ligá-las a um marido antes que o “mal” acontecesse. A esposa adolescente dependia do marido em todos os aspectos, emocional, intelectual e fisicamente, considerando-o como um ser absolutamente superior.

Na Índia a poligamia estava presente entre a realeza e os ricos. Até mesmo a poliginia era aceita quando a primeira esposa de um homem fosse estéril e, a poliandria, era praticada apenas em um sentido – um marido estéril transferia

temporariamente seus deveres conjugais para outro mais forte sexualmente, de quem ele poderia esperar belos e vigorosos filhos, sem contudo que o casamento fosse desfeito.

Segundo os indianos, uma dona de casa deveria saber costurar, dançar, arrumar camas, tocar um instrumento musical, fazer colares, cantar, fabricar flores artificiais. Para agradar seu marido, ainda a mulher deveria estudar magia e feitiçaria, briga de galo, de codorna e de carneiro; que conhecesse as várias maneiras de jogar e que tivesse alguma destreza com a espada, bastão de esgrima bordão e arco-e-flecha.

Na Índia, o homem era intransigentemente o chefe da casa. A idéia de “família ampliada” ou “família conjunta”, era comum na Índia, pois filhos, filhas, tias, tios, primos, todos viviam unidos sob um mesmo teto ou grupos de tetos, juntamente com os servos permanentes, que também haviam trazido suas famílias para morarem com os patrões. Esse era um sistema que protegia, econômica e emocionalmente, os membros mais fracos do clã, afastando-os das tomadas de decisões mais importantes e da pobreza que assolava outras sociedades.

Quando o marido morria e o casamento ainda não havia sido consumado, as viúvas adolescentes eram proibidas de manterem relações sexuais pelo resto da vida. A viúva dormia no chão, alimentava-se somente de uma refeição diária, era impedida de usar cores, enfeites, perfumes e deveria raspar a cabeça. Seus dias eram dedicados à oração e aos ritos religiosos com a finalidade de que ela e o marido se casassem novamente numa outra encarnação.

Na Índia, grande parte da existência era vivida em público; havia privacidade para o corpo, mas raramente para a mente ou para as emoções. O sexo era natural, agradável, uma virtuosa busca para se alcançar o Terceiro Objetivo.

Como as cortesãs tinham como único objetivo propiciar amor e prazer, a gravidez sempre se tornava indesejável e, desta forma, era-lhes permitido praticar o controle de natalidade. Os indianos foram os primeiros a reconhecer o sal como um excelente material para evitar a concepção pelo seu efeito espermicida.

De acordo com Tota (1995, p.109), os árabes espalharam-se por todo o Mediterrâneo em início do período medieval e conquistaram a grande civilização da Pérsia. Na Pérsia, os árabes herdaram não apenas a sofisticada tradição da própria Pérsia como as idéias científicas gregas já abrandadas e modificadas pelo contato com o pensamento sírio, persa e hindu.

Entre os séculos VIII e XII, o Islã detinha em suas mãos todo a sabedoria do mundo conhecido – a medicina, os numerais hindus, experimentos científicos, fabricação chinesa de papel, sedas, vitrais, tapetes, tintas corantes, o arco em pontas da arquitetura, a escritura gótica, banhos públicos, hospitais seculares, a flauta – tornando-se os maiores intermediários culturais de um extremo a outro do mundo ocidental.

A sociedade islâmica conhecia somente dois tipos de mulheres: a cortesã, geralmente uma cantora, bonita, inteligente, talentosa e inconstante, e a dama, refinada, inacessível, que vivia confinada. Os principais deveres femininos – com exceção das damas da família imperial – eram permanecer escondidas e gerarem

filhos. Muitas vezes as jovens eram mantidas em total reclusão que nem mesmo os servos as viam. Na cerimônia de casamento era permitido que o marido ficasse alguns minutos a sós com a noiva e retirasse-lhe o véu para ver-lhe o rosto pela primeira vez. Muitas vezes os casamentos não chegavam a se consumar, pois uma vez a sós com a esposa, o marido informava-lhe que, em benefício da própria alma, decidia viver com ela como se fossem irmãos.

A poligamia era aceita, pois os homens acreditavam que a mensagem contida no Corão dava-lhes a liberdade para se casarem com um máximo de até quatro esposas, desde que fossem capazes de tratar as quatro com imparcial gentileza e respeito. Os que se sentissem despreparados ou sem condições, deveriam ter somente uma esposa e um número não especificado de concubinas.

As mulheres, segundo o Islã, tinham uma posição inferior ao homem, e todo o sofrimento a elas impingido era decorrente da transgressão cometida por Adão e Eva.

Segundo Tannahill (1983, p.252-253),

quando Eva comeu o fruto da árvore do Paraíso que Ele proibira, o Senhor, louvado seja, puniu as mulheres com dezoito coisas: menstruação; parturição; separação do pai e da mãe, e casamento com um estranho; gravidez; não ter controle sobre a própria pessoa; uma parte menor da herança; possibilidade de ser repudiada pelo divórcio e impossibilidade de pedir o divórcio; ser legal para os homens terem quatro esposas, mas para a mulher ter apenas um marido; o fato de ela ter que ficar confinada na casa; o fato de dever manter a cabeça coberta dentro de casa; o fato de o testemunho de duas só ser válido quando efetuado contra o testemunho de um homem; o fato de que ela não poderia sair de casa, a menos que acompanhada por um parente próximo; o fato de que os homens tomam parte nas preces da sexta-feira, dias festivos e funerais,

enquanto que elas não podem fazê-lo; desqualificação para governar e julgar; o fato de que o mérito tem mil componentes, somente um dos quais é atribuído às mulheres, enquanto novecentos e noventa e nove são atribuídos ao homem; o fato de que se as mulheres forem devassas, receberão apenas metade do tormento da (restante) comunidade, no Dia da Ressurreição; o fato de que se seus maridos morrerem elas terão que observar um período de espera de quatro meses e dez dias antes de um novo casamento; o fato de que se seus maridos se divorciarem delas, elas terão que observar um período de espera de três meses ou três períodos menstruais antes de um novo casamento.

Segundo a lei, nessa época era proibido, de acordo com o Profeta Maomé, que as esposas fossem discriminadas. Cada uma delas deveria ter seu quarto, apartamento ou casa separada, mantendo-as como virtuais prisioneiras.

As canções de amor-árabe contribuíram para cristalizar uma sensual imagem de mulher e, conseqüentemente, havia duas formas de canções de amor e duas escolas do próprio amor.

As escravas cantoras, altamente treinadas e cultas, floresceram em uma elite elegante e eram o alvo primário do amor-desejo. Cabia à dama conquistar o cavalheiro com sua espirituosidade e beleza, no entanto, usava de astúcia para retirar-lhe a fortuna, pois com o dinheiro podia comprar sua própria liberdade, segundo a lei muçulmana. No jogo do amor-desejo, o único rival sério da cortesã era o jovem de aproximadamente 18 anos, cuja atração os árabes sentiam fortemente assim como seus predecessores, os gregos.

O amor-puro era algo bem diferente, um jogo destinado a satisfazer as emoções dos homens. Graças ao véu e ao harém (harām), o rosto, o corpo e a inteligência das mulheres eram desconhecidos do amante, pois o amor pertencia à mente, o sexo ao corpo, de modo que os árabes não viam razão para confundir os dois. Enquanto as

cortesãs eram mulheres sedutoras, as heroínas do “amor-puro” não eram uma pessoa em absoluto e sim um ponto focal.

Um harém podia conter de 300 a 1200 concubinas, atendentes e guardas, encarregadas das vestes, guardadoras dos banhos, das jóias e das despensas, leitoras do Corão, administradoras da mesa e outras. As jovens que ali viviam haviam sido compradas nos mercados de escravos ou presenteadas por seus captores ao sultão. Cada uma ocupava um lugar dentro do harém, dependendo da idade, da condição e de sua educação. Ao chegar, era designada a um chefe de departamento para aprender a bordar, preparar café, música ou contabilidade. Se a jovem jamais chegasse a chamar a atenção do sultão, essa permaneceria bordadeira, preparadora de café, instrumentista ou guarda-livros, ou receberia uma pensão e seria enviada ao harém de um sultão mais idoso. Por outro lado, se o sultão se interessasse pela jovem, essa era separada das demais, recebendo aposentos privados e atendentes. Ao ser convocada, era enviada aos banhos do harém, para ser banhada, massageada e perfumada. Recebia vestidos riquíssimos, jóias e era levada ao quarto do sultão. Alguns demonstravam um interesse muito grande por moças virgens e nunca convocavam a mesma jovem duas vezes. Outros usavam as concubinas por motivos dinásticos ou preferiam rapazes pelo simples prazer sexual.

A esposa ou concubina poderia ser repudiada, mas a mãe do sultão ocupava um lugar de honra dentro do harém. Era ela quem o dirigia com autoridade e todas as jovens almejavam ocupar a sua posição, que não poderia ser alcançada senão após a morte do sultão, pai de seu filho.

Os árabes não seguiam a linha de primogenitura, mas de prioridade tribal (califa) em questão de sucessão. A mulher que lhe desse um filho, era normalmente elevada à condição de kadin, tendo inúmeros privilégios. A posição de kadin era mutável, pois uma segunda kadin poderia ultrapassar a primeira, sem contudo chegar a ocupar o lugar de Sultana Valideh (mãe do sultão). Entretanto, a kadin poderia fazer de tudo para que seu filho aparecesse aos olhos do sultão para que, mais tarde, pudesse substituí-lo no harém.

Como os sultões não poderiam levar para a cama uma de suas concubinas mais de uma ou duas vezes por ano, isso tornava o harém entediado e difícil de ser controlado e guardado. A tarefa de acalmar os ânimos era confiada aos eunucos (palavra derivada do grego, significando “aquele que cuida da cama”) homens emasculados que serviam ao sultão com lealdade.

Os eunucos eram homens que tinham sido desprovidos de seus órgãos sexuais externos ou de parte deles, para beneficiar-se das vantagens e oportunidades oferecidas pelos serviços no harém. Eram excelentes cavaleiros, lanceiros e exerciam suas atividades esperando conquistar melhores posições e tornarem-se ricos. No palácio real, eram os eunucos negros que se encarregavam da guarda do harém, sendo brancos os que serviam nos aposentos do sultão, o selâmlík. Os eunucos da África sofriam a mutilação de todos os órgãos externos enquanto os eunucos brancos, que no século XV, vinham principalmente da Hungria, Alemanha, e Geórgia, em geral, haviam perdido apenas os testículos. O reinado dos eunucos

durou tanto quanto o de seus senhores, ou seja, até as primeiras décadas do século XX.

Embora a Igreja Cristã continuasse desaprovando tanto as mulheres quanto o sexo, o século XII começou a visualizar algumas mudanças. As Cruzadas, onde se combinavam as atrações da guerra, religião e pilhagem ajudaram, segundo Tannahill (1983, p.278), a “transformar a mulher da Idade da Grosseria na dama da Idade da Cavalaria”.

Durante este período, a autoridade do marido sobre a esposa faz parte do fundamento principal do matrimônio. A Igreja conferia ao marido a autoridade de chefe da família e à esposa, o dever de obediência ao seu senhor a fim de exercer sua função principal, que era gerar filhos. Os casamentos eram negociados para garantir o não empobrecimento das famílias. Por isso era comum a endogamia – casamento entre primos – a fim de não dividirem as riquezas e também a preocupação de limitar o número de filhos.

Até o final do século XI, as mulheres eram totalmente dependentes de seus pais, maridos e depois de seus filhos. Entretanto, durante o período das Cruzadas, com a partida de muitos cavaleiros, as mulheres viram-se obrigadas a cuidar das propriedades dos maridos, administrar as terras, impostos e dízimos, sendo encorajadas pela Igreja, que ajudou a estabilizar sua posição legal. A mulher transformava-se de Eva, a arquiteta da queda do homem, em Maria, a dama pura, inatingível e virtuosa.



Nessa época, amor e casamento eram desvinculados. O sentimento de amor era reconhecido como sinal de fraqueza, principalmente para os homens, que apregoavam a resistência, a bravura e a coragem. No entanto, o amor tinha espaço para todo cavaleiro que se apaixonasse por uma dama inacessível.

Segundo Kollontai (1978, p.111)

o amor, como fator social, só era valorizado quando se tratava dos sentimentos de um cavaleiro pela mulher do outro, sentimentos que serviam de impulso para a realização de valentes façanhas. Quanto mais inacessível se achava a mulher escolhida, maior era o esforço realizado pelo cavaleiro para conquistar os seus favores, com as virtudes e qualidades apreciadas no seu mundo (intrepidez, resistência, tenacidade e bravura).

Na metade do século XII, o jogo do amor palaciano, que começou como um conceito literário, logo se transferiu para o mundo da realidade. O amor palaciano tinha consciência de classe. Era uma espécie de caso amoroso idealizado entre uma dama de alto nascimento e um cavaleiro romântico, para preencher as horas de ócio.

As mulheres levavam uma vida monótona, pois seu senhor e seu séquito estavam fora de casa e elas ficavam somente na companhia dos jovens squires (fidalgos rurais) e dos cavaleiros empobrecidos. Essas damas pagavam aos trovadores, para que esses cantassem músicas de amor que tivessem algum significado para elas. Os trovadores eram obrigados a imaginar um grande herói de nível inferior que lutava por tornar-se merecedor do amor da dama e que, finalmente, terminava apaixonando-se por ela. As canções de amor eram escritas em primeira pessoa, ficando fácil à dama assumir que o próprio trovador era o enamorado que dizia em

versos aquilo que não ousava falar-lhe em prosa. Mesmo que a dama porventura viesse a corresponder ao amor de seu apaixonado, este amor tinha que ser mantido em segredo, objetivando resguardar a honra e a reputação da amada.

Segundo Tannahill, (1983, p.287), a convenção do amor palaciano existiu em três níveis:

o dos homens, e por vezes mulheres, que compunham as canções; o dos trovadores (que também podiam ser compositores) que disseminavam, não apenas as canções, mas todo o sistema-ideia que as circundava, preenchendo mais ou menos a mesma função da mídia de hoje; e o do mundo elegante, que se dedicava ao novo jogo do amor, seguindo as regras estipuladas nas letras das canções.

Na maioria das vezes, o jogo amoroso a que se entregava o mundo elegante, seguia os padrões das canções proporcionando, dessa forma, a satisfação das necessidades do corpo e do espírito. Depois de trilharem o caminho do assédio, das falas amorosas, entrevistas ilícitas, beijos, carícias, abraços e admiração das perfeições nuas, parece ter sido impossível que trovador e dama pudessem se conter.

Em princípios do século XII, também se desenvolveu o roman (romance) uma história rimada que conseguia fundir as histórias de amor com as de ação, transformando o amor em uma aventura e o cavaleiro em um cavaleiro errante, fazendo surgir, dessa forma, a instituição da cavalaria.

O amor palaciano assegurava virtude à dama enquanto a cavalaria lhe concedia a insígnia do comando. Assim, a idealização da figura feminina, forjada pela

imaginação masculina, introduziu uma nova fase no relacionamento entre homens e mulheres.

No século XIII, S.Tomás de Aquino – Doctor Angelicus – juntamente com outros teólogos, defendia o matrimônio por duas razões: a primeira, por ser a única condição de se conceber filhos sem cometer pecado; e, a segunda, para resguardar os homens de problemas sexuais como a zoofilia, a homossexualidade, as práticas anormais durante as relações sexuais, masturbação, incesto, adultério, sedução e fornicação rotineira. Condenou o prazer carnal e o amor desenfreado ensinando que, se o marido e a mulher transgredissem a lei do matrimônio, estariam vulneráveis à vingança de Deus.

Tomás de Aquino acreditava que, beijos, toques e carícias poderiam acontecer, desde que não motivados pela luxúria. A polução noturna também poderia ser perdoada se não fosse resultado de pensamentos lascivos.

Intercurso sexual com o demônio. A Igreja acreditava não só nas visitas noturnas dos demônios, como também, que eram capazes de engravidar mulheres a quem visitavam. Para esse fato a explicação era curiosa: sob a forma de súcubo, o demônio visitava um homem e retirava a semente; sob a forma de íncubo, visitava uma mulher para depositar-lhe aquela semente. Assim, era comum nascerem filhos de mulheres solteiras, viúvas e também casadas.

Sendo o casamento declarado um sacramento, tornava-se indissolúvel sob qualquer pretexto. O inferno era pregado como o lugar de pecadores, fornicadores, prostitutas

e pervertidos sexuais. Padres e freiras, pegos em pecado, eram queimados e enforcados. Homens e mulheres tinham seus órgãos genitais queimados.

Apesar de todas as proibições da Igreja, os homens continuaram a ser infiéis, pois de certo modo lhes era cobrada uma postura de macho. Quanto às mulheres, eram cobrados os valores femininos como a virgindade para as moças e a fidelidade para as casadas. No caso do adultério feminino cabia ao marido e à família desse fazer justiça e promover a vingança, pois o adultério era um erro abominável. O mesmo acontecia quando uma jovem era raptada; cabia a seus parentes homens encontrarem a solução.

Por volta do século XIV, na Itália, surgiu o cinto de castidade, uma proteção não somente contra o estupro, mas uma dádiva para os maridos que acreditavam que as mulheres eram libertinas por natureza. No entanto, com ou sem cinto de castidade, os historiadores confirmam que o século XV foi a era dos bastardos. Nas famílias nobres, os bastardos eram considerados como parte do pessoal da casa, cuidados junto com os filhos legítimos e recebiam pensão e herança quando seus pais faleciam. Entre os camponeses, o adultério era geralmente uma questão de impulso.

Nessa época, foram construídos inúmeros “lares de Madalena”, isto é, bordéis comuns, religiosos e seculares. Eram chamados de casas-de-banho ou lupanares. O surgimento dos inúmeros bordéis e de prostitutas provocou a disseminação da sífilis, um dos piores flagelos da sociedade. Nos registros oficiais das igrejas e das cortes, consta que de 1430 a 1550, a porcentagem populacional era de cerca de 130 homens para cada 100 mulheres, sendo isso apontado como a causa determinante

do alto número de adultérios ocorridos naquele período. As mulheres públicas, em Roma, chegavam a 7000 aproximadamente, as quais viviam em casas pertencentes aos mosteiros e igrejas e eram vistas constantemente desfilando pelas ruas em companhia de sacerdotes.

Quando o sistema feudal mostrou-se enfraquecido, passou a buscar novas formas de se garantir, adotando a centralização e a hierarquização do poder com formas políticas e ideológicas mais avançadas. A Igreja, por meio do terror, do medo, da tortura e da Inquisição contribuiu para a solidificação do poder que se espalhou por toda a Europa.

Os camponeses foram subjugados pelos senhores feudais assim como os membros de sua família. Além de serem submetidos à fome e à miséria, eram enquadrados nas normas de controle e transformados em controladores de si mesmos. Tendo o corpo e a sexualidade do camponês sob seu jugo, os senhores feudais obtinham homens alienados, normatizados, incapazes de se rebelar contra a ordem imposta.

Paralelamente a esse massacre ao prazer, o mundo assiste ao surgimento de um novo tempo, a Renascença. O humanismo renascentista considera a volta à cultura e aos ideais da antiguidade greco-romana, bem como a restauração e a valorização da dignidade do espírito humano. Um novo horizonte desponta no Ocidente e renascem as artes, as ciências, a literatura, o conhecimento e as transformações sociais e políticas.

A Renascença italiana foi um novo alvorecer não somente na cultura, mas na história das mulheres que passaram a desfrutar de uma posição igual à dos homens em todos os sentidos. Se a Idade Média inventou o cavaleiro, a Renascença inventou o cavalheiro, um homem de maneiras perfeitas e educadas. O amor passou a ser tema inspirador de todas as artes. A nudez do corpo feminino passou a ser representada como expressão de beleza e pureza contrariando o antigo dogma da inferioridade da mulher e a crença de que o corpo era algo “sujo, feio e lugar de pecado”.

Por volta do século XVI, a Europa foi abalada por inúmeros movimentos religiosos que contestavam abertamente os dogmas da Igreja Católica e a autoridade do Papa. A Reforma de Lutero reúne forças e mecanismos para se contrapor ao relaxamento moral em que se encontravam os padres e os bispos da Igreja Romana e, a partir de suas idéias, o casamento passou por transformações significativas.

Segundo Tannahill (1983, p.355), “na opinião de Lutero, a virgindade era indesejável, a continência anormal e a castidade ativamente perigosa”. Ele admitia ser o ato sexual uma necessidade vital referendando a vinculação sexo-procriação. Para ele, Deus concedia a misericórdia divina aos esposos e isso serviu como justificativa para seu casamento, já que os bispos e príncipes proibiam a união para os religiosos. Lutero aconselhava o divórcio embora achasse que esse não era obrigatório. Também condenou as relações sexuais com amantes e prostitutas e a abertura de bordéis, pois esses criavam hábitos de libertinagem.

Enquanto a Reforma luterana se disseminava pela Alemanha, os franceses tentavam elaborar uma reforma mais pacífica, orientada pelos humanistas. Calvino, como Lutero, partia da salvação pela fé, mas suas conclusões eram bem mais radicais: o homem seria uma criatura miserável, corrompida e cheia de pecados; somente a fé poderia salvá-lo, embora essa salvação dependesse da vontade divina.

Calvino adotou um outro ponto de vista em relação ao casamento. Não via a mulher somente como geradora de filhos, nem como um recipiente para os desejos do homem, mas uma companheira inseparável para o resto da vida.

Como a situação da Igreja Católica era bastante difícil, pois perdera metade da Alemanha, toda a Inglaterra e os países escandinavos e estava em recuo na França, nos Países Baixos, na Áustria, na Boêmia e na Hungria, resolveu colocar uma barreira contra a crescente onda do protestantismo – surge assim a Contra-Reforma, ou a Reforma Católica.

De acordo com Cabral (1995, p.126),

é Lutero quem, por primeiro desafia a estrutura sagrada do medievalismo – a Igreja romana, representada pelo papa. E esta por sua vez, sentindo-se ameaçada, promove a Contra-Reforma. Para tal, a Igreja agora identificada como católica reúne forças em seu próprio seio e se reorganiza a partir do Concílio de Trento (1545 a 1564), apresentando ao novo mundo que surgia sua face reformista.

Com o Concílio de Trento reforça-se o rigor em relação à sexualidade, o celibato é reafirmado e a caça às bruxas é referendada com a ameaça do fogo do inferno. A Igreja, a partir do Concílio, reestabelece o sacramento do matrimônio, introduz novas

exigências para o consentimento paterno para o casamento, referenda a virgindade e decreta que, pinturas e esculturas que levavam à luxúria deveriam ser condenadas.

Dessa forma, fortalece-se a “cultura da vergonha”, onde tudo é proibido. Católicos e protestantes passam a viver à sombra do pecado, principalmente os de ordem sexual. O corpo é culpado de todos os vícios e pecados restando somente vigiá-lo e puni-lo, reduzindo-o à total submissão. E, para alcançar tal intento, a confissão foi instituída como mecanismo de repressão.

O pecador poderia livrar-se de seus tormentos se ficasse de joelhos diante do confessor e relatasse detalhadamente sua intimidade, seus desejos, seus sonhos, seus gostos, seus prazeres, enfim tudo, para libertar-se do fogo do inferno.

Segundo Foucault (2003, p.59),

quando a confissão não é espontânea ou imposta por algum imperativo interior, é extorquida, desencavam-na na alma ou arrancam-na ao corpo. A partir da Idade Média, a tortura a acompanha como uma sombra, e a sustenta quando ela se esquiva: gêmeos sinistros. Tanto a ternura mais desarmada quanto os mais sangrentos poderes têm necessidade de confissões. O homem, no Ocidente, tornou-se um animal confidente.

Durante este período, há um avanço das técnicas e da organização da produção. Há o desenvolvimento e a exploração das minas de ferro, mais tarde utilizados na agricultura e na indústria; há exploração do cobre, do estanho e do chumbo; são criadas máquinas movidas a água e azenhas; a colaboração do compasso e o emprego de novas velas facilitaram as viagens por mares afastados, preparando o



caminho para as grandes descobertas geográficas. Os europeus descobrem novos países, e abrem rotas seguras para distantes regiões do globo.

Quando os espanhóis chegaram à América pré-colombiana, separada da Europa por cerca de 8000 quilômetros de oceano e também por mais de 2000 anos de desenvolvimento técnico, político e filosófico, houve um preconceito e um julgamento racional dos povos que nela habitavam.

Segundo Tannahill (1983, p.314),

canibalismo, sacrifício humano, incesto, abuso de drogas, embriaguez, sodomia, adultério, roubo, assassinato [...]. O único pecado que os espanhóis não atribuíram instantaneamente aos incas e astecas foi a heresia, e isto porque eles não podiam, por definição, ser pagãos e heréticos ao mesmo tempo.

De acordo com os pecados que lhes eram atribuídos, os índios pareciam não ser melhores que os animais selvagens e por isso, os espanhóis acreditavam que, criaturas irracionais, não poderiam ter domínios, porque domínio significava ter direitos.

Em maio de 1493, o papa espanhol, Alexandre VI, ao expedir as bulas *Intercetera*, concedia à Espanha o domínio sobre a maior parte do Novo Mundo com a condição de que os habitantes fossem instruídos na fé católica. Isso acabou gerando um conflito entre o Estado e a Igreja, pois as criaturas, ditas “irracionais”, eram incapazes de receber a instrução.

Ao chegarem à América encontraram três centros principais de cultura: os astecas, no vale do México, os incas, no Peru e um terceiro, já em fase de desintegração, os maias de Iucatán, entre o Caribe e o Golfo do México.

Os maias foram os primeiros povos a serem encontrados pelos espanhóis. Os maias reconheciam a homossexualidade adolescente em detrimento da heterossexualidade. Enquanto um rapaz não tinha idade suficiente para se casar, era comum que os pais providenciassem um escravo jovem para a satisfação de suas necessidades. Se o jovem mantivesse relações com uma jovem solteira, era obrigado a pagar uma multa; caso a jovem fosse virgem, seguia-se rapidamente o casamento.

A lei asteca proibia a homossexualidade e punia com pena de morte, homens, mulheres e os travestis. A lei era reforçada por regulares caças aos homossexuais que eram queimados ou pendurados a troncos até que morressem.

Os astecas puniam o sexo não produtivo e condenavam à morte quem cometesse o aborto. Os jovens eram encorajados a se casar mais cedo (14 ou 15 anos para as jovens e 20 para o rapaz) e, caso a união não desse certo, poderia ocorrer o divórcio e um novo casamento. Os reis astecas praticavam a poligamia, enquanto as classes mais baixas e pobres, eram monógamas por necessidade.

Segundo Tannahill (1983, p.332), algumas mulheres astecas, que não quisessem se casar, poderiam tornar-se fiandeiras, tecelãs, pintoras, curandeiras, parteiras, cozinheiras ou prostitutas. A mulher pública era bem aceita nas cidades e arrumava-se cuidadosamente “parecendo uma rosa” (rosa de mexicana) ao terminar de

aprontar-se. Os homens que freqüentavam os bordéis entregavam-se inicialmente à autoflagelação com talos de relva com a finalidade de realizar uma limpeza pessoal e ritual. Em seguida, praticavam “muitas obscenidades e pecados”.

No Peru, quando os espanhóis chegaram, a homossexualidade já havia sido rigorosamente suprimida. Todo sodomita encontrado, assim como os suspeitos acusados por evidência circunstancial, deveriam ser mortos em praça pública. Seu corpo era arrastado, enforcado e queimado com todas as suas roupas para simbolizar destruição completa.

O trabalho árduo e o casamento eram os pilares da política Inca, sendo punidos os ociosos e vadios. A nenhum homem era permitido ficar solteiro e esse deveria ter cerca de cinqüenta mulheres a seu serviço. Ao pai cabia fornecer maridos a suas filhas, providenciar um terreno, construir uma casa e mobiliá-la para o jovem casal. Esses deveriam ser adultos (18 a 20 anos para as moças e 24 para o rapaz) e responsáveis para assumir o casamento, pois era proibido o divórcio ou uma esposa secundária, caso a primeira morresse. Era comum que o filho mais velho assumisse a responsabilidade quanto às damas paternas.

O harém do imperador Inca era abastecido por funcionários do governo, que selecionavam as mais belas meninas de dez anos do reino. As *acllacuna*, ou “mulheres escolhidas”, eram separadas de suas famílias e conduzidas aos conventos especiais e, quatro a cinco anos mais tarde, suas qualidades eram reavaliadas. O Inca fazia sua escolha entre as jovens, distribuía alguma entre alguns homens e despachava as outras para se tornarem “Virgens do Sol”, freiras que

juravam castidade absoluta. Caso faltassem ao juramento eram mortas, mas se alegassem que o pai de seu filho era o Sol, eram poupadas.

O Inca alegava ser um descendente direto do Sol e para manter a pureza da descendência, esse somente poderia casar-se com outra descendente do Sol, nesse caso sua irmã. Entre o povo, era castigado quem praticasse o incesto, o estupro, o adultério e o aborto. As prostitutas eram proibidas de permanecer nas cidades e aldeias, mas admitidas no campo, sendo chamadas de “mulheres dos lugares desabitados”.

Percebendo que a homossexualidade era comum, na época da conquista, a Igreja armou seus padres com perguntas apropriadas a serem formuladas no confessionário. As confissões, assim como as penitências, abrandavam os pecados sexuais. Os sermões proferidos aos índios convertidos pregavam o fogo do inferno e a pena de morte caso praticassem a sodomia, isto é, pecassem com outro homem, menino ou animal.

Os conquistadores espanhóis que chegaram à América eram jovens aventureiros que partiam da Europa, em busca de riquezas para seus países e para si próprios. Faziam viagens ultramarinas indo e vindo pelo Atlântico, mas era proibido, pelo rei espanhol, que suas esposas os acompanhassem. Isto, inevitavelmente facilitou as relações sexuais entre homens espanhóis e mulheres ameríndias. Algumas vezes os contatos eram casuais, em outras, eram ligações legalizadas entre oficiais e mulheres de alta classe. Os *mestizos*, que herdaram as características de ambos os pais foram geneticamente preparados para sobreviver e se tornarem os fundadores das novas raças que herdaram a América Central e do Sul atuais.

No século XVII, os europeus começaram a chegar à costa leste da América do Norte, tornando-se mais uma tribo, no meio de tantas outras. Não tinham o incentivo da prata ou do ouro, da seda ou das especiarias para travarem uma guerra contra os índios. Esses europeus dirigiram-se para a América com a imagem da “Pátria” a ser construída em solo estrangeiro.

Os europeus acreditavam que, se aquele ia ser o seu país, aquela tinha que ser a sua cultura. Como a cultura representada por peles escuras não fizera parte da Europa branca, também não faria parte da América branca. Assim, efetivamente separaram as pessoas brancas e de cor impedindo os intercassamentos, os contatos sexuais ao nível de cliente e prostituta ou de violador e vítima.

Do mesmo modo que os espanhóis chegaram à América Central e os europeus à América do Norte, também os portugueses chegaram a um mundo muito antigo – a Índia – abrindo uma rota marítima da Europa ocidental para a fonte das especiarias, que representava uma preciosa fonte na economia, rompendo o monopólio turco-veneziano. Em Goa, na Índia, os portugueses começaram a criar um império baseado no comércio mantido pelo domínio das rotas marítimas e no desenvolvimento da população mestiça.

Quando os jesuítas também lá chegaram, em 1542, templos foram derrubados, livros sagrados destruídos, sacerdotes deportados e todos foram forçados a se voltar para o cristianismo. Aos não cristãos era proibida a celebração dos casamentos em público e a monogamia foi imposta a todos. Os homens deveriam

abandonar suas concubinas ou se casar com uma delas. Se possuísem mais esposas, deveriam ficar com a primeira delas e repudiar as outras.

Os soldados e mercadores portugueses mostravam-se dispostos a irem para a cama com as mulheres indianas, especialmente as bailarinas e prostitutas do templo. Muitas vezes, casavam-se com elas na Índia tendo outra esposa em Portugal.

Com o passar do tempo, os mestiços, filhos de indianas com os portugueses colonizadores, começaram a ser vistos como preguiçosos, efeminados e imprestáveis até mesmo como bucha de canhão. Qualquer mestiço que desejasse entrar para o exército, teria de apresentar um certificado comprovando ser filho ou neto de português nascido na Europa.

Assim como os portugueses, os ingleses também dominaram a Índia. Esta dominação teve início por volta de 1757 e terminou com a independência em 1947. Lá criaram uma população com um poder maior de resistência e modificaram a face do próprio hinduísmo, as leis e as tradições milenares da Índia.

Por volta de 1795, os ingleses tentaram proibir a prática do sati (morte voluntária por amor ou lealdade ao falecido) e o infanticídio feminino classificando-o como assassinato e também pôr um fim na poligamia hindu declarando-a como crime. Durante os primeiros setenta anos de domínio inglês na Índia, era escasso o número de mulheres portuguesas, o que facilitou consideravelmente as relações com as mulheres nativas. Os mestiços ou eurásianos eram repudiados e impedidos de retornarem à comunidade hindu de sangue puro, fosse pelo casamento ou pela

conversão à religião. Com isso, passaram a formar uma classe bastante expressiva, a qual recebia dos ingleses um tratamento diferenciado. Os mestiços eram empregados nos níveis técnicos e administrativos, como trabalhadores nas estradas e na polícia.

Foi o fervor evangélico que impeliu os jesuítas à longa viagem para a China por volta do século XVIII. Eles reconheceram que o confucionismo não era uma religião, mas um vasto código moral capaz de reconciliar-se com o cristianismo, atraindo o vasto império para o seio cristão.

Nesta época, na China, falar de sexo era pecaminoso, porque o confucionismo tanto era um código de maneiras como de moral. No entanto, a prática do sexo possuía tanto um significado espiritual quanto físico, desde que praticado no quarto de dormir.

A dinastia Ch'ing, após a queda da dinastia Ming, impôs rígidos controles e rígida censura, obrigando os chineses a manterem suas vidas particulares em silêncio e fazendo desaparecer as fontes do conhecimento tradicional a respeito das variações e refinamentos do sexo. Como resultado, o sexo na China tendeu a deteriorar-se para uma rotina destinada somente à produção de filhos.

Enquanto a China renunciava às práticas sexuais tradicionais, os japoneses, por sua vez, ajudaram a perpetuá-las. Os estrangeiros que visitaram o Japão entre os séculos XVI e XIX, puderam constatar o grande número de bordéis e cortesãs existentes no país. Esses locais ofereciam uma atmosfera aconchegante e

animadora e, por vezes, abrangiam quarteirões inteiros. Eram conhecidos como a “Cidade sem Noite”, com seus próprios teatros, casas de chá, lojas, mercadores e cerca de 3000 cortesãs, as quais trajavam-se com vestes ricas e formais bordadas em ouro e prata, quimonos floridos e com os cabelos pesadamente carregados de enfeites e prendedores. Os encontros eram realizados nos restaurantes ou nas casas de chá, cujo entretenimento era oferecido pelas dançarinas, cantoras e musicistas conhecidas como *geisha* – a gueixa, que raramente apelava para a prostituição. A geisha nem sempre era mulher, pois sempre havia um geisha masculino trabalhando nos maiores restaurantes de Tóquio.

De acordo com Cabral (1995, p.127), “se a Antigüidade foi o império da razão da natureza, e a Idade Média, o da razão de Deus, a Idade Moderna inaugura a supremacia da razão do homem”. O Renascimento e a Reforma Protestante levaram os homens a questionarem os valores morais, padrões e concepções a respeito da mulher, do casamento e da própria sexualidade.

Nesse período, a aristocracia feudal via-se relegada a um segundo plano, pois em seu lugar, surgia a burguesia que se desenvolvia com vigor e poder, impondo seus novos princípios. Com princípios contrários à moral feudal, os burgueses impuseram uma radical individualização da família burguesa e, a colaboração, a principal característica da economia comunal, deu lugar à concorrência e à propriedade privada.

Sendo assim, iniciam-se novas relações de produção, caracterizadas pela exploração capitalista de um proletariado assalariado. Os camponeses expulsos de



suas terras, artesãos, mercenários dos senhores feudais que ficaram desempregados e todos os oprimidos pelo regime feudal, mas que foram expropriados de seus meios de produção, viram-se obrigados a vender sua força de trabalho ao capitalista para não morrer de fome. A partir daí, o homem se torna escravo do trabalho como também se aliena nele. Reduz-se sua capacidade de percepção, de consciência de si mesmo e de análise do processo produtivo.

Segundo Marx (1984, p.412),

[...] a manufatura se apodera da força individual de trabalho em suas raízes. Deforma o trabalhador monstruosamente levando-o artificialmente a desenvolver uma habilidade parcial, à custa da repressão de um mundo de instintos e capacidades produtivas, lembrando aquela prática das regiões platinas onde se mata um animal apenas para tirar-lhe a pele ou o sebo. Não só o trabalho é dividido e suas diferentes frações distribuídas entre os indivíduos, mas o próprio indivíduo é mutilado e transformado no aparelho automático de um trabalho parcial.

Da mesma forma, Nunes (1997, p.93) comenta que, neste período,

o sexo é reduzido ao privado e com fim procriativo. À concepção de racionalidade e eficiência burguesa soma-se a produtividade. O sexo, subjetivo, humano, prazeroso desaparece. O corpo é negado ao trabalho e na repressão sexual. O “eu” corporal não existe; existem, sim, a civilização e a máscara social. Sobre o sexo nasce a cultura da vergonha e do pecado em níveis tão profundos que nem mesmo a Idade Média tinha conseguido.

O conceito “puritano” começava com a rígida disciplina familiar. A obediência, a solidariedade e a fecundidade eram os princípios que norteavam as famílias puritanas.

Nessa época, os homens se viam privados de mulheres e, quando essas eram suspeitas de algum ato imoral, eram castigadas cruelmente. Os fornicadores e os adúlteros eram obrigados a se confessar publicamente na igreja e também eram marcados. O pelourinho era a penalidade para o pai cujo primeiro filho nascesse cedo demais e os fracos de espírito poderiam ser queimados como feiticeiros ou enforcados. Numa época em que a palavra dos idosos era lei, cabia às mulheres sensatas permanecerem fora de vista.

A família nuclear consistia apenas de pais e filhos. O marido ao se casar desejava que a esposa fosse uma dona-de-casa eficiente, uma companheira racional, uma concubina não paga e uma competente mãe para seus filhos. O amor ainda tinha pouco a ver com o casamento. A mulher, nessa época somente deveria ceder ao homem e, sem lamentações, suportar suas injustiças.

Ainda no século XVII, Fallopius, grande anatomista, havia inventado o condom (preservativo conhecido como camisinha) somente como proteção contra a sífilis. Entretanto, no século XVIII esse começou a ser utilizado como contraceptivo, pois devido à grande mobilidade e deslocamentos freqüentes, marinheiros, cavalheiros, mercadores, advogados e caixeiros viajantes começaram a preferir a amante semi-oficial, segregada da família e mantida em um apartamento ou casa alugada, gerando o nascimento de um grande número de filhos ilegítimos.

A grande descoberta de que a mulher era fértil e participava na fecundação com igual contribuição ao homem e não apenas como um vaso receptáculo, se deu somente no século XVIII, pois perceberam que os filhos, em geral, tanto se pareciam

com as mães como com os pais. A mulher, a partir de então, passou da condição de inferioridade à de igualdade, de passiva para ativa em relação ao homem.

Até o século XVIII, como acreditavam que o homem era o único responsável pela fecundação, várias teorias foram elaboradas sobre o fluido seminal masculino. No século IV a.C., Aristóteles pensava que o sêmen fosse uma espécie de substância da alma que se misturava ao sangue menstrual da mulher para produzir a criança. A Igreja dizia ser um pecado desperdiçá-lo em qualquer outra finalidade que não a da procriação. Os chineses acreditavam que o desperdício de sêmen levava o homem ao enfraquecimento geral e, o “desperdício” abrangia a homossexualidade, a masturbação e o coito por mais de uma vez na semana.

De acordo com Tannahill (1983, p.373), foi Sinibaldi, um escritor italiano, que publicou em 1642, a primeira obra padronizada na Europa sobre sexualidade, a *Geneanthropeia*, onde relacionava o desperdício seminal com prisão de ventre, gota, corcunda, mau-hálito e nariz vermelho. Cinquenta anos depois, ainda a medicina afirmava que o excesso de masturbação causava aos homens a cegueira e a epilepsia. Segundo a mesma autora, por volta do século XIX, Ellen White, fundadora dos Adventistas do Sétimo Dia, afirmava que a masturbação transformaria o homem em aleijado e imbecil.

Ainda segundo Tannahill (1983, p.375), a descoberta do microscópio possibilitou inúmeros estudos sobre os óvulos e espermatozóides elaborando teorias de reprodução, porém nenhuma delas explicava que ambos os pais pudessem contribuir para a hereditariedade física e intelectual dos filhos. Inúmeros estudos

continuaram a ser elaborados até que Darwin revolucionou os conhecimentos com o seu estudo sobre “A origem das espécies”.

Apesar de todos esses avanços científicos, a sociedade do século XIX continuava a manter o puritanismo, o qual impunha seu tríplice decreto: a interdição, a inexistência e o mutismo. A burguesia mantinha um apego desenfreado à privacidade encerrando a sexualidade nos domínios do lar.

De acordo com Foucault (2003, p.9),

a sexualidade é cuidadosamente encerrada. Muda-se para dentro de casa. A família conjugal a confisca. E absorve-a, inteiramente, na seriedade da função de reproduzir. Em torno do sexo se cala. O casal, legítimo e procriador, dita a lei. Impõe-se como modelo, faz reinar a norma, detém a verdade, guarda o direito de falar, reservando-se o princípio do segredo. No espaço social, como no coração de cada moradia, um único lugar de sexualidade reconhecida, mas utilitário e fecundo; o quarto dos pais. Ao que sobra só resta encobrir-se; o decoro das atitudes esconde os corpos, a decência das palavras limpa os discursos.

Na Inglaterra, mais precisamente no período vitoriano, o progresso das ciências e a sofisticação da técnica, com reflexos em todas as camadas sociais, criaram um ambiente propício para o surgimento de um tipo feminino cujo perfil se pode nitidamente traçar.

Nessa época, surge a necessidade de se buscar um ponto de equilíbrio entre o público e o privado, uma base que refletisse solidez e estabilidade. Essa base seria, naturalmente, o lar e, como representante elegeram-se alguém com as qualidades de guardião da moral e da castidade. A exigência de um anjo do lar fez nascer a mulher vitoriana.

A mulher, com o perfil assim delineado, tinha todo o apoio da rainha Vitória, que atribuía o sucesso de seu reinado à moralidade da corte e à harmonia da vida doméstica. Conseqüentemente, olhava o movimento em defesa dos Direitos da Mulher como ameaça à virtude do sexo frágil. Essa situação viria a repercutir, ainda de forma silenciosa, na vida privada, onde a repressão, principalmente a sexual, se agravaria intensamente.

Nesse mesmo período, a ideologia dominante era de que as únicas paixões sentidas pelas mulheres eram pelo lar, pelos filhos e deveres domésticos. A mulher deveria submeter-se ao marido só para satisfazê-lo e, se não fosse pelo prazer da maternidade, deveria preferir não ter atenção sexual. Acreditava-se que para a felicidade da sociedade as mulheres, com exceção das ninfomaníacas e das prostitutas, deveriam saber pouco ou serem indiferentes às necessidades sexuais.

Sendo a mulher excluída do mundo público dos negócios e recolhida ao mundo privado do lar, por injunções de uma sociedade fundada na diferença dos sexos, era de se esperar que as jovens de boa família recebessem uma educação destinada apenas a conquistar e a cativar algum pretendente. Uma lady deveria falar francês, italiano, tocar piano, dançar e bordar. As mulheres da alta classe média não queriam ou não podiam ensinar seus filhos, pois isso comprometia o status de que gozavam e, além disso, não estavam suficientemente preparadas. A solução encontrada era recorrer aos pensionatos da moda, cuja tarefa precípua era revestir a mulher de certo verniz cultural.

Segundo Tannahill (1983), os maridos as protegiam evitando a contaminação excessiva com o mundo lá fora e procuravam fazê-las felizes para resguardar a honra do matrimônio. Um mundo do qual as damas deveriam ser protegidas era o da medicina. O médico podia ser consultado na presença de um acompanhante e, nos casos extremos, era permitido o exame ginecológico, o qual era realizado sob um lençol em um aposento escurecido. Essa atitude impedia que o exame fosse realizado adequadamente e que as mulheres conhecessem alguma coisa sobre sua própria anatomia e fisiologia. A menstruação era raramente mencionada em consultas entre a paciente e o médico. Os vitorianos estavam convencidos de que o desejo sexual era raramente conhecido por uma mulher virtuosa, pois o orgasmo e a função do clitóris na relação sexual eram aspectos que somente diziam respeito às mulheres indecentes, as prostitutas.

De acordo com o mesmo autor, no século XIX, a burguesia, que já havia conquistado o sucesso econômico, almejava agora o status social e, um dos indícios de distinção social, era ter um número elevado de criados comandados pela dona de casa. Dessa forma, isso permitia que as mulheres da classe média tivessem um tempo maior para se dedicar às obras caritativas, compras, mexericos e cultivando etiquetas. A ênfase, contudo, recaía sobre a principal função da mulher, que era ser esposa e mãe. Contudo, as mulheres operárias não se preocupavam muito com “o lugar da mulher na sociedade” porque não podiam se dar a tal luxo. Eram escravas do salário, pois além de mal pagas, recebiam às vezes a metade do que ganhava um homem pelo mesmo trabalho.

A mulher vitoriana era suave, submissa e recatada sexualmente porque, no decorrer de sua vida, fora reprimida quanto à instrução e não possuía conhecimentos sobre seu próprio corpo. No intercuro sexual necessitava ser tratada com delicadeza e candura, porém os homens sentiam-se constrangidos e despreparados para a tarefa. Para eles era difícil manter relações sexuais com o “anjo do lar”, o que acabava comprometendo seu desempenho. Além do mais, os homens não deveriam impor seus desejos animais sobre as esposas, sendo aconselhável as relações acontecerem somente uma vez por semana ou uma vez por mês e nunca durante o período menstrual ou a gravidez. Muitos homens acreditavam que prestavam um grande favor às esposas ao recorrerem às prostitutas para aliviar seus instintos. Assim, a prostituição floresceu como nunca, pois o sexo mecânico, sem amor, sem fortes emoções não oferecia riscos e não era prejudicial à saúde.

As mulheres que se prostituíam eram as que necessitavam de dinheiro. Existiam as mulheres “carreiristas”, as profissionais, que viviam exclusivamente desse expediente; as viúvas ou mães solteiras que se prostituíam para ganhar o seu sustento e de seu filho e, as operárias das fábricas, que ganhavam salários abaixo da média precisando suplementá-los para continuarem vivendo. Essas mulheres podiam encontrar protetores entre os banqueiros, financistas, oficiais do exército e aristocratas de todas as nacionalidades. As cortesãs mais discretas, que conseguiam manter uma aparência de respeitabilidade, freqüentavam os mais altos círculos da sociedade.

Contudo, o aumento desenfreado da prostituição provocou o surgimento das doenças venéreas como a sífilis e a blenorragia. Os homens vitorianos,

descuidados, acabaram transmitindo as doenças para as esposas e para os filhos que já nasciam doentes. A medicina, na época, não conseguia fazer a distinção entre as duas doenças e as drogas utilizadas eram às vezes ineficientes. Com isso, o número de doentes aumentou em todas as partes do mundo, especialmente na Europa e na América.

Sérias medidas foram tomadas pelas autoridades para controlar o aumento das doenças venéreas e isto começou pelo controle das prostitutas, que eram obrigadas a realizar exames médicos periódicos e, como várias não eram registradas em bordéis e exerciam suas atividades na clandestinidade, ficava muito difícil o controle da doença. A partir de 1864, foram assinados vários decretos sobre o controle das doenças venéreas e decretos proibindo a prostituição. Pela primeira vez a polícia fazia um registro das prostitutas e decidia quem deveria estar presente nela. Quem resolvesse se prostituir e receber dinheiro por serviços sexuais era duramente perseguido.

O terror vitoriano pela doença venérea fez com que muitos homens procurassem manter relações sexuais com mulheres virgens, pois supunham que eram limpas. Alguns bordéis iam procurar as mulheres nos terminais ferroviários, aonde chegavam inúmeros trens vindo do interior, trazendo-as para procurar emprego como balconistas ou babás. Certos bordéis possuíam médicos que ofereciam certificados de virgindade aos clientes que costumavam pedir.

Apesar da prostituição ser duramente combatida era comum encontrar, na metade do século XIX, meninas de 10 a 12 anos que agiam por conta própria, prostituindo-



se. Muitas também eram mandadas pelos pais para conseguir o pão na rua, sem fazerem perguntas.

Por outro lado, não eram somente as jovens adolescentes ou adultas que atraíam a atenção dos homens. Havia senhores da sociedade, instruídos, que tomavam sob a sua proteção, jovens das classes mais humildes, com a finalidade de amá-los, ajudá-los e orientá-los. Entretanto, em 1885, a Lei de Emenda do Direito Criminal condenava à prisão todo aquele que tivesse um relacionamento homossexual privado ou consentido.

Por volta de 1890, a mulher começou a se conscientizar de que tinha novas oportunidades, mas ao mesmo tempo sofria com a necessidade de tentar equilibrar uma carreira bem-sucedida e a vida familiar.

Grandes mudanças sociais ocorreram nesta época e, uma delas foi o direito ao voto. Vale ressaltar que este foi um movimento de luta demorado em que as mulheres exigiram e finalmente conseguiram conquistar o direito de voto. Em 1918, as mulheres inglesas com mais de 30 anos poderiam votar. No entanto, na América, este processo foi mais lento, pois era necessário conseguir um sólido apoio dentro dos próprios Estados e isto implicava não apenas em melhorar as condições das mulheres, mas em uma emenda à constituição federal.

As mulheres, ao adquirirem o direito de voto, realizaram inúmeras reformas. Reivindicaram o ingresso às universidades e algumas profissões; ter propriedades e receber a custódia dos filhos em caso de divórcio; a abolição da escravidão; uma

legislação para promover o bem-estar social e o controle ao licenciamento de bebidas alcoólicas e da prostituição.

Por volta de 1920, a maioria das mulheres, em quase todos os países, já havia conquistado o direito de voto. Lutavam por direitos iguais, justiça e igualdade, representando dessa forma, o final da supremacia masculina por mais de 5000 anos.

O mundo também assistiu a vários acontecimentos como a Greve Geral na Inglaterra em 1926, o colapso da Bolsa na América em 1929, a Depressão nos anos 30 e a 1ª Guerra Mundial de 1939 a 1945.

De acordo com Marcuse (1997), a racionalização do trabalho acentuada principalmente durante a Primeira Guerra Mundial e depois de seu término, incrementou as invenções. As mudanças tecnológicas modificaram o modo de ser e viver dos homens, o modo de pensar e sentir a vida. Essa nova forma de produção em massa significou um novo sistema de reprodução da força de trabalho, uma nova política de controle e gerência do trabalho, uma nova sociedade. Nessa nova sociedade, o homem é incentivado a consumir, a ter.

A grande produção industrial lançou, principalmente sobre as mulheres, inúmeros e variados produtos de beleza, jóias baratas, discos, salões de danças, cafés, salas de chá, férias à beira-mar e em especial, o cinema hollywoodiano que incentivava o consumo, o glamour, o romance e sustentava a imagem do casamento como objetivo natural da mulher.

De acordo com Tannahill (1983, p. 440), a “explosão de bebês”, que durou por mais de dez anos após a guerra, não impediu a insatisfação e a incompatibilidade entre os casais. Apesar das pequenas discussões, das tensões financeiras, dos problemas com os filhos e da rotina, a família da classe média não estava preparada para o divórcio e a admissão do próprio fracasso, por isso as famílias cresciam e mantinham-se juntas por “causa dos filhos”. Sem amor ou com amor, não se questionavam quanto aos danos da obrigatoriedade de viverem juntos até que “a morte os separassem”. Os maridos comumente procuravam a companhia das prostitutas e das amantes enquanto que, as mulheres, mergulhavam nas neuroses.

Neste período, a Psicanálise e as teorias de Freud tornaram-se familiares tentando encorajar os descontentes a explorarem seus sentimentos íntimos.

Por volta dos anos 60, uma geração de adolescentes, nascida no pós-guerra, descobriu um mundo novo, diferente, sem restrições e rebelou-se contra a monotonia em que viviam seus pais. Monotonia não só política, mas também social e sexual. Sem atentar para as convenções, esses adolescentes – movimento hippie – criaram os seus próprios padrões de vida, obrigando as gerações mais velhas a se adaptarem a eles. A esse conjunto de manifestações que surgiram em diversos países, deu-se a contracultura, isto é, a busca por um outro tipo de vida. Faziam parte desse novo comportamento, cabelos longos, roupas baseadas num misticismo oriental, músicas, drogas, o amor livre, o aborto, o homossexualismo, a nudez em público, a paz e o retorno à natureza.

Segundo Tannahill (1983), um exemplo dessa mudança aconteceu em relação ao casamento, pois em 1965 havia um divórcio para cada quatro casamentos, enquanto que em 1977, um divórcio para cada dois casamentos.

Durante anos, a Igreja e o Estado sempre estiveram envolvidos na questão do controle da natalidade, por serem contra esta prática. Além dos motivos religiosos, a contracepção não se coadunava com a romantização da maternidade.

A classe médica, segundo Tannahill (1983, p.444), também afirmava que “uma mulher com quem seu marido pratique o que é chamado de cópula preventiva é, necessariamente, levada à condição mental de uma prostituta”. Mesmo assim, as mulheres utilizaram-se de diferentes meios, como o diafragma Mensinga, as injeções de estrogênio, progesterona ou testosterona, o DIU e a pílula anticoncepcional, para evitar uma gravidez imposta pelos “maridos bêbados”. No entanto, foi somente a partir de 1970 que o mundo ocidental passou a aceitar a contracepção como um problema pessoal.

Para as mulheres, o surgimento da pílula anticoncepcional foi responsável por um comportamento sexual feminino mais liberal e, diante dessa liberação, de sua independência sexual, os homens começaram a adotar uma nova postura frente aos relacionamentos sexuais.

Segundo Tannahill (1983, p.459),

o homem começou a perder a calma. [...] ele foi batendo em retirada. O sexo casual perdeu muito de sua atração e os pesquisadores do

início dos anos 70 descobriram que esse homem estava tendo intercurso com menos frequência, que se voltava mais para a masturbação e desenvolvia gosto pela pornografia, algo que, em meados da década assumia proporções epidêmicas. Uma parte dessa pornografia não passava de superficialidade erótica, mas os filmes proibidos eram destinados – barata, sórdida e sadisticamente – a alimentar o mais profundo ressentimento masculino (em geral reprimido) por sua própria incapacidade, vis-à-vis a imagem popular da mulher liberada.

Também por volta dos anos 60 surgiu o Movimento de Liberação Gay, em que os homossexuais passaram a ser vistos com mais desconfiança e como ligações problemáticas. Esses buscavam o reconhecimento de seus direitos para poderem enfrentar o preconceito e assumirem postura política na discussão dos grandes assuntos nacionais. Na área médica, o homossexualismo foi classificado como uma doença ou uma anomalia e, raramente era aceito socialmente. Quanto às mulheres, algumas se refugiaram no lesbianismo, outras no trabalho e a maioria em novelas, em livros bestsellers, onde homens apaixonados e dominadores levam as mulheres ao êxtase, ao orgasmo.

O casamento deixou de ocupar lugar no quadro feminista e surgiu um crescente número de casais unidos sem documentação legal e, caracterizando-se, pela fidelidade, dependência e possessividade como nos casamentos convencionais.

As mudanças ocorridas no âmbito do trabalho, na segunda metade do século XX, interferiram na formação do sujeito. O trabalhador deixa de ter o poder de decisão e de transformação. Há a fragmentação da produção e do consumo sob a gerência científica e dos especialistas em merchandising, o lazer e os conhecimentos são divididos em pequenas especialidades e a sexualidade também é fragmentada, destruída.

De acordo com Chauí (1984, p.156),

para que o trabalho se torne central, valor e virtude, condenação e destino, a repressão dessexualiza e deserotiza o corpo, destrói as múltiplas zonas erógenas (cuja satisfação, se for conservada, será chamada de perversão, crime, imoralidade) e reduz a sexualidade exclusivamente à zona genital, com finalidade procriativa. A sociedade racionalizada é uma sociedade funcional, isto é, nela tudo o que existe, só tem direito à existência se for definido por uma função útil, adequada e aceita: a sexualidade será, então, a função especializada em procriar e função especializada de alguns órgãos do corpo.

Nesse período o trabalhador considera normal viver dessa maneira tendo um tempo mínimo e um espaço mínimo para a sexualidade: algumas horas noturnas do leito conjugal, no quarto secreto do casal, num motel, num camping.

Ainda segundo Chauí (1984, p.157),

como também as horas de lazer são controladas, porque estão ligadas ao consumo, assim como o consumo controla também os espaços de lazer, só restam duas saídas: o lazer exclui um tempo para a sexualidade, ou a coloca sob o controle do consumo, isto é, da pornografia, do motel, da sauna, da casa de massagem. Especialização do espaço e ilusão da sexualidade liberada.

Assim, houve a proliferação da sexualidade “fabricada” pelo “poder”, com o objetivo de lucrar economicamente, por intermédio da medicina, da psiquiatria, da propaganda, da prostituição e da pornografia.

De acordo com Marcondes Filho (1994, p.60),

o século XX é o período histórico marcado pela pulsão desenfreada da visão e a pornografia é o exemplo mais claro desse mecanismo. Ela, na medida em que se propôs, no campo da sexualidade, a mostrar o ato sexual como prática crua, fria, depurada de charme e

do clima passional, quase como um fenômeno clínico, acabou por liquidar o próprio sabor e a magia do erotismo, reduzindo-o a meros atos e comportamentos mecânicos, repetitivos e viciados. Gozo neurótico e entediante. Anti-sexo.

A indústria cultural, muito mais que revistas, moda, produtos de beleza, discos, vende um estilo de vida, ela ensina um jeito de ser. A indústria cultural institui códigos de sedução, de bom gosto, de saúde e de exercício da sexualidade. Ela constrói e legitima determinadas identidades sociais e desautoriza outras.

O homem pós-moderno busca aproveitar a vida ao máximo, experimentar fortes sentimentos de prazer e, secundariamente, evitar o desprazer. Os instintos devem ser “soltos” e satisfeitos, deve-se apenas “viver o momento”.

Segundo Nunes (1997, p.14),

a paulatina implementação da influência dos veículos de comunicação, e dentre eles a televisão, refletem-se nos valores, nos comportamentos, na linguagem, no modo de vestir, nas músicas, nos filmes, nas formas de relacionamento. O acréscimo das descobertas científicas, os métodos anticoncepcionais ao alcance de todos, a indústria do sexo, a pornografia, tudo isso hoje é inegável que acaba transformando algumas concepções mais tradicionais.

A sociedade da pós-modernidade é invadida pela propaganda erotizada que se materializa a todo instante, chamando a atenção do consumidor. Não importa qual seja o produto desde que a sensualidade esteja presente, pois essa ajuda a vender e a consolidar a marca.

De acordo com Nascimento (1999, p.87), “é impossível escapar a uma uniformização mais abrangente imposta pela indústria cultural. Esta universaliza e

coletiviza os sujeitos para atender as exigências do consumo, ultrapassando as fronteiras nacionais e etárias”.

Nos anúncios, os corpos primam pela perfeição das formas e começa então a busca constante para atingir o ideal das deusas dos comerciais. O próprio corpo torna-se um instrumento com propriedades utilitárias e transforma-se num objeto de troca como outra mercadoria qualquer.

Atualmente, a figura feminina, na sociedade consumista, deixa a condição de ser humano com história de vida e transforma-se em símbolo de erotismo reforçando posturas machistas. O homem sente-se na obrigação de representar a figura do sedutor propagada pela mídia desvalorizando as relações afetivas.

Segundo Fabiano (1998, p.161),

a massificação cultural cumpre assim um papel de não elevar a consciência da massa mas, ao contrário, das mais diversas e ardilosas formas, fragmentar a subjetividade humana para nela introjetar uma objetividade ideológica que retroalimenta a própria estrutura dominante. [...] a cultura que aí viceja passa a ser resultante de um pragmatismo em que a utilidade se impõe como a intenção primeira das aspirações e ações humanas. O próprio corpo instrumentaliza-se como propriedade utilitária e se objetifica num processo de troca. A sociedade começa então a caracterizar-se como uma sociedade de objetos: de bens descartáveis, de bens culturais [...].

Em nossos dias, a sexualidade é tratada de forma banal influenciando no comportamento dos jovens e adolescentes. Os jovens sofrem a todo instante a influência da mídia com mensagens que vendem um dos produtos mais desejados: o sexo. A mercadoria está disponível na internet, no rádio, na televisão, no sexo virtual,



nos namoros eletrônicos, nos rádios, nas bancas de jornal e livrarias, gerando informações distorcidas e levando à prática desenfreada de impulsos e desejos.

De acordo com Costa (1998, p.190),

a produção de mensagens jornalísticas, a tendência ao sensacionalismo, a exploração do extraordinário, factual e contingente como referências para a codificação do enunciado, da titulação, podem conduzir em escala inimaginável a um certo estado de dessensibilização coletiva sobre problemas de ordem social ao invés de estimular a ação consciente. A indústria cultural, com a padronização dos produtos culturais, transnacionalização da imagem, sobretudo com a publicidade, criou a atmosfera espiritual para se pensar o mundo como um “todo articulado”. A combinação de imagem, som, movimento associados aos recursos da eletrônica e da informática permitiram apreensões normatizadas e coletivas de sentidos que, de maneira incisiva, contribuem para a reprodução da ordem social, para a formulação de um imaginário coletivo.

Analisando-se a história da sexualidade em diferentes épocas, percebe-se que os relacionamentos amorosos e os impulsos sexuais válidos em determinada cultura, nem sempre foram aceitos por outra e vice-versa. O que era verdadeiro e legítimo em uma civilização, passou a ser rejeitado e abominado por outra.

Os principais tabus que sustentavam o patriarcado há milênios caíram por terra, os gêneros humanos se multiplicaram frutos de uma nova consciência sobre a própria sexualidade e frutos da tecnologia aplicada. As formas de relacionamento assumiram formas e facetas plurais e fluidas.

Vivemos numa era pós-pílula, pós-liberação da mulher, pós-liberação gay, pós AIDS e pós Viagra. Todos os tabus possíveis de serem superados em relação ao sexo já o

foram ou têm possibilidade de o serem. Isso quer dizer que cada qual pode, se quiser, viver plenamente sua própria sexualidade seja ela qual for.

Dessa forma, pode-se afirmar que a sexualidade sofreu a influência dos aspectos sociais, econômicos e culturais nas diferentes épocas históricas e que, o relacionamento homem x mulher é conseqüentemente, resultado das experiências acumuladas ao longo da vida.

Retomando-se, portanto, aspectos relevantes da história da sexualidade, abordaremos, neste segundo capítulo, a adolescência, as mudanças decorrentes desse processo evolutivo e a influência exercida pela cultura e pela sociedade sobre a sexualidade do adolescente.

## **2 ADOLESCÊNCIA E SEXUALIDADE**

Na sociedade atual circulam muitas e variadas idéias a respeito da adolescência. Muito se tem falado e discutido sobre esta fase da vida, porém os discursos muitas vezes, parecem ser inadequados ou incompreendidos.

Diz-se que a adolescência é uma época de crises, turbulências e transformações marcantes. Muitas frases e estereótipos alimentados pelos meios de comunicação e pela publicidade desorientam os pais e professores e os deixam sem saber que atitude assumir perante essa criatura misteriosa e multifacetada.

A idéia de infância e adolescência como atualmente é compreendida, é recente na história da sociedade humana e, para que se possa entender o conceito atual de adolescência e a conseqüente crise de identidade relacionada à mesma, é necessário um resgate histórico deste, pois ele é sem dúvida, construído socialmente pelos homens.

De acordo com Salles (1998, p.44), “até o Renascimento, a infância e a adolescência não eram distinguidas como uma etapa própria do desenvolvimento do ser humano, pois as crianças eram consideradas adultos em miniatura”.

Entre os povos primitivos, a passagem da infância para a vida adulta era marcada pelos ritos de iniciação. Com 10 ou 11 anos, os meninos eram entregues a alguns adultos escalados para esse trabalho. O menino era pintado com símbolos totêmicos, atirado ao ar e surrado violentamente. A escarificação, das costas, ou do peito, deixava marcas para o resto da vida como sinais de identificação. Durante certo tempo, o jovem ficava sem se alimentar e no dia da “benção do fogo”, este deveria caçar para oferecer alimentos para os adultos. O período inteiro era ocupado por uma variedade de cerimônias e danças onde o jovem era dirigido por um adulto. Depois dessa fase, o adolescente seria admitido plenamente à vida adulta e, daí por diante, não se associaria mais a mulheres e crianças.

Por outro lado, entre os hebreus não havia adolescência. As meninas passavam para a vida adulta através do casamento que se consumava aos 11 ou 12 anos. Os meninos eram circuncidados representando um rito de passagem para a adolescência. A circuncisão era obrigatória entre os judeus, pois representava um símbolo eterno do pacto de Deus com o povo judeu.

Segundo Tannahill (1983, p.71),

tudo apontava para um rito de puberdade: a idade do paciente, a exposição triunfante da glândula masculina e a remoção das dobras flácidas de pele que, para o homem primitivo, talvez oferecessem uma certa aparência feminina.

Na Grécia Antiga, um jovem adquiria status se tivesse educação. O rito de passagem era o período de aprendizagem, entre o mestre e o discípulo.

De acordo com Brandão (1984), entre os gregos sempre se acreditou que todo saber que se transfere pela educação circula através de trocas interpessoais, de relações físicas e afetivas entre as pessoas. Assim, a pederastia era a forma mais completa e pura de educação entre homens livres e iguais. Quando a criança atingia a idade de 12 anos aproximadamente, era tomada sob a proteção de um homem mais velho que se tornava responsável pelo seu desenvolvimento moral e intelectual até que se tornasse jovem, tratando-o com delicadeza, compreensão e afeição, dedicando-lhe amor puro.

Dessa forma, a educação grega se preocupava em transformar rapidamente a criança, no jovem perfeito, no guerreiro, no atleta, no artista perfeito de seu corpo e mente e no adulto educado a serviço da polis.

Segundo Monroe (1976), em Roma, somente aos 14 anos, o jovem abandonava as vestes infantis, a *toga praetexta*, e passava a ter o direito de fazer o que gostasse. Aos 17 anos, podia entrar para a carreira pública ou para o exército. Se ingressasse na carreira pública, deveria freqüentar a escola de retórica para completar a preparação lingüística recebida nas escolas de gramática.

Não havia um marco que separasse a criança do adolescente, pois isso era decidido pelo pai, quando este pensava ter chegado a hora do impúbere abandonar as vestes de criança. As jovens romanas, das classes superiores, se casavam com cerca de 13 ou 14 anos. As mais pobres casavam-se mais tarde porque os jovens não possuíam meios para a união.

Na Baixa Idade Média, ser ordenado cavaleiro significava deixar de ser criança. O jovem era o recém entrado no mundo adulto, o que era feito através da barbatoria, cerimônia que se seguia ao primeiro barbear do rapaz. Possuir pêlos significava que a criança tornara-se homem e a qualidade da agressividade poderia ser cultivada, objetivando a boa formação do guerreiro.

Por volta dos quinze anos, o jovem recebia armas, cavalo e armadura para os combates e era preparado para exercer sua virilidade através da habilidade em matar ou a disponibilidade para morrer. Os jovens deveriam aprender os rudimentos do amor, da guerra e da religião.

De acordo com Monroe (1976), à medida que os preparativos se aproximavam o jovem passava por várias cerimônias de purificação onde jurava defender a Igreja, atacar os perversos, respeitar os sacerdotes, proteger as mulheres e os pobres, manter a região em tranqüilidade e derramar o sangue em defesa de seus irmãos.

Na Índia, no final da infância, os brâmanes, os kshatriyas e vaisyas eram investidos com o fio sagrado e renasciam na sociedade. Dessa fase até aproximadamente 20 anos, os jovens permaneciam no estágio de estudante e esperava-se que fossem obedientes a seu professor, austero e celibatário. O estágio seguinte seria o casamento e a paternidade.

Segundo Tannahill (1983), na Índia, os textos religiosos recomendavam com insistência que as mulheres se casassem antes da puberdade por serem as jovens

naturalmente libidinosas e prontas a perderem sua virgindade. Assim, parecia conveniente ligá-las a um marido antes que algo acontecesse.

No século XVII, num período conturbado por guerras na Europa, a iniciação era ingressar no serviço militar. Muitas vezes a vida profissional começava bem antes, com o trabalho nos campos e nas manufaturas.

Com o advento do capitalismo, a maquinaria torna supérflua a força muscular, permitindo o emprego de trabalhadores sem a devida força ou com o desenvolvimento físico incompleto. O capitalista, então, utiliza a força de trabalho das mulheres e das crianças aumentando o grau de exploração. Os meninos e meninas de aproximadamente 12 a 13 anos são empregados na indústria têxtil algodoeira ou nas fábricas de fiação de lã. As meninas são obrigadas a freqüentar as escolas de costura para aprenderem a nova profissão solicitada pelo capital.

Segundo Marx (1984, p.450),

[...] a maquinaria transformou-se imediatamente em meio de aumentar o número de assalariados, colocando todos os membros da família do trabalhador, sem distinção de sexo e de idade, sob o domínio direto do capital. O trabalho obrigatório para o capital tomou o lugar dos folguedos infantis e do trabalho livre realizado, em casa, para a própria família, dentro de limites estabelecidos pelos costumes.

Dessa forma, nesse período, as crianças passavam da infância rapidamente para a idade adulta, sofrendo todo e qualquer tipo de exploração, violência e degradação moral.

Apesar de no século XVIII aparecerem as primeiras tentativas de se definir a adolescência, foi somente no século XX que surgiu o adolescente moderno exprimindo uma pureza provisória, espontaneidade e alegria de viver. Esta fase da vida – a adolescência – tornou-se então um tema literário e uma preocupação dos moralistas e dos políticos. Começaram a surgir, então, várias pesquisas para saber seriamente o que pensava, de que maneira agia, e o que sentia a juventude.

De acordo com Ariès (1978, p.46),

a juventude apareceu como depositária de valores novos, capazes de reavivar uma sociedade velha e esclerosada. Havia-se experimentado um sentimento semelhante no período romântico, mas sem uma referência tão precisa a uma classe de idade. Sobretudo, esse sentimento romântico se limitava à literatura e àqueles que a liam. Ao contrário, a consciência da juventude tornou-se um fenômeno geral e banal após a guerra de 1914, em que os combatentes da frente de batalha se opuseram em massa às velhas gerações da retaguarda. A consciência da juventude começou como um sentimento comum dos ex-combatentes, e esse sentimento podia ser encontrado em todos os países beligerantes, até mesmo na América. Daí em diante, a adolescência se expandiria, empurrando a infância para trás e a maturidade para frente. Daí em diante, o casamento, que não era mais um “estabelecimento”, não mais a interromperia; o adolescente-casado é um dos tipos mais específicos de nossa época; ele lhe propõe seus valores, seus apetites e seus costumes. Assim, passamos de uma época sem adolescência a uma época em que a adolescência é a idade favorita. Deseja-se chegar a ela cedo e nela permanecer por muito tempo.

Percebe-se, dessa forma, que cada época histórica correspondia a uma idade privilegiada e a uma periodização particular da vida humana. Essas variações dependiam das relações entre as pessoas, das interpretações ingênuas que eram realizadas e da própria reação da sociedade diante das transformações sociais ocorridas.



Ao estudar-se o adolescente dos dias atuais, deve-se entendê-lo como parte integrante de um sistema, relacionando-o diretamente ao funcionamento da sociedade em que está inserido.

Segundo Salles (1998, p.46),

a adolescência é entendida socialmente como o estágio intermediário entre a infância e a idade adulta e como período transitório no qual as responsabilidades são menores. O adolescente se caracteriza pela indefinição de seu papel social, o que resulta num status intermediário e provisório e conseqüentemente, passa a ser tratado de forma ambivalente: como criança e como adulto. O conceito de adolescência e adolescente é invenção da sociedade industrial ligado às leis trabalhistas e ao sistema educacional e que torna os jovens dependentes, cada vez mais, dos pais.

Os adolescentes do mundo moderno têm à sua volta um universo de escolhas que se vislumbram aos seus olhos, têm à sua frente um vasto rol de possibilidades e vivem conflitos afetivos, sociais e morais em uma sociedade onde as opções são inúmeras.

Atualmente, discorrer sobre a adolescência implica primeiramente delimitar um período de vida do sujeito para poder compreendê-lo em função dos muitos aspectos conflitivos que o envolvem.

Sabe-se que a maturidade do indivíduo é determinada por um relógio biológico, porém, para a grande maioria, a puberdade é um fenômeno característico do início da adolescência.

De acordo com Bossa (1998), a adolescência, que se inicia por volta dos 9 aos 12 anos, é marcada por uma intranqüilidade motora, por fantasias em torno da vida familiar, pela necessidade de investigação e pela conquista de sua independência e autonomia.

Em face ao crescimento desordenado, o adolescente sofre e fica ansioso pelas perdas. É uma época de lutos. Sofre pela perda do corpo infantil, pela perda de sua identidade e dos pais da infância. Com um corpo em mudanças e sendo obrigado a enfrentar a independência e a responsabilidade que o novo papel exige, afasta-se dos pais como medida de proteção, pois toda a questão edípica, volta com nova força.

Além da confusão da identidade sexual em que luta por um papel masculino ou feminino, o adolescente se vê atraído pela sociedade, uma entidade que antes era temida, pois estava fora dos limites familiares. O adolescente deixa de ser criança, mas tem medo da vida adulta, porque essa representa uma ameaça desconhecida.

Também Ackerman (1986, p.207) afirma que,

o adolescente perde a proteção da infância mas ainda não tem a força e os privilégios do adulto. As realidades da vida adulta representam uma ameaça desconhecida e indefinida. O medo de ser uma criança empurra o adolescente para frente. O medo de ser adulto empurra-o para trás.

Dessa forma sente-se angustiado e esconde seus medos e incertezas atrás de uma máscara de arrogância ou indiferença, buscando formas alternativas de aliviar suas tensões.

E é nesse contexto, envolvido em problemas fundamentais, que muitos jovens, segundo Knobel (apud BOSSA, 1998, p.271),

são levados a intelectualizar e fantasiar lutando contra a perda do corpo da infância, as regras que organizavam neste período e as vivências infantis com os pais. Perde o modelo de proteção e onipotência infantil; perde a bissexualidade da identidade infantil. Perde o que era e não pode ainda construir o que será. Só o pode fazê-lo na fantasia. Quando neste plano se torna um construtor de teorias ou devaneios, isto está reparando a angústia das perdas que vive. Não é o mundo que ele quer reconstruir ou salvar, mas é a si que deseja construir e estabilizar.

## 2.1 ASPECTOS FÍSICOS

Segundo Magalhães (1970), o termo adolescência provém do latim *adolescencia* – de *adolescere* e significa crescer para a maturidade, desenvolver-se.

O crescimento físico caracteriza a adolescência. É durante essa fase que os indivíduos têm de se adaptar às rápidas transformações fisiológicas e psicológicas sofridas, associadas inicialmente à fase conhecida como “puberdade”. *Pubertas* significa “idade viril”, e faz-se coincidir com o aparecimento da menstruação nas garotas e da pilosidade púbica, seguida pela primeira ejaculação, nos rapazes.

Essas mudanças biofisiológicas são conseqüência do amadurecimento dos órgãos sexuais, pois o sistema endócrino passa a funcionar com o objetivo de concluir e ativar o sistema reprodutor.

É o hipotálamo que começa a produzir fatores de liberação para que a hipófise produza hormônios de crescimento e amadurecimento físicos. Situado na base do cérebro, o hipotálamo funciona de acordo com a programação genética, obedecendo a um determinismo biológico, enquanto a hipófise por sua vez, produz hormônios responsáveis pelo crescimento físico e hormônios que proverão o amadurecimento das características sexuais secundárias e irão agir nos óvulos e nos testículos.

A aceleração do ritmo do desenvolvimento faz com que o corpo se transforme rapidamente e o adolescente vê desaparecer um importante ponto de referência no qual se apoiava desde a infância: o corpo que conhecia.

Para Aberastury (apud WEINBERG, 1999, p.58), a “adolescência é uma época de lutos e o primeiro deles é pelo corpo infantil perdido”.

O adolescente observa passivamente todas essas transformações que ocorrem e sente-se inseguro perante esse processo que não sabe como irá terminar.

À medida que o corpo muda, aparecem caracteres sexuais secundários. Nas meninas, essas mudanças têm início bem cedo, em torno dos dez anos. Há o arredondamento dos quadris, desenvolvimento dos seios, aparecimento dos pêlos pubianos e axilares, arredondamento dos ombros e a definição das pernas e dos braços. O útero, vagina, lábios e clitóris mostram um crescimento acelerado e a menarca ocorrerá na seqüência de desenvolvimento, variando entre 9 a 15 anos e meio. A menstruação significa a maturação dos ovários e a produção de folículos que serão os óvulos. O útero torna-se vascularizado, enche a parede interna de

sangue, tudo em preparo e antecipação de uma possível fecundação do óvulo por um espermatozóide e a conseqüente gravidez. Caso isso não ocorra, o óvulo degenera e se desintegra, sucedendo o mesmo à parede interna do útero.

Nos meninos, embora o crescimento das células testiculares e a secreção de hormônios masculinos comecem por volta dos 11 anos, aproximadamente, o primeiro sinal de maturidade sexual é o aumento no crescimento dos testículos, do escroto e da glândula prostática. A primeira ejaculação pode ocorrer como resultado da masturbação ou mesmo durante o sono (polução noturna) quando a presença de milhões de espermatozóides pode estimular o cérebro a sonhar conteúdos sexuais que culminam em orgasmo. A polução noturna também pode acontecer quando a excitação sexual permanece mesmo após a prática da masturbação.

Há também, o aumento da transpiração axilar, mudança de voz causada pela dilatação da laringe e aumento das cordas vocais, definição do contorno do cabelo, o aparecimento dos pêlos dos braços e pernas, o surgimento de barba e bigode, o desenvolvimento de ossos largos e espessos e o aumento de massa muscular.

Os meninos ainda possuem maior força física, pois desenvolvem coração e pulmões maiores, uma pressão sanguínea sistólica mais alta, capacidade maior para carregar oxigênio no sangue e uma taxa de batimento cardíaco mais baixa, no repouso. Também são mais resistentes à fadiga após esforço físico.

Além dessas mudanças nas proporções corporais, há mudanças na altura e no peso. Esse desenvolvimento começa aos nove, dez anos para as meninas atingindo

o máximo entre os 12, 13 anos, enquanto para os meninos, o processo se inicia cerca de dois anos mais tarde. Dos 11 aos 14 anos, as jovens são mais altas, mas gradualmente, eles atingem os mesmos níveis e depois ultrapassam-nas.

Além do desenvolvimento físico, aptidões manuais e motoras adquiridas, parecem diminuir; o adolescente não sabe o que fazer com os compridos braços e pernas. Certos músculos e algumas partes do corpo crescem inesperadamente surpreendendo-o; não é capaz de controlar suas aptidões e seus gestos, necessita de tempo para se familiarizar com este corpo estranho.

Os fenômenos de desenvolvimento físico são muito importantes devido às profundas reações psicológicas que suscitam, pelo efeito que produzem sobre toda a personalidade do indivíduo, pela formação de sua identidade e mudanças na auto-imagem.

Segundo Bossa (1998, p.222), “o ritmo das mudanças puberais é importante para o status de um adolescente no seu grupo de pares e pode produzir certas respostas psicológicas e sociais no adolescente e nos outros à sua volta”.

Quando o jovem está insatisfeito com seu aspecto físico, angustia-se e o estado de ansiedade o faz julgar-se diferente do grupo e marginalizar-se devido ao complexo de inferioridade. Os complexos devido ao peso excessivo são mais fortes que os motivados pelo excessivo crescimento em altura. O jovem começa a fazer dietas severas sem atentar para as características passageiras da adolescência ou aos fatores de origem genética. Se recomeça a comer normalmente, culpa-se, sente-se covarde e, nesta batalha, gasta grande parte de suas energias.

Outro motivo de complexos é a desproporção entre as diversas partes do corpo, o desenvolvimento das pernas antes do desenvolvimento do tronco e o desenvolvimento de algumas partes do rosto, como o nariz e o queixo.

Tanto os meninos quanto as meninas sofrem com as imperfeições da pele (o aparecimento de sardas, espinhas, pele oleosa, pele seca), a irregularidade dos dentes, a necessidade de usar óculos e aparelhos ortodônticos...

O adolescente não apenas responde psicologicamente à mudança biológica, mas seu estado psicológico pode, por sua vez, influenciar o sistema biológico. É o caso de meninas que sob um estresse muito grande, pode ter seu ciclo menstrual interrompido ou cessado completamente por um bom tempo.

Segundo Bossa (1998, p. 223), “tanto o início quanto o resultado final do processo puberal podem ser afetados por fatores psicossociais. Estas influências também podem ter efeitos indiretos no processo de crescimento”.

Para os meninos é importante o bom índice de força física, condição essencial para se sentir seguro, ser aceito pelo grupo e tornar-se popular. As meninas, no entanto, medem o grau de sua aceitação social pelo aspecto físico, facilidade de relacionamento, graciosidade e outros atributos físicos.

Segundo Salles (1998, p.55),

com a maturação sexual, o sexo e a atração sexual tornam-se fontes de inquietação. A preocupação com o corpo se traduz no desejo de ser atraente, o qual está associado ao êxito heterossexual e ao prestígio. A interação social volta-se para o estabelecimento das

relações amorosas e sexuais, e a auto-aceitação depende da aceitação do seu corpo por si mesmo e pelos outros.

É nessa fase que os impulsos sentimentais e sexuais têm um aumento significativo devido a uma série de razões fisiológicas, psicológicas e sociais. Tanto os meninos quanto as meninas começam a ser observados com curiosidade e interesse. Aparece o desejo de agradar, de fazer-se notar, de obter uma nova forma de reconhecimento e de proximidade física através de atividades de grupo, passeios, manifestações culturais. Os jovens iniciam primeiramente um diálogo, seguram-se as mãos e oferecem o corpo às carícias e, quando não os querem mais, abandonam-nos. É nessa etapa das carícias e do assédio masculino, que surge, para as meninas, a questão da virgindade e isso, passa a ser uma preocupação concreta.

Os meninos, geralmente, têm uma grande curiosidade em relação ao seu funcionamento sexual, se seu pênis é normal e, as meninas, acabam se conhecendo através da mão do namorado, percebendo sua excitabilidade, sua sensibilidade e zonas erógenas. Esse relacionamento causado pelo despertar dos impulsos sexuais traz aos meninos satisfação e alegria, enquanto para as meninas isso causa medo, culpa, embaraço e preocupação.

## **2.2 ASPECTOS SÓCIO-AFETIVOS**

Com o crescimento e amadurecimento físico, os impulsos básicos e os conflitos emocionais agravam-se, obrigando a personalidade a reorganizar-se.



A adolescência é uma fase da vida que não tem limites definidos e varia conforme alguns fatores, tanto de ordem psicológica e constitucional, quanto os de ordem social, geográfica, econômica e cultural.

Alguns autores costumam dividir a adolescência em três fases: a pré-puberdade, puberdade e pós-puberdade tomando as mudanças fisiológicas como ponto de referência, já que estas mudanças são fundamentais no desenvolvimento psicológico dos jovens.

Segundo D'Andrea (1996), nos dois ou três anos que antecedem à puberdade, a criança aumenta cerca de cinco a seis quilos e cresce, em média, dez centímetros por ano, sendo que as meninas se desenvolvem mais que os meninos.

Na pré-puberdade, a criança sofre grandes mudanças no seu aspecto físico e esse desenvolvimento obriga-a a uma reorganização intrapsíquica muito profunda, além de causar algumas mudanças de comportamento e alterações em sua identidade.

Segundo D'Andrea (1996, p.85), nesta fase,

há uma intensificação nas atividades físicas, intelectuais e artísticas, bem como das aspirações emocionais e das tendências a buscar objetos fora da família para odiar, amar ou identificar-se. Apresenta um crescente senso de responsabilidade e independência e tem uma grande necessidade de ser reconhecido como adulto.

Ao mesmo tempo que deseja ser reconhecido como adulto, sente o desejo de permanecer criança, pois se sente inseguro e incapaz de cuidar de si mesmo. Esse

sentimento de ambivalência tem na pré-puberdade a sua maior expressão e pode ser influenciado pelos pais ao tentarem bloquear as necessidades de independência ou incentivá-las de modo exagerado.

O crescimento influencia e traz perturbações à auto-imagem e à auto-estima do jovem adolescente, pois os rótulos ridicularizantes fazem-no reagir agressivamente, afastar-se do convívio de seu grupo social ou apegar-se a livros para compensar intelectualmente seus sentimentos de inferioridade.

De acordo com D'Andrea (1996, p.87),

o aumento de sensibilidade leva o indivíduo a estar constantemente inundado de novas percepções e novos sentimentos e, também, de novos critérios para julgar as experiências sensoriais. Além disso, o crescente desenvolvimento da sexualidade influencia nas sensações e sentimentos, dando um colorido erótico às percepções.

Nessa fase é comum também o jovem mostrar-se apático, desinteressado, incapaz de se relacionar e fechado ao convívio social e, nem mesmo ele e seus pais, compreendem a melancolia e o embotamento afetivo que o acometem intermitentemente.

A momentos de uma exultante sensação de liberdade sucedem-se outros de desconforto, incerteza e depressão. O adolescente debate-se, insatisfeito consigo mesmo, faz críticas aos outros, ao ambiente em que vive, à vida que leva, atormentado por uma sensação de carência ao ver que está cortando as pontes com o passado sem saber ainda para onde ir.

Não conseguindo compreender-se, sente-se incompreendido. Não sabendo bem que atividades o satisfazem, entra em fase de renúncia a tudo e evita situações novas para não correr o risco da falhar.

Na busca de sua própria identidade, procura fora do lar, muitas vezes, identidades negativas, opondo-se àquilo que foi e àquilo que os pais lhes transmitiram. Essas identificações em geral são parciais e raramente levam a problemas sociais graves. Contraditoriamente, continua tanto mais dependente dos pais quanto mais se opõe a eles, contesta-os, tenta ser diferente deles.

De acordo com Salles (1998, p.66),

o contato com o grupo social e com pontos de vista diferentes possibilita, ao adolescente, questionar regras de conduta e ação familiar. Percebe que pais diferentes ensinam coisas diferentes, o que o leva a reavaliar a repensar normas aprendidas. Na sua percepção, agora modificada do mundo, os pais e autoridade deixam de ser infalíveis.

Os pais, por sua vez, ressentem-se quando percebem que os filhos estão tentando trocar os ideais familiares por outros e pensam que tudo o que aprenderam no lar, como preceitos morais e normas sociais, foram perdidos.

Assim, passam a recriminar os filhos pelas suas novas atitudes, influenciando de maneira especial, o autoconceito e a auto-estima e prejudicando sua tarefa de seleção e integração das identificações que fará nessa etapa da vida.

Quanto à curiosidade sexual, tanto meninos quanto as meninas têm grande interesse. Gostam de conversar muito sobre sexo, menstruação, gravidez, relações

sexuais, chegando a criar teorias fingindo entender tudo. No entanto, não compreendem que os pais pratiquem sexo nem que os adultos sintam prazeres eróticos e, por algum tempo, negam a realidade para não sofrerem.

Somente a partir da maturação das glândulas sexuais é que há o ressurgimento da libido. A sexualidade despertada pela puberdade, ameaça a segurança do jovem, aumenta a tensão sexual e o leva a reviver os objetos incestuosos. O complexo de Édipo é reativado, desencadeado pelas mudanças físicas pelas quais passa. Entretanto, logo esses desejos infantis são abandonados e ambos os sexos consolidam as diferenças.

A menina, segundo D'Andrea (1996, p.90), “renuncia definitivamente aos impulsos masculinos e, o menino, supera sua ansiedade de castração. Ambos abandonam os objetos sexuais incestuosos e tornam-se plenamente livres para escolher objetos fora da família”.

Se porventura o jovem não conseguir dirigir sua sexualidade sob a liderança sexual e não se livrar definitivamente de seus impulsos edípicos, sérios distúrbios poderão ocorrer e, dentre eles, os impulsos homossexuais poderão persistir.

A menstruação é um momento crítico na vida das meninas. Contudo, a aceitação das mudanças corporais e da menstruação depende exclusivamente da estabilidade de suas identificações femininas.

Segundo D'Andrea (1996, p.92),

esta estabilidade depende da firmeza do desempenho dos papéis sexuais dos pais, observados na infância, de uma solução positiva do complexo de Édipo, que conduz a uma sólida identificação com a mãe e das identificações femininas realizadas nos grupos de que participou durante a latência.

Nos meninos, embora a adolescência não envolva grandes transformações quanto às que ocorrem com as meninas, a primeira ejaculação é o sinal característico da chegada da puberdade. As poluções noturnas, que são acompanhadas de sonhos eróticos, levam-no a pensar que algo errado está acontecendo.

Para D'Andrea (1996, p.93),

os sonhos que acompanham as emissões de espermas e as fantasias eróticas que acompanham a masturbação, em geral, possuem componentes homossexuais ou incestuosos, gerando uma ansiedade mais difícil de ser aliviada, pois o rapaz evita discutir essas fantasias com outras pessoas.

Os jovens fazem grandes esforços para abandonarem essa prática e, não conseguindo, sofrem uma queda no auto respeito, deprimindo-se e envergonhando-se de suas fraquezas.

Segundo Freud (apud SOUZA, 2000, p.38), “o que ocorre na puberdade é uma recapitulação da vida sexual infantil e, nesse caso, como na puberdade ocorre a maturidade física sexual, é a genitalidade que ocupa o lugar de destaque, predominando sobre as tendências pré-genitais.”

Nesta fase, o id ameaça invadir o ego e este, defende-se da ameaça utilizando-se de recursos de que dispõe. Assim, duas conseqüências podem surgir: ou o ego sai

vitorioso e o caráter do indivíduo ficará consolidado para sempre, ou o id vencendo, o sujeito entrará na vida adulta num processo de descontinuidade total em relação às etapas anteriores do desenvolvimento.

Ainda de acordo com Freud (apud SOUZA, 1999), duas atitudes defensivas que o ego pode tomar em relação à vida instintiva na puberdade, são o ascetismo e a intelectualização que, quando exacerbadas, podem apresentar uma grave distorção de caráter.

O ascetismo refere-se ao repúdio ao instinto, a todos os impulsos e atividades que lhe dão prazer. A renúncia radical chega a estender-se às necessidades mais simples. Trata-se de uma atitude de abstenção de tudo o que poderia relacionar-se a uma manifestação sexual. Quando o ascetismo perdura, as atividades vitais do sujeito são prejudicadas e ele pode parecer ou tornar-se psicótico.

A intelectualização refere-se ao mecanismo de defesa onde o jovem utiliza de seus recursos intelectuais para refletir sobre seus conflitos instintivos. A intelectualização reflete o exagero de uma atitude do ego, determinado por um aumento de energia sexual. Esse aumento da energia sexual ameaça o ego, que se defende por meio dos pensamentos para dominar os instintos.

Segundo D'Andrea (1996, p.98),

o adolescente entrega-se a toda sorte de considerações abstratas sobre a vida, nos seus diversos aspectos e nestas divagações, cujo conteúdo não tem quase nenhuma relação com sua conduta real, julga que é capaz de manejar com todas as tentações. Em vez de bloquear os impulsos pelo ascetismo, o ego aproxima-se deles, mas apenas intelectualmente.

Assim, o ascetismo e a intelectualização atuam como uma espécie de reajuste emocional. É nesse processo defensivo que ocorrem as preocupações com os princípios éticos, filosóficos e sociais, surgindo grandes teorias, os movimentos políticos e as idéias de salvar a humanidade,

O período pós-puberal inicia-se por volta dos quinze anos, indo até os 20 anos aproximadamente. Este período de vida é o mais conflitivo, pois é nesta época, que ocorrem as divergências entre as gerações, em que os jovens passam a integrar definitivamente o mundo dos adultos, onde há a escolha vocacional, a emancipação da família, o estabelecimento das relações afetivas com o sexo oposto e a integração de sua personalidade cristalizando uma identidade pessoal.

Se o jovem trazer problemas não resolvidos das fases anteriores e se deparar com novos problemas de difícil solução, isso provocará uma desorganização mental muito grande. Segundo D'Andrea (1996, p.99), alguns aspectos sócio-culturais também tornam mais complexa a adolescência:

1- Duração demasiado longa do período que vai desde a puberdade até a fase adulta. 2- Cultura conflitiva, com valores antagônicos ou contraditórios, por exemplo, ideais cristãos de fraternidade em contraposição com ideais capitalistas de competição. 3- A sociedade cria a expectativa de que o jovem seja capaz de realizar-se sexualmente, mas ela própria estabelece exigências e proibições contrárias às tendências naturais do indivíduo. 4- Não há uma posição social definida para o adolescente. Não sendo considerado nem adulto nem criança, o jovem ocidental tem papéis incharacterísticos e imprecisos. Assim, tem poucas oportunidades de aprender a decidir por si mesmo, a ser responsável pelos próprios atos e a tomar iniciativas.

Além desses aspectos, que tornam muito complexa a adolescência, os jovens têm de enfrentar os problemas de ordem familiar. Alguns pais, por insegurança ou

imaturidade emocional, tendem a prolongar a dependência afetiva dos filhos, entretanto, por outro lado, alguns casais insatisfeitos e desajustados, podem usar o adolescente como objeto intermediário, “bode expiatório”, nos conflitos.

Muitas vezes, o jovem tenta afastar-se do jugo dos pais pela desvalorização de suas qualidades, porém isso não ocorre intencionalmente, mas por motivos inconscientes. Esta queda de valores tem origem na decepção que o adolescente sofre, ao perceber que os antigos valores não correspondem mais aos fatos, que os pais não são mais modelos de virtude, induzindo-os a práticas que pareciam recriminar anteriormente, entre as quais, as próprias relações sexuais. Os enfrentamentos dos adolescentes em relação aos pais não visam a destruí-los, mas apenas reforçar a diferenciação entre as duas gerações promovendo o sentimento de independência.

Dessa forma, a superação da dependência familiar é importante para que o adolescente atinja a maturidade. É necessário que sejam, pois, estabelecidas relações de mútuo respeito para que o jovem desenvolva autonomia, autoconfiança e iniciativa.

Nessa fase, o jovem questionará também o seu vir-a-ser, isto é, a busca mais abrangente da profissão a escolher. Essa procura está diretamente relacionada à família e à instituição educacional das quais faz parte, pois o grupo familiar e o grupo de iguais são grupos de referência, influenciando em seus valores, tanto de forma positiva como negativa. Na escolha profissional, tem de ser levado em conta a situação de perdas e lutos, pois escolher algo novo implica a dor de deixar o resto.



De acordo com Enderle (1988, p.73),

a escolha vocacional encontra como problema crucial a ajuda da elaboração de tudo o que tem de ser deixado, mais do que o que tem de ser tomado. As carreiras supõem sempre, a elaboração de lutos, pois deixam-se objetos e formas de ser, surgindo a culpa decorrente daquilo que se abandona. Isto pode representar ter de deixar de lado projetos valiosos acalentados durante muito tempo. Abraçar uma carreira em detrimento de outra pode ter como consequência a autocensura, passando o jovem a sentir-se perseguido por esta parte abandonada, a qual já fazia parte de si mesmo.

O contato entre moças e rapazes, nesta fase, acontece mais com propósitos sociais que sexuais. O jovem se vê invadido por uma intensa necessidade de amar e ser amado, o que força a voltar-se novamente para o mundo exterior à procura de pessoas que correspondam a este amor. Na falta de uma pessoa, serve uma causa, um ideal, uma ficção ou um objeto de amor inatingível que alimente suas fantasias. A vivência amorosa nesta fase está mais em nível de idealização, o que vale mais para as mulheres do que para os homens, estabelecendo normas diferentes para cada sexo.

De acordo com Nascimento (1999, p.129), “apaixonar-se, na adolescência, seria uma tentativa de projetar e testar o próprio eu por meio de outro eu construindo, assim, a própria identidade”.

As confidências orientam-se para as relações heterossexuais e a “paquera” ou o “flerte”, constitui-se numa espécie de jogo erótico cuja finalidade é preparar os jovens para as relações sexuais que estarão por vir.

Para a integração de sua personalidade e afirmação de uma identidade própria, o jovem precisa realizar uma revisão das vivências infantis e das identificações estabelecidas anteriormente.

É na adolescência que o jovem se questiona e vai respondendo às perguntas: quem sou eu? Qual o meu destino? Essas respostas, no entanto, são elaboradas após um exame longo e minucioso, mais sentido do que pensado, sobre todo o universo e vivências infantis. Dessa forma, a nova identidade resultará de um jogo de diversos fatores que envolverão a família, a sociedade e seus valores predeterminados.

De acordo com Enderle (1988, p.24),

a adolescência constitui-se, em grandes linhas, em um novo surto de independência que o jovem empreende contra a moral coercitiva da família e da sociedade. [...] para estabelecer a identidade própria, conquistar autonomia e viver a sua vida, o jovem precisa, no entanto, romper com esta vigilância adulta e com os quadros do passado.

Para chegar a uma identidade própria, faz-se necessário que o adolescente coloque em questão as construções dos períodos anteriores. Essa atividade, realizada consciente ou inconscientemente, permitirá uma remodelação das estruturas psicológicas defeituosas ou incompletas que vinham se formando na personalidade deste enquanto criança.

A conquista da identidade e o lugar seguro que o jovem ocupará na sociedade, dependem do reconhecimento pelos outros.

Segundo Erikson (1972, p.21),

a formação da identidade emprega um processo de reflexão e observação simultâneas, um processo que ocorre em todos os níveis do funcionamento mental, pelo qual o indivíduo se julga a si próprio à luz daquilo que percebe ser a maneira como os outros o julgam, em comparação com eles próprios e com uma tipologia que é significativa para eles; enquanto que ele julga, julga a maneira como eles o julgam, à luz do modo como se percebe a si próprio em comparação com os demais e com os tipos que se tornaram importantes para ele.

Dessa forma, a construção da identidade é um processo pessoal e social, acontecendo de forma interativa entre o indivíduo e o meio em que está inserido. Assim, o adolescente entrará para a fase adulta, quando conseguir avançar para as mudanças estabelecendo relações dialéticas com o mundo.

Na década de 60 aproximadamente, predomina a idéia de que a adolescência é a idade da contestação social. A sociedade vê o adolescente como contestador das normas, da ordem social e dos padrões tradicionais de comportamento. Segundo Salles (1998, p.72), “plasma-se uma noção de juventude com conteúdo de rebeldia, contestação e utopia que permanece como imagem mítica desses anos”.

Ainda de acordo com Salles (1998), os estudos empreendidos na década de 70 e nos anos 80 e 90, mostram que o adolescente compartilha os valores sociais, aceitando, muitas vezes sem questionar, as normas e as regras sociais, almejando status social, situação financeira estável e a constituição de família pelo casamento.

Hoje, o adolescente tem sido rotulado de alienado, consumista e individualista, porém Nascimento (1999), diz que este conceito sobre os jovens não pode ser generalizado, pois corre-se, freqüentemente, o risco de julgar a atual geração tomando-se como parâmetros as gerações passadas.

De acordo com Nascimento (1999, p.26),

se tomarmos como modelos os comportamentos de gerações anteriores, ficaremos paralisados por atitudes nostálgicas. Cada época tem seus jovens idealistas, militantes, heróicos, assim como jovens perdidos, acomodados, autocentrados, etc. Desacreditar nos adolescentes produz os mesmos efeitos que desacreditar nos políticos: cruzar os braços e dizer “não tem jeito”. É fácil identificar a quem interessam tais desilusões [...].

Assim, os modelos de comportamento e os papéis desempenhados pelos adolescentes de várias gerações, revelam as marcas dos acontecimentos históricos e sociais nos quais estão inseridos.

Atualmente, os pais se encontram confusos quanto às práticas educativas e quanto à imposição de limites e disciplina aos filhos. Os pais se sentem inseguros e hesitam em impor seus padrões, ao mesmo tempo em que os adolescentes sentem-se seguros do próprio comportamento. De um lado, o adolescente convive com as crises e busca de identidade e, de outro, a sociedade se vê em crise de autoridade e confusa quanto aos valores morais que deve adotar, refletindo nos pais e educadores. A liberalização de valores e costumes acaba por interferir na educação dos filhos, a qual se torna menos rigorosa.

Muitas das funções assumidas anteriormente pela família, hoje estão a cargo de outras instituições. A família, segundo Salles (1998, p.76), “está sendo substituída por outras agências socializadoras. Os pais podem, agora, apresentar-se como amigos, companheiros mais velhos dos filhos, tornar-se colegas dos filhos...”.

Há, na maioria das famílias, a falta do conceito de hierarquia, pois o modelo de família, na sociedade atual, é o de igualdade entre os indivíduos. As relações familiares se tornam relações entre pares, igualitárias e sem exigências. A autoridade fez-se anônima, tudo é certo e admissível.

Segundo Salles (1998, p.74),

há hoje um mito, um mito social de juventude que leva os pais a abandonar sua autoridade e disfarçar sua idade – “meus filhos são meus amigos” – identificando idade adulta com abolição da juventude. O jovem torna-se modelo para as diferentes faixas etárias, pois se difunde o culto à aparência, à beleza, à erotização e à necessidade de se conservar a juventude. [...] exalta-se a juventude, fazendo com que os mais velhos desejem ser jovens e as relações de pais e filhos se transformem, com os pais perdendo a autoridade, questionando o que fazem de errado e o adolescente querendo apenas ter direitos.

Os pais apresentam-se como amigos, companheiros mais velhos dos filhos e, sendo relações entre pares, nada pedem, tudo compreendem e perdoam. A cultura hoje é a cultura do evitar conflitos, do suavizar o que é penoso. Os pais substituem o que é certo e o que é errado por relações humanas e a “amizade se torna a nova religião”.

Aos problemas familiares juntam-se o consumo e a cultura de massa, provocando grandes alterações e mudanças nas organizações sociais. O consumo e a cultura de massa passam a oferecer uma gama infinita de opções e proporcionam liberdade de escolha a todos fazendo com que os consumidores escolham seu “estilo de vida”.

Segundo Salles (1998, p.78),

consumo e trabalho são partes do mesmo processo que leva à passividade do indivíduo, de tal forma que este se transforma em espectador, já que lançar mercadorias no mercado significa também desestimular a confiança do consumidor no próprio julgamento e fazê-lo a aceitar o dos outros. Os meios de comunicação nos dizem quem somos, a que gostamos de assistir, o que comprar, em quem votar, quantos vão casar, quantos vão se divorciar, quanto tempo vamos viver.

As informações transmitidas pelos meios de comunicação unificam, padronizam os sujeitos e, os adolescentes, inseridos nesse contexto, absorvem esses valores como corretos e fascinantes.

Surge o grande interesse dos adolescentes pelo culto ao corpo como instrumento de afirmação. Os adolescentes freqüentam as academias de ginástica, malham, correm, pois sabem que qualquer defeito pode ser corrigido para atrair o sexo oposto.

As relações, entre moças e rapazes, se modificaram em função da modernização dos costumes. Essas relações passaram a ser descartáveis. As meninas e os meninos divertem-se em conjunto, aprendem a “ficar”, pois o prolongamento da escolaridade permitiu a maior convivência entre os sexos. O advento da pílula, o uso dos preservativos, a ampliação dos direitos da mulher e a debilitação dos valores religiosos e familiares permitiram ao jovem maior liberdade e reformulação de antigos valores impostos pelas famílias.

Segundo Nascimento (1999), o prazer sexual deixou de ser considerado pecaminoso à medida que, na sociedade urbana e consumista, a religião perdeu a influência e o peso que tivera na determinação dos valores e comportamentos do indivíduo.

Ainda, de acordo com Nascimento (1998, p.130),

a falência dos namoros pode ser atribuída às injunções do sistema mercantilista que prevalece no mundo contemporâneo. O homem-mercadoria se relaciona com os outros homens como se relaciona com os objetos materiais: possuindo-os, usando-os. Essa característica do *homo consumens* é estimulada, permanentemente, pela incessante criação de novas necessidades que reforçam o desejo de ter em detrimento do ser.

A sexualidade, atualmente, está escancarada. Ela surge nas propagandas, nos anúncios e comerciais de televisão, nos outdoors, em revistas, trazendo uma imensa variedade de necessidades como técnicas inovadoras, conselhos de sexólogos, ginásticas estimuladoras, massagens eróticas, aparelhos, sem falar nas propagandas de motéis, perfumes, lingerie e vídeos pornográficos.

De acordo com Zagury (2000), é inegável o poder de atração que a televisão exerce sobre as pessoas e em especial sobre os adolescentes. Em uma entrevista realizada pela pesquisadora, cerca de 61% dos jovens entrevistados gastam o tempo livre em frente à televisão. E, as emissoras de televisão, sabendo disso, não investem em programas educativos e sim seguem a direção dos anunciantes de produtos. Ou seja, o que vende mais é o que será colocado na programação.

Também de acordo com Nascimento (1999, p.157),

parece que todas as barreiras foram quebradas, todas as mordças arrancadas e, se não fosse a AIDS, se transaria com a mesma facilidade com que se toma uma coca-cola. Os anticoncepcionais podem ser adquiridos em qualquer farmácia da esquina, e basta ter dinheiro para se abortar com todo o conforto em consultórios sofisticados.

Segundo a autora, a primeira relação sexual acontece cada vez mais cedo e ainda os homens a têm antes das mulheres, porém ambos os sexos estão desinformados ou mal informados sobre tais questões. O alto índice de gravidez indesejada entre os adolescentes e o aumento de doenças sexualmente transmissíveis são comprovados em pesquisas realizadas ultimamente.

A pesquisa realizada por Zagury (2000), constatou que 35,4% iniciam o relacionamento sexual com quatorze anos ou menos e a proporção vai diminuindo paulatinamente a partir daí. De acordo com a pesquisadora, a iniciação ocorre com um(a) namorado(a) ou amigo(a), tanto para homens quanto para as mulheres.

Quanto mais tradicional é a postura dos pais, maior é a tendência dos filhos a esconder dos mesmos o início de seu relacionamento sexual. De acordo com Zagury (2000, p.186), “mais da metade dos jovens que já mantêm vida sexual ativa, 59,6%, oculta este fato dos pais ou tem consciência de que eles preferem não saber oficialmente. Se acrescentarmos a estes o percentual dos que nem tocam no assunto (20,7%), teremos o altíssimo percentual de 77,6% de jovens cujos pais ignoram ou preferem fingir que ignoram tais temas”.

Apesar do alto nível de informação, os jovens ainda possuem pouco conhecimento sobre as formas de transmissão da AIDS e, comprovando isso, somente 22,7% dos adolescentes utilizam preservativos em todas as vezes que mantêm relações sexuais.

Atualmente os rapazes consideram a virgindade um aspecto irrelevante quando se trata de escolher a esposa, do mesmo modo que aceitam a homossexualidade.



Para os adolescentes, as diversões e os programas de fim de semana, além de serem momentos de trégua aos estudos, são momentos de relacionamento com jovens da mesma idade.

De acordo com Zagury (2000), nas conversas entre os amigos, os assuntos mais comuns são as garotas/garotos, sexo e namoro. A sexualidade é a mais importante descoberta, a mais emocionante aquisição da idade. Os adolescentes trocam confidências para aumentar a confiança em relação ao sexo oposto. Cerca de 56% falam de sexo enquanto 26,4% só tratam de amenidades. Poucos falam de política ou problemas sociais de maneira geral.

Outra grande fonte de conflitos é a escolha profissional. Ao sair da infância, o adolescente vê-se obrigado a assumir o papel de adulto útil à sociedade e por desconhecer, ou possuir informações deturpadas sobre as profissões, faz escolhas erradas. Também o desejo de casar ou obter independência atuam como forças motivadoras para a escolha da carreira.

De acordo com Zagury (2000, p.70), o mais importante para o adolescente em termos profissionais é ter um trabalho que o realize pessoalmente. O jovem de hoje, criado numa sociedade da supervalorização do psicológico, coerentemente, mostra que o mais importante objetivo profissional é a felicidade, a realização como pessoa. O “eu” é prioritário ao “nós”.

Assim, ao analisar-se diferentes aspectos da adolescência e da sexualidade percebe-se que, para tornar-se adulto, o jovem tem um caminho a percorrer e que esta passagem nem sempre é linear e nem suave. Os papéis desempenhados pelos

adolescentes revelam as marcas dos acontecimentos históricos, pois esses estão inseridos num contexto social.

E, com as mudanças na estrutura social da família, a escola passa a ser um forte contexto para o desenvolvimento de uma Educação Sexual que promova no adolescente um senso de auto-responsabilidade e compromisso para com a sua própria sexualidade.

Desta forma, no terceiro capítulo serão discutidos alguns aspectos da Educação Sexual realizada nas escolas, isto é, como se pode compreender a Orientação Sexual realizada nas escolas, tendo por base a sexualidade e o próprio desenvolvimento do adolescente no mundo atual.

### **3 A EDUCAÇÃO SEXUAL E A ESCOLA**

Nos três últimos séculos, levando-se em consideração as transformações históricas ocorridas, há uma enorme explosão discursiva sobre a sexualidade humana. Há uma grande rede de aparelhos criados para se falar sobre sexo, para ouvir, registrar, classificar, valorizando-o como um “segredo”. Os meios de comunicação, as reportagens, debates, entrevistas, artigos e publicações utilizam-se de um vocabulário refinado para expressá-lo definindo as situações, os locutores e os interlocutores. Dentro desse contexto, a escola é apontada como a instituição capaz de solucionar os problemas através da Educação Sexual.

De acordo com Sayão (1997), não se tem conhecimento sobre a data precisa em que a Educação Sexual foi instituída nas escolas como disciplina integrante do currículo, porém alguns estudiosos acreditam que foi na França, a partir da segunda metade do século XVIII, que a Educação Sexual começou a ser objeto de preocupação dos educadores.

Um dos problemas mais sérios era a questão disciplinar, quando esta atingia os “bons costumes”, pois algumas práticas dos adolescentes, como a exibição explícita de certas partes do corpo, a masturbação e o uso de bebidas alcoólicas, desconcertavam os adultos.

Assim, a escola passou a ter como característica principal, um controle e uma Educação Sexual onde o “pecado universal da juventude” – a masturbação – fosse combatida.

A sexualidade dos adolescentes, então, passou a ser um problema público, pois os médicos, higienistas, dirigentes de escolas e professores passaram a dar conselhos às famílias. Os pedagogos criaram projetos e os apresentaram às autoridades, os professores davam conselhos aos alunos e escreviam livros com recomendações médicas e exemplos edificantes. Surgiu, assim, toda uma literatura de preceitos, pareceres, observações, advertências, casos clínicos, esquemas de reformas e de construções de instituições ideais em torno do jovem e de sua sexualidade.

Segundo Cunha (2000, p.453),

para adequar pais, mães, filhos e filhas ao que consideravam pertinente às normas da saúde física, mental e moral, os higienistas combateram em várias frentes. Uma delas foi a escola, mais particularmente os internatos, redutos de famílias mais abastadas. Bastiões da moralidade, essas escolas deviam organizar-se para coibir todas as modalidades de manifestação sexual inadequadas, etiologia da maioria dos males segundo o receituário dos médicos; deviam estabelecer padrões de alimentação, regrar horários de estudo e de atividades físicas, controlar o tempo dos banhos, fiscalizar os dormitórios, separar meninos e meninas, enfim, uma série de medidas higiênicas para produzir o indivíduo saudável, o cidadão decente e honesto, o responsável pelo futuro da nação. As escolas deviam fazer aquilo que a família era incapaz: educar segundo os saberes oriundos da ciência.

Para isso, as escolas deveriam incentivar a prática de exercícios corporais para combater as manifestações sexuais, especialmente a masturbação. Tal hábito, descrito como vício, provocaria o aniquilamento físico, perverteria a moral e reduziria a inteligência.

De acordo com Gondra (2000, p.536),

exaurir fisicamente o corpo e, entorpecer o espírito de aconselhamento moral seriam portanto, estratégias para interditar o corpo dos meninos da prática masturbatória, que, no interior da ordem médico-higiênica, concorria para impedir a constituição de um corpo forte e robusto, uma boa moral e uma sabedoria desejada. No cumprimento desse roteiro estaria o remédio contra o raquitismo e a fraqueza, contra o demônio dos vícios e a ignorância. Segundo os médicos, 'se aqueles que se acham à testa dos estabelecimentos da educação' seguissem cuidadosa e obedientemente esse roteiro estariam desempenhando 'o seu dever, e importante missão que lhes foi confiada, e terão satisfeito os desejos ardentes daqueles que lhes houverem confiado seus filhos'.

Sendo a escola a responsável pela educação dos adolescentes, dava-se ênfase à conduta moral do professor e pouca exigência quanto à sua qualificação profissional. O professor deveria ser um ser "assexuado, respeitável e puro". Na concepção dos dirigentes, a escola destinava-se mais a moralizar e disciplinar do que propriamente instruir.

De acordo com Sayão (1997, p.107), "na medida em que não se podia assegurar a ignorância absoluta, a informação dirigida e repressiva era o 'menor dos males', preservando assim, a criança dos "perigos" da sexualidade".

No final do século XIX, retomam-se as discussões acerca da sexualidade nas escolas, preocupadas agora com as doenças venéreas, a degenerescência da raça e o grande aumento do aborto clandestino. O discurso médico apregoava que, se o sexo não fosse contido poderia, não só ameaçar o indivíduo, mas as gerações futuras com doenças como o raquitismo, esgotamento nervoso, comprometendo a sociedade. Assim, o homem seria o responsável pela saúde do povo.

De acordo com Lima (2001, p.70),

o sexo se enroscava numa rede de discurso científico balizante da teoria da raça pura, saudável. Os especialistas assinalam perigo em toda a parte, com o objetivo de proteger, separar e prevenir. Despertam as atenções, solicitam diagnósticos, elaboram e acumulam relatórios, desenvolvem e organizam terapêuticas, tanto para a prevenção do mal iminente, quanto para sua cura. Irradiam-se discursos em torno dele, incitando-se a falar de sexo, a se confessar. Cria-se toda uma patologia orgânica, funcional e mental em torno das sexualidades indevidas.

No século XX, ocorreram algumas iniciativas favoráveis à Educação Sexual com o objetivo de ensinar os jovens a “transmitirem a vida” dada a relação entre instinto sexual e reprodução humana.

Segundo Sayão (1997), ainda no século XX, os livros e artigos científicos que discursavam sobre sexo pediam “licença” ao leitor por tratar de um tema tão constrangedor e malvisto. Progressivamente, falar de sexo foi deixando de ser condenável desde que possuísse uma organização científica e se relacionasse com os ideais higienistas.

Segundo a mesma autora, em 1920, surgiu na França uma lei proibindo o aborto e a propaganda da utilização dos anticoncepcionais.

Apesar de a França ter sido considerada a precursora nas discussões sobre a sexualidade nas escolas, foi a Suécia que sistematizou e organizou em escolas e instituições, a Educação Sexual propriamente dita. A Suécia realizou em 1770, as primeiras conferências públicas sobre as funções sexuais onde foram pleiteados o livre acesso aos métodos contraceptivos e o direito ao aborto em certas

circunstâncias. Em 1942, o governo da Suécia recomendou a Educação Sexual nas escolas, tornando-a obrigatória em 1956. A França, contudo, somente inseriu a Educação Sexual obrigatória em seus currículos a partir de 1973.

No Brasil, no início do século, a Educação Sexual sofreu a influência das correntes médico-higienistas da Europa que apregoavam o combate à masturbação e às doenças venéreas, bem como o preparo da mulher para exercer o papel de esposa e mãe. Esta educação visava preservar a saúde pública e a moral sadia, procurando assegurar a reprodução da espécie.

Por volta de 1920, alguns segmentos inovadores, dentre eles feministas lideradas por Berta Lutz, tentaram implantar a Educação Sexual tendo como objetivo proteger a infância e a maternidade. No entanto, somente oito anos depois foi aprovado no Congresso Nacional de Educadores a proposta de um programa de Educação Sexual nas escolas para crianças acima de onze anos de idade.

Em 1930, o jornal Diário da Noite, do Rio de Janeiro, realizou uma pesquisa pública obtendo como resposta o apoio à Educação Sexual havendo, contudo, divergências quanto às estratégias de ensino e ao conteúdo programático. No mesmo ano, o Colégio Batista, no Rio de Janeiro, incluiu em seu currículo o ensino da evolução das espécies e da Educação Sexual, sendo o professor Stawarski, responsável pela iniciativa, demitido posteriormente. Esse programa a priori restringia-se à análise da condição feminina na reprodução. Cinco anos depois, a esse programa foi acrescentado o comportamento sexual masculino.

Na década de 50, como a Igreja dominava o sistema educacional, houve severa repressão à Educação Sexual. Mesmo assim foram publicados vários livros para responder às dúvidas dos leitores quanto à sexualidade, embora os leigos só tivessem acesso aos livros médicos. Em 1959, foi publicada no Brasil, a obra de Edith Carnot e Dr. J. Carnot, A serviço do amor – traduzida do francês. Essa obra era reservada às jovens casadoiras e às senhoras casadas.

Na década de 60, nosso país foi marcado por mudanças políticas radicais, levando os militares ao poder e deixando marcas no processo de implantação da Educação Sexual nas escolas oficiais. Surgem os livros publicados pelo padre Charboneau, escritos numa linguagem filosófica e sob a ótica da moral católico-cristã. Esses livros foram adotados por pais e educadores e deixados de lado pelos jovens por sua linguagem pouco acessível.

De 61 a 69 destacam-se em São Paulo, os Ginásios Vocacionais, que levam a Educação Sexual a fazer parte de seus currículos com o objetivo não somente de informar, mas formar conceitos e valores, de modo a conduzir os jovens a ter parâmetros para “escolhas coerentes” com o conceito de homem e sociedade, propostos pela escola.

De 1963 a 1966, várias tentativas foram realizadas para a implantação da Educação Sexual tanto em escolas privadas quanto em escolas públicas. Algumas escolas pioneiras destacaram-se por suas iniciativas como o Grupo Escolar Barão do Rio Branco, em Minas Gerais, que introduziu no currículo o programa de Educação Sexual para alunos do então quarto ano ginasial (oitava série). No Rio de Janeiro,



vários colégios como o Colégio Pedro Alcântara, André Maurois, Infante D. Henrique e Orlando Rouças, introduziram a Educação Sexual em seus currículos.

Foi em São Paulo, de 1954 a 1970, que o Serviço de Saúde Pública do Departamento de Assistência ao Escolar, passou a oferecer aulas de Orientação Sexual às meninas que freqüentavam a quarta série do ensino primário. Além disso, educadores sanitários e professores informavam sobre as modificações da puberdade. Todavia esse programa foi interrompido em função da ideologia moralista defendida pelo golpe militar de 64, ocasionando o fechamento do programa pela Secretaria de Educação.

De acordo com Sayão (1997), as experiências da década de 60 apresentavam intensas mudanças em relação àquelas que apenas abordavam os aspectos biofisiológicos, e tinham como meta a normatização de condutas.

Também o Colégio de Aplicação Fidelino Figueiredo, ligado à Faculdade de Filosofia da USP, desenvolveu trabalhos na área de sexualidade com seus alunos, nos quais sugeriam temas para discussão, debatiam o tabu da virgindade, o amor livre, a utilização dos anticoncepcionais e outros temas de interesse. Os professores e orientadores educacionais eram os responsáveis pelas sessões de grupo e pela integração do conteúdo de Educação Sexual às outras disciplinas e matérias tradicionais.

Foi também em 1968 que a deputada do Rio de Janeiro, Julia Steimbruck, propôs a implantação obrigatória da Educação Sexual em todas as escolas do país, porém a

Comissão Nacional de Moral e Civismo, do Ministério da Educação em 1970, pronunciou-se radicalmente contra esse projeto. Como o país atravessava um período de intensa repressão, vários Colégios e Ginásios Vocacionais e Experimentais foram fechados e muitos trabalhos e pesquisas existentes em relação à Educação Sexual foram interrompidos.

Segundo Sayão (1997), instalou-se no país um clima de moralismo, puritanismo e medo, e as poucas experiências que se mantiveram não eram divulgadas.

Neste mesmo ano, foi editado o Ato Institucional nº 5, marcando um forte poder à censura, afetando todas as instituições e, dentre elas, as educativas.

Na segunda metade da década de 70, entre 1974 e 1975, o comandante da Escola Preparatória de Cadetes do Exército, José Maria de Toledo Camargo, organizou uma série de debates e conferências sobre Orientação Sexual para os alunos do 2º Grau, pertencentes à Escola Militar.

A partir de 1975, surgiu o interesse pela Educação Sexual provavelmente em decorrência do interesse dos jovens pós-68, entretanto a Secretaria de Educação impediu a oficialização nas escolas sob a alegação de que ela era de responsabilidade exclusiva dos pais.

Em 1978, época da abertura política, realizou-se o 1º Congresso Nacional sobre Educação Sexual nas Escolas, em São Paulo, onde os educadores, cerca de 2000, ali reunidos, constataram que seria impossível implantar essa modalidade devido às

precárias condições de trabalho, alterações político-administrativas e falta de pessoal qualificado para viabilizar a Educação Sexual nas escolas.

Sayão (1997), afirma ainda que, em 1979, a Fundação Carlos Chagas coordenou uma pesquisa com adolescentes entre 15 a 17 anos, para avaliar valores relativos à sexualidade. Com o resultado desse trabalho, foram publicados dois livros (BARROSO, C.; BRUSCHINI, C. **Sexo e juventude**. São Paulo: Cortez: 1990 e **Educação Sexual: debate aberto**. São Paulo: Vozes: 1982) sobre sexo, juventude e Educação Sexual.

Na década de 80, houve uma grande divulgação e veiculação de questões ligadas à sexualidade. Enquanto o povo saía às ruas reivindicando as “Diretas Já”, várias revistas eram publicadas com fotos e artigos pornográficos; os cinemas traziam à tona o prazer visual nas cenas de sexo; foram criados os chamados sexshops, enciclopédias e fascículos vendidos em bancas de revistas, programas de televisão e rádio respondiam questões sobre sexo. Também congressos e encontros profissionais foram realizados com a participação de educadores, médicos e cientistas sociais, contribuindo para a implantação da Educação Sexual nas escolas.

Essa década trouxe novos comportamentos, muitos preconceitos foram questionados, tabus foram “derrubados”, e sólidas tradições conservadoras foram abaladas. Foi neste contexto que os educadores intensificaram a demanda por trabalhos na área de Educação Sexual, tendo somente como motivação básica, questões relativas à gravidez indesejada na adolescência, contaminação por doenças sexualmente transmissíveis, dentre elas a AIDS.

A Secretaria Municipal de Educação de São Paulo, em 1989, sob a responsabilidade do professor Paulo Freire, implantou nas escolas de primeiro e segundo graus a Orientação Sexual. Além disso, preocupou-se com a formação dos professores que passavam por um curso inicial e de acompanhamento continuado, em supervisão semanal. A partir dessa experiência, outros estados e redes municipais de ensino criaram a orientação nas escolas e voltaram-se para a produção de materiais e formação de profissionais da educação para o trabalho de Orientação Sexual nas escolas visando à prevenção das doenças sexualmente transmissíveis e a AIDS.

Nos anos 90, os trabalhos se intensificaram ainda mais devido ao crescente aumento da gravidez indesejada na adolescência e ao número de pessoas contaminadas pelo vírus da AIDS.

Em 1995, o Ministério de Educação e Cultura coordenou a elaboração dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's) a serem apreciados pelo Conselho Nacional de Educação. Em 1997, os PCN's são propostos a todas as escolas do país, incluindo como um dos "temas transversais" a Orientação Sexual, a ser abordada pelos professores de 1ª a 4ª série, permeando as demais disciplinas e, a partir da 5ª série, em um espaço específico como preconizam os Parâmetros Curriculares Nacionais. Segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais (MEC, 2000, p.133),

o objetivo do trabalho de Orientação Sexual é contribuir para que os alunos possam desenvolver e exercer sua sexualidade com prazer e responsabilidade. Este tema vincula-se ao exercício da cidadania na medida em que, de um lado, se propõe a trabalhar o respeito por si e pelo outro, e, por outro lado, busca garantir direitos básicos a todos, como a saúde, a informação e o conhecimento, elementos

fundamentais para a formação de cidadãos responsáveis e conscientes de suas capacidades.

Assim, a Educação Sexual escolar emerge oficialmente como Orientação Escolar surgindo no currículo de forma transversal, sendo de responsabilidade de todos os professores, discutida e trabalhada em todas as disciplinas.

### **3.1 ORIENTAÇÃO E EDUCAÇÃO SEXUAL**

Educação e Orientação, apesar de serem terminologias conhecidas e usadas por educadores, estudiosos da área e pesquisadores, são termos muitas vezes confundidos e empregados inadequadamente, como sinônimos.

Durante o trabalho de pesquisa detectou-se a falta de padronização de uma terminologia básica, comum, e de uma posição teórica clara e objetiva quanto ao conceito de Educação Sexual. Além disso, muitas diferenças e incoerências foram encontradas ao se tentar classificar e definir alguns tipos de Educação Sexual.

Ribeiro (1990), afirma que Educação e Orientação são duas expressões de sentido semelhante, mas que, cada uma delas relaciona-se a uma situação específica. A Educação Sexual refere-se aos processos culturais contínuos, que se iniciam desde o nascimento e que de uma forma ou de outra direcionam e impulsionam os indivíduos para diferentes atitudes. Para o autor, a Educação Sexual é dada na família, na escola, no bairro, com os amigos, pela televisão e, por outro lado, Orientação Sexual é uma intervenção institucionalizada, sistematizada, organizada e

localizada, com a participação de profissionais treinados. Portanto, para esse autor, a terminologia Educação Sexual é usada para se referir aos processos informais.

Werebe (1977), utiliza a terminologia Educação Sexual, reconhecendo a supremacia desta. A autora classifica a Educação Sexual em dois tipos: a Educação Sexual informal, processo global, não intencional, que engloba toda ação exercida sobre o indivíduo, no seu dia-a-dia, desde o nascimento, com repercussão direta ou indireta sobre sua vida sexual e, a Educação Sexual formal, deliberada, intencional, institucionalizada, feita dentro ou fora da escola.

Para Felizari (1989, p. 30),

educar sexualmente consiste em propiciar experiências que auxiliem o ser humano a viver e expressar o amor através do sexo, com a aceitação do papel sexual correspondente. A educação sexual significa muito mais do que a instrução a respeito dos fenômenos da reprodução, vistos como princípios biológicos ou fisiológicos, Significa, na verdade, um processo progressivo de orientação e de exemplo, assim como de informação.

Por outro lado Vitiello (1994, p.203), afirma que “educar, embora possa passar por informar, por orientar e por aconselhar, é mais do que a soma dessas partes isoladas [...] significa formar [...] na acepção de que o educador dá ao educando condições e meios para que cresça interiormente”.

Segundo este mesmo autor, Educação Sexual é um termo que está em consonância com as estratégias consideradas fundamentais nesse processo, quais sejam: debate aberto, discussões e educação através da participação em lutas sociais.

Já Kehl (1981), usa o termo Orientação Sexual para referir-se à sexologia como “modelo de Orientação Sexual para adultos”. Para o autor, esse termo é aplicado ao trabalho do orientador e do terapeuta sexual, cujo objetivo primordial é divulgar técnicas que vão dirigir e orientar a sexualidade dos adultos para uma vida sadia e equilibrada.

De acordo com Sayão (1997, p.112), “a educação sexual ocorre, na verdade, desde o nascimento, É predominantemente no território familiar, da intimidade, que são transmitidas à criança, as primeiras noções e valores associados à sexualidade, em geral não explicitamente”.

Dessa forma, considerando-se o grande número de definições e classificações utilizadas, percebe-se a importância da padronização e a elaboração de uma linguagem comum, no que concerne especificamente à terminologia básica e à classificação do processo em si.

A Educação Sexual é um processo ininterrupto pelo qual vamos formando nossa opinião, desfazendo-nos de coisas que foram sendo superadas dentro de nós e que, ao mesmo tempo, transformaram nosso modo de ser, nossas atitudes e nossos pensamentos. É vista como um processo que percorre a vida inteira do indivíduo. Começa muito antes do nascimento, através das expectativas dos pais em relação ao sexo da criança e que, segundo muitos estudiosos, irá influenciar o comportamento sexual do indivíduo. O ser menino ou ser menina é transmitido às crianças desde o nascimento pela educação informal, estabelecendo as características da categoria a qual deverão pertencer.

De acordo com Ribeiro (1996, p.35),

o conceito de família e seu papel dentro da sociedade, as funções paternas e maternas e a adoção de papéis, inclusive sexuais, constituem um aspecto importante da compreensão da sociedade. Os modelos masculinos e femininos fornecem os esboços para o esquema sexual, que possibilitam à criança agir e operar sobre o meio e denotam a sua organização interna. Constroem os conceitos do que é ser homem ou mulher e a adoção de padrões de comportamentos que combinam com um ou outro esquema sexual. Mediante aprovação dos adultos, a criança saberá se esse padrão é apropriado ou não.

Assim, a educação deve começar na família, pois ela se constitui o primeiro grupo social no qual a criança toma contato com o mundo. Além disso, o contato diário da criança com os pais, o comportamento destes, o processo de socialização que se segue, a influência da mídia, dos grupos sociais, dos amigos, da escola, as expressões, os gestos, tudo isso transmite os valores – conservadores ou progressistas – que a criança assimila.

Ribeiro (1996, p.41) afirma que,

o contexto cultural no qual a criança participa e as práticas sociais historicamente constituídas são incorporadas por ela, ativamente. Essa rica experiência acumulada pela humanidade possibilita à criança aprender pela palavra do outro, organizando os próprios processos mentais e suas ações. É por esse processo que se constrói o senso de si mesmo, como indivíduo único que está em constante transformação – o seu projeto identificador – que pressupõe o senso de si mesmo como menino ou como menina, homem ou mulher. O corpo sexuado deixa a sua marca nas ações do indivíduo, naquilo que pensa, sente, diz ou faz.

Por outro lado, Orientação Sexual, como preconizam os Parâmetros Curriculares Nacionais, é um processo formal, sistematizado, planejado e intencional, com o



objetivo de erradicar tabus e preconceitos, esclarecer dúvidas, atitudes e posturas, contribuindo para a vivência da sexualidade de forma responsável e consciente.

De acordo com Souza (1999, p.23),

orientar é dar esclarecimentos intencionais. É intervir. É ajudar a formar valores e opiniões. É passar noções sistematizadas e formais, planejadas. Não é educar. É dar uma direção aos conhecimentos já existentes. É lapidar as idéias adquiridas pelo exemplo, no núcleo familiar ou social.

O trabalho de Orientação Sexual visa propiciar uma visão mais ampla, profunda e diversificada acerca da sexualidade, abordando os inúmeros pontos de vista presentes em nossa sociedade.

Segundo Sayão (1997, p.112),

a orientação sexual é um processo de intervenção planejado, intencional e sistemático, que inclui o esclarecimento das dúvidas, o questionamento das posições estanques e a ressignificação das informações e valores incorporados e vivenciados do decorrer da vida de cada criança ou jovem.

De acordo com os autores elencados anteriormente, a Orientação Sexual não deve acontecer necessariamente no espaço escolar, mas também em ambientes como centros de saúde, comunidades de bairros, clubes, igreja, creches, sindicatos e outros. Por outro lado, há uma corrente dentro da Educação que afirma que as questões da sexualidade devem ficar a cargo da Orientação Educacional, no interior do espaço escolar.

De acordo com Sayão (1997), a Educação Sexual passa a ser, dentro da escola, Orientação Sexual, pois assume características de planejamento estratégico.

Para a autora (1997, p.114),

a orientação na escola deve se dar em âmbito coletivo, não tendo portanto caráter de aconselhamento individual ou psicoterapêutico. Deve também promover informações e discussões acerca das diferentes temáticas considerando a sexualidade em suas dimensões biológica, psíquica e sociocultural, articulando-se, portanto, a um projeto educativo que exerça uma função integradora das experiências vividas pelo aluno e que inclua a sexualidade como algo ligado à vida, à saúde e ao bem-estar de cada criança ou jovem. Para tanto, se faz necessária a adoção de princípios norteadores do trabalho, condizentes com uma educação voltada para a cidadania numa sociedade democrática, priorizando o reconhecimento do aspecto saudável da busca do prazer, o respeito a si próprio e ao outro, bem como o respeito à diversidade de valores, crenças e comportamentos relativos à sexualidade, desde que seja garantida a dignidade do ser humano. Em suma, o objetivo mais amplo da orientação sexual é o de favorecer o exercício prazeroso e responsável da sexualidade dos jovens.

### **3.2 ORIENTAÇÃO SEXUAL E OS PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS**

Ao longo da história, a sexualidade dos adolescentes sempre foi motivo de preocupação. Em quase todas as civilizações, o rito de passagem da infância para a adolescência era o aprendizado entre o mestre e o discípulo. Era um rito de iniciação em que o mestre, detentor dos segredos de sua arte, transmitia ao discípulo seus conhecimentos. A família delegava ao mestre poder que muitas vezes, lhes era devido e, dentre eles, educar sexualmente seus filhos.

Há algumas décadas, a questão da sexualidade era tida como um tabu. Esse assunto era resolvido com uma grande dose de repressão, em que os adolescentes deveriam manter-se no desconhecimento e na ignorância sobre o assunto. Os pais não conversavam com os filhos, os quais tratavam de se informar do modo que conseguiam: lendo livros e revistas que encontravam, conversando com amigos, com irmãos mais velhos... Uma vasta rede de informações, por vezes incorreta e fantasiosa, tentava suprir essa necessidade básica.

Atualmente, o bombardeio de informações, e de toda liberdade vivenciada pelos jovens não são suficientes para alterar a realidade na maioria dos lares: sexo continua sendo um tabu. A geração do “ficar” e do “consumo”, educada por pais que se ressentem de uma criação repressora, ganhou o direito de ter opinião sobre quase todos os assuntos, de decidir seu próprio futuro, fazer suas próprias escolhas. Aos poucos os adolescentes vão se libertando das paredes do lar e ganhando oportunidades de ampliar seus espaços e enxergar o mundo com outros olhos. Vão buscar com os amigos as informações que muitas vezes não encontram em casa, com os pais, pois sentimentos como vergonha, medo, insegurança e até desinformação – afinal os pais de hoje não tiveram abertura para falar sobre sexo – afastam a possibilidade de um diálogo franco entre estes e os adolescentes.

Atualmente, é bastante comum pais sentirem-se pressionados a adotar determinadas posturas com as quais muitas vezes não concordam, por existir muita pressão sobre eles. Esta pressão é exercida pelos próprios filhos, por grupos dentro da própria sociedade e até por alguns programas de televisão, formadores de opinião. Juntos ou isoladamente, exercem forte influência para que os pais ajam de

maneira a se tornarem aquilo que eles acreditam seja o comportamento de um pai ou mãe modernos.

Diante desses inúmeros conflitos, a escola tem sido convocada a enfrentar as questões relativas à sexualidade. Presente em diversos espaços escolares, a sexualidade ultrapassa fronteiras disciplinares e de gênero, permeia as conversas entre os jovens de ambos os sexos e é assunto a ser abordado em sala de aula pelos diferentes especialistas da escola; é tema de capítulos de livros didáticos, bem como de músicas, danças e brincadeiras que animam recreios e festas.

A iniciativa de elaboração dos Parâmetros Curriculares Nacionais procura responder às novas demandas de qualidade do ensino e ao estabelecimento de padrões de desempenho do conjunto da população brasileira que melhor correspondam às exigências de inserção no país, da nova ordem mundial. Guarda referências estreitas com iniciativas semelhantes, tomadas em diversos países europeus e da América Latina com o respaldo das agências internacionais.

Para poder definir quais temas sociais deveriam ser selecionados como transversais, a equipe responsável pela elaboração dos PCN's estabeleceu que o tema teria de atender aos critérios de urgência social, abrangência nacional, possibilidade de ensino e aprendizagem no ensino fundamental, favorecimento da compreensão da realidade e da participação social.

Dessa forma, segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais (2000, p.114), "o trabalho sistematizado de Orientação Sexual dentro da escola articula-se com a

promoção da saúde da criança e dos adolescentes e também possibilita a realização de ações preventivas às doenças sexualmente transmissíveis/AIDS de forma mais eficaz”.

Assim, a Educação Sexual pôde ser incluída, então, por atender todos os critérios acima. O fator mais decisivo foi, sem dúvida, a urgência social, o que é totalmente válido e fundamentado, pois se não fossem os problemas que a vivência da sexualidade trazem para a sociedade, provavelmente este tema não teria sido incluído no currículo escolar.

Por outro lado, Figueiró (1998, p.96-97) afirma que,

a preocupação da escola em fazer a educação sexual porque há necessidade de resolver e controlar os problemas da AIDS e gravidez precoce, possivelmente torna o trabalho árduo, pesado, angustiante e desvirtua as energias que poderiam ser redobradas se se falasse da sexualidade de uma forma alegre e descontraída. Embora se saiba que são as necessidades, que na prática, têm impulsionado o começar a falar sobre a sexualidade, é preciso assegurar que a força propulsora do trabalho seja o reconhecimento do direito.

A mesma autora assegura que, a própria seleção do termo Orientação Sexual, nos PCN's, em vez de Educação, parece estar ligada muito mais a um trabalho diretivo e de “controle”, que a um trabalho formativo, conforme sugere o termo educação.

Por outro lado, Barretto (1998, p.36) assevera que, nessa versão dos Parâmetros Curriculares Nacionais, “a conotação sociopolítica da educação tende a ser substituída pela necessidade de que a escola assuma explicitamente a tarefa de transmitir valores, que devem ser traduzidos em sua nova transposição didática, em

ensinamentos como: Orientação Sexual, Ética, Meio Ambiente, Saúde, Pluralidade Cultural, Trabalho e Consumo”.

De acordo com Altmann (2001), a sexualidade é um tema de interesse público, pois a conduta sexual da população diz respeito à saúde pública, à natalidade, à vitalidade das descendências e da espécie, o que, por sua vez, está relacionada à produção de riquezas, à capacidade de trabalho, ao povoamento e à força de uma sociedade.

A partir do século XVII, formou-se uma aparelhagem para a produção de discursos sobre o sexo, a qual, baseada na técnica da confissão, possibilitou a constituição do sexo como objeto de verdade. A confissão na Idade Média difundiu amplamente seus efeitos, entre outros, na pedagogia – e, através de dispositivos que passaram a produzir discursos verdadeiros sobre o sexo, pôde aparecer algo como a sexualidade, enquanto verdade do sexo e de seus prazeres.

De acordo com Foucault (2003, p.59),

a confissão difundiu amplamente seus efeitos: na justiça, na medicina, na pedagogia, nas relações familiares, nas relações amorosas, na esfera mais cotidiana e nos ritos mais solenes; confessam-se os crimes, os pecados, os pensamentos e os desejos, confessam-se passado e sonhos, confessa-se a infância; confessam-se as próprias doenças e misérias; emprega-se a maior exatidão para dizer o mais difícil de ser dito; confessa-se em público, em particular, aos pais, aos educadores, ao médico, àqueles a quem se ama; fazem-se a si próprios, no prazer e na dor, confissões impossíveis de confiar a outrem, com o que se produzem livros. Confessa-se – ou se é forçado a confessar.

Nesta perspectiva pode-se dizer que a sexualidade sempre foi controlada, pois, analisando-se as diferentes épocas, o homem sempre buscou meios para “organizar” os relacionamentos afetivos e sexuais, ora com explicações pautadas na natureza, ora na afirmação da vontade de Deus, ora nos preceitos médico-higienistas. E, ainda na sociedade contemporânea, estas três formas aparecem – quer separadas, quer interligadas – para justificar ou condenar os relacionamentos sexuais humanos.

As uniões toleradas na Antigüidade, o homossexualismo, por exemplo, apesar de todas as considerações legais naquela época, foram severamente punidas na Idade Média e, com toda desconfiança possível, voltaram a ser discutidas por volta dos anos sessenta.

Santo Agostinho, assim como São Jerônimo, condenava todo e qualquer relacionamento sexual excluindo a possibilidade do prazer. Da mesma forma, este tipo de poder foi indispensável no processo de afirmação do capitalismo, que pôde desenvolver-se à custa da inserção controlada dos corpos no aparelho de produção e por meio do ajustamento da população aos processos econômicos. A sexualidade foi manipulada para atender às necessidades do capital.

Assim, a partir do século XIX, a nova tecnologia do sexo desenvolve-se ao longo de três eixos: o da pedagogia (tendo como objetivo a sexualidade da criança), o da medicina (com a fisiologia sexual própria das mulheres) e o da demografia (com o objetivo da regulação espontânea ou planejada dos nascimentos). O sexo passa a

ser administrado pelo poder e todos os indivíduos são convocados a posicionarem-se em vigilância.

Dessa forma, conforme afirma Louro (1999, p.25),

a escola passa a ser um espaço de controle dos jovens e adolescentes. É uma entre as múltiplas instâncias sociais que exercitam uma pedagogia da sexualidade e do gênero, colocando em ação várias tecnologias de autodisciplinamento e autogoverno exercidas pelos sujeitos sobre si próprios, havendo um investimento continuado e produtivo desses sujeitos na determinação de suas formas de ser ou “jeitos de viver” sua sexualidade e seu gênero.

As várias estratégias de poder encadeadas na escola para exercer controle e para educar os adolescentes, podem ser analisadas a partir do currículo.

De acordo com Silva (1999, p.27), “o currículo estabelece formas de melhor organizar experiências de conhecimento, dirigidas à produção de formas particulares de subjetividade. Ao corporificar determinadas narrativas sobre o indivíduo e a sociedade, o currículo nos constitui como sujeitos”.

Assim, para atingir os objetivos propostos pelos PCN's, a Orientação Sexual deve impregnar toda a área educativa do ensino fundamental e ser tratada por diversas áreas do conhecimento. O trabalho de Orientação Sexual deve ocorrer, portanto, de duas formas: dentro da programação, através de conteúdos transversalizados nas diferentes áreas do currículo, e como extraprogramação, sempre que surgirem questões relacionadas ao tema.



Nos PCN's, a Orientação Sexual é entendida como sendo de caráter informativo, o que está vinculado à visão de sexualidade que perpassa o documento. A sexualidade é entendida como um dado da natureza, como algo “inerente, necessário e fonte de prazer na vida”. Fala-se ainda, em “necessidades básicas”, em “potencialidade erótica do corpo”, em “impulsos de desejos vividos no corpo”, sobre o que os adolescentes e jovens precisam ser informados.

De acordo com Altmann (2001, p. 581),

a sexualidade é vista dessa forma sob o ponto de vista biológico, atrelada às funções hormonais. Quanto à experimentação sexual, à curiosidade e ao desejo, estes são considerados comuns, quando compartilhados. A potencialidade erótica do corpo a partir da puberdade é concebida como centrada na região genital, enquanto que, à infância só é admitido um caráter exploratório pré-genital. Os conteúdos devem favorecer a compreensão de que o ato sexual, bem como as carícias genitais, só tem pertinência quando manifestadas entre jovens e adultos.

Ao estabelecer como bloco de conteúdo o “Corpo: matriz da sexualidade”, os PCN's admitem as manifestações diversificadas da sexualidade, porém não problematiza a categoria sexualidade sob o ponto de vista de sua constituição histórica, da mesma forma que em relação a outras categorias como a homossexualidade e a heterossexualidade.

Enquanto nos anos 30 a discussão sobre Educação Sexual eclodiu na escola num momento em que a sífilis fazia numerosas vítimas, os PCN's (2000, p.147), ao referirem-se ao item “Prevenção às doenças sexualmente transmissíveis/AIDS”, reforçam a idéia de que o trabalho de Orientação Sexual visa desvincular a sexualidade dos tabus e preconceitos afirmando-a como algo ligada ao prazer e à

vida. Porém, defender a sexualidade como algo ligado ao prazer e à vida não diz muito e não é suficiente para desvinculá-la de tabus e preconceitos.

Ainda de acordo com Altmann (2001), soa contraditório e limitado pretender livrar a sexualidade de preconceitos e tabus apenas vinculando-a ao prazer e à vida, justamente numa proposta de prevenção às doenças, o que implica pensar a relação da sexualidade também com a dor, o mal-estar e até mesmo a morte.

No que se refere às relações de gênero, os PCN's destacam que as diferenças entre meninos e meninas são determinadas social e culturalmente, mas em nenhum momento elas são problematizadas. Não há preocupação em demonstrar as relações de poder, exploração e dominação da mulher pelo homem nas diversas sociedades ao longo da história, o tabu da virgindade e a violência contra a mulher. Todavia convoca os professores para intervir didaticamente, propiciando experiências de respeito às diferenças entre meninos e meninas.

Também de acordo com os PCN's, um dos principais objetivos da Orientação Sexual nas escolas é o fomento de atitudes de autocuidado, preparando sujeitos autodisciplinados no que se refere à maneira de viver sua sexualidade, sujeitos que incorporem a mentalidade preventiva e a pratiquem sempre.

Além de outras disciplinas, a Educação Física aparece como um espaço privilegiado para isso, seja devido aos seus conteúdos e dinâmica de aula, seja pela relação que se estabelece entre professor e aluno. Essa disciplina, segundo os PCN's, propicia experiências de aprendizagem peculiar ao mobilizar os aspectos afetivos, sociais,

éticos e de sexualidade de forma intensa e explícita, o que faz com que o professor tenha um conhecimento abrangente de seus alunos. Por meio da interação professor-aluno, as questões da sexualidade poderão ser discutidas para evitar, segundo os PCN's, "as discriminações e o respeito pelo outro".

Da mesma forma, se nos reportarmos à sociedade do século XVIII, perceberemos a mesma preocupação com a sexualidade das crianças como ocorre atualmente nos PCN's. Muitos acreditavam que as crianças se dedicavam ou eram suscetíveis de se dedicarem a uma atividade sexual; e de que tal atividade sexual, sendo indevida, ao mesmo tempo "natural" e "contra a natureza", trazia consigo perigos físicos e morais, coletivos e individuais. Dessa forma, os professores deveriam fazer com que as crianças realizassem atividades físicas, exaurindo fisicamente o corpo, para evitar a prática da masturbação. Os professores deveriam se encarregar continuamente desse germe sexual precioso e arriscado, perigoso e em perigo.

Ao inserir a Orientação Sexual como Tema Transversal temos de pensar que o professor que desempenhará esta função dificilmente estará preparado para executá-la.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (MEC, 2000, p.123), ao propor que o professor "[...] tenha acesso à formação específica para tratar de sexualidade com crianças e jovens, possibilitando a construção de uma postura profissional e consciente [...]", bem como tenha "discernimento para não transmitir seus valores, crenças e opiniões como sendo princípios ou verdades absolutas", enfatiza que o professor adote uma postura ética em relação aos alunos, no que se refere à

Educação Sexual. Entretanto, essa não é uma tarefa fácil, pois implica uma reestruturação dos valores arraigados desde a infância.

Portanto, a condição solicitada é utópica, pois não há condições para que o professor oriente sexualmente seus alunos, pois ele mesmo é sujeito e, conseqüentemente, carrega preconceitos e tabus. Os educadores de hoje foram os jovens de ontem, que sofreram toda espécie de repressão moral, sexual e política e, com certeza, essas deixam marcas profundas em seu modo de pensar e em seus comportamentos.

Além do mais, os professores não estão preparados para orientar sexualmente seus alunos. Muitos se sentem despreparados e inseguros e também desconhecem o papel da Orientação Sexual, pois acreditam que ao informar estariam orientando e educando. Assim fazendo, nada mais são do que transmissores e opressores de comportamento.

Segundo Raiça e Fernandez (1985, p.66),

os professores precisam rever sua postura pois: a) é evidente a insuficiência da qualificação obtida nos cursos de 3º grau. Esses cursos, especialmente as chamadas licenciaturas, não enfatizam a formação do professor-educador, papel atual a ser desempenhado pelos docentes de 1º e 2º graus, e nem conhecimentos corretos lhes propiciam; b) proliferam as licenciaturas curtas, de carga horária reduzida e conseqüentemente redução de conteúdo específico, além de quase ausência de princípios básicos de Psicologia, Filosofia e Sociologia, mínimos indispensáveis ao exercício da profissão; c) não se oportuniza, nestes cursos, a reflexão e a crítica da sociedade e da função do professor inserto neste contexto. Não se questiona, premiando a passividade organizada, o comodismo útil e até a omissão planejada; d) deixa-se para outros setores de economia e para outras áreas do conhecimento a preocupação com o homem e sua interação com o seu meio; e) o professor, destituído de reflexão, torna-se impedido

de assumir seu verdadeiro papel, jamais oportunizando a crítica, considerando esta como ameaça em todas as suas manifestações.

Segundo Schneltzner (2000), as disciplinas de conteúdos específicos constituem grande parte dos currículos de licenciatura e são geralmente embasadas no modelo psicopedagógico da “transmissão-recepção”, reforçando a concepção de que ensinar é muito fácil: basta apenas saber o conteúdo e utilizar algumas técnicas pedagógicas bem treinadas. Os professores, sem ter nenhum conhecimento, tempo e interesse, tornam-se presas fáceis dos livros e textos didáticos.

De acordo ainda com a mesma autora:

é esta característica dissociativa de dois blocos de disciplinas estanques – específicas/científicas de um lado e pedagógicas de outro – que pode ser apontada como uma das responsáveis quer pela ineficiência quer pela ineficácia da formação docente nas licenciaturas. (SCHNELTZLER, 2000, p.17)

Assim, diante dessas dificuldades, é importante que se invista na continuidade do processo formativo do professor, pois segundo Imbernóm (1998), o professor deve ser formado para desenvolver uma cultura profissional, a qual se constrói no coletivo, transcendendo a ação individual. O professor deve refletir continuamente sobre seu trabalho de forma crítica e construtiva, analisar os pontos positivos e negativos do seu dia-a-dia, e utilizar-se da teoria como forma para contextualizar suas ações.

É também importante que os professores contextualizem os temas a serem trabalhados em termos sociais, econômicos e históricos, buscando articular a teoria

e a prática, porque somente assim, tanto professores quanto alunos, poderão ter acesso à construção de conhecimentos científicos.

É indispensável que haja, por parte dos professores, um aprofundamento em nível de informação e reflexão, em nível de entendimento do que é o homem e seu papel social, em nível de entendimento da própria sexualidade humana para poderem orientar sexualmente os alunos. É necessário garantir espaços específicos na formação profissional para tornar esses temas objeto de reflexão e análise, revendo valores e atitudes em relação a eles.

De acordo com Chitolina (2003, p.185),

é um despropósito supor que os temas transversais (ou seriam filosóficos?) possam ser trabalhados por professores com formação científica apenas. A visibilidade científica de um problema não coincide com o horizonte filosófico de sua compreensão. Historicamente, essas questões pertencem ao campo filosófico, e é uma doce ilusão imaginar a solução dos problemas que comportam sem antes se recorrer ao patrocínio da reflexão crítica da filosofia. Assim, da forma como se nos apresenta o fenômeno educacional, temos a impressão de que tudo deve se mover para que nada mude. Pretender que o real seja redutível aos fatos é proclamar a supremacia positivista do conhecimento, que, por sua vez, tem sido objeto da própria investigação filosófica.

Dessa forma, o desenvolvimento de atitudes pessoais coerentes com os princípios éticos, a reflexão filosófica e o domínio de conhecimentos sobre os temas transversais ao currículo, são fundamentais para a função educativa inerente à condição de professor. A maneira como se trabalha essas questões na escola trará repercussões consideráveis na formação dos alunos, tanto na formação de sua

auto-imagem quanto na forma de se ver e de se posicionar no mundo enquanto sujeito.

A escola, de acordo com Enderle (1988), ao propor a Orientação Sexual aos alunos tenta suprimir toda e qualquer manifestação de energia, autonomia e prazer.

Segundo Enderle (1988, p. 46),

o intuito é justamente promover a desqualificação sexual, esvaziando a sexualidade de conteúdos gratificantes, descobrindo-a e substituindo-a por uma intoxicação improfícua de informações sobre a fisiologia do corpo humano, anatomia dos órgãos reprodutores, numa narrativa fria e técnica, onde infalivelmente, são omitidas informações sobre o prazer e a excitação, tema tabu nas abomináveis lições de sexualidade. A escola cumpre juntamente com a sociedade, sua função dessexualizante, visando salvaguardar as instituições.

Também Guirado (1997, p.35) afirma que,

as crianças ou adolescentes, como alunos, reeditam nas relações constituídas na escola, suas fantasias, seus desejos, conflitos, sua história; reeditam a posição que se vêem ocupando vida adentro nas relações entre gerações, gêneros, raças e/ou religiões; há um entrecruzamento fértil, circunstancialmente dado, desses e de outros vetores. Pretender organizar cada um desses planos, direcionando-os para um único norte, ou melhor, pretender organizá-los em atitudes uniformes, conforme as metas de uma educação atitudinal, é, sem dúvida, uma tarefa a que a escola se propõe, como não poderia deixar de ser, para se fortalecer como instituição social. Mas é exatamente nisto que força a barra, que ultrapassa seus limites, anda na contramão de uma ética da relação social, e mesmo da intimidade.

A Orientação Sexual nas escolas deve deixar de ser uma questão meramente técnica para ser uma questão abrangente, uma questão social e histórica, pois não se pode educar de maneira fragmentada, dividida e superficial. Isso, implicitamente, reforça a educação tradicional, sistemática, induzindo o adolescente a ter uma visão

preconceituosa da realidade. Orientar sexualmente implica uma retomada de recursos metodológicos como a história, a psicologia, a filosofia, a antropologia, a moral e a evolução social, permitindo a construção social da sexualidade.

Segundo Vasconcelos (apud NUNES, 1997, p.18),

educação sexual é abrir possibilidades, dar informações sobre os aspectos fisiológicos da sexualidade, mas principalmente informar sobre suas interpretações culturais e suas possibilidades significativas, permitindo uma tomada lúcida de consciência. É dar condições para o desenvolvimento contínuo de uma sensibilidade criativa em seu relacionamento pessoal [...] a procura mesmo da beleza interpessoal, a criação de um erotismo significativo do amor.

Assim, a Orientação Sexual deve estar implicitamente ligada a uma transformação social mais abrangente e, a escola, além de ser espaço de novas significações e vivências, deve ser o espaço onde a crítica sobre a sexualidade estabelecida deve ocorrer constantemente.

E, para alcançar tal objetivo, é imprescindível ressaltar também a importância e as relevantes contribuições da Psicologia para a Educação, tanto no desenvolvimento das práticas educacionais nos cursos de licenciatura quanto fonte de subsídios para a formação do professor. É importante também que o orientador sexual perceba que a Psicologia é uma grande aliada no processo educativo por oportunizar conhecimento sobre a adolescência, uma fase da vida dos jovens marcada por crises e transformações marcantes.

A esse respeito, Ragonesi (apud KARLING, 2000, p.62), argumenta que



a dialética histórica pode evidenciar o homem em seu desenvolvimento de vir a ser e, é nesta práxis que podem se constituir e criar novas formas de objetivação, que preparam e possibilitam novas formas de subjetivação. Para nós, assumir estes pressupostos significa colocar a Psicologia de fato como a ciência do e para o homem e que, por isto, pode reunir as condições necessárias, ainda que não suficientes, para responder à sua realidade concreta, social e historicamente determinada.

Atualmente, inseridos numa sociedade altamente erotizada e consumista, os jovens sentem-se invadidos e expostos a uma grande quantidade de estimulação sexual. A indústria cultural vende um jeito de ser e de se comportar legitimando determinadas identidades e negando outras. A sexualidade é tratada de forma banal e as relações entre os adolescentes se modificaram em função da modernização dos costumes. Essas relações passaram a ser descartáveis, pois o “homem-mercadoria” se relaciona com os outros homens como se relaciona com os objetos materiais.

Conforme afirma Fabiano (1998), a massificação cultural fragmenta a subjetividade humana para nela introjetar uma objetividade ideológica reforçando a estrutura dominante. A sociedade como um todo passa a caracterizar-se como uma sociedade de objetos, de consumo, na qual tudo é descartável, inclusive as relações entre as pessoas.

Há uma proliferação da sexualidade “fabricada” pelo poder, com o objetivo de lucrar economicamente, por intermédio da medicina, da propaganda, da prostituição e da pornografia. Os jovens falam de sexo a todo instante, incentivados por metodologias e práticas pedagógicas que têm por objetivo produzir sujeitos autodisciplinados para evitar as doenças sexualmente transmissíveis conforme preconizam os Parâmetros Curriculares Nacionais. Por outro lado, a primeira relação sexual acontece cada vez

mais cedo e, apesar do nível de informação, os adolescentes ainda possuem pouco conhecimento sobre tais aspectos.

De acordo com os PCN's, a Orientação Sexual deveria se concentrar maciçamente na transmissão de informações científicas para evitar atualmente o avanço da AIDS e da gravidez na adolescência, no entanto, conforme afirma Boruchovitch (2000), atualmente os cursos de Orientação Sexual não têm se mostrado eficazes em ajudar os adolescentes a transformarem a informação científica em comportamentos saudáveis. Isto se deve ao fato de a Educação Sexual ter se concentrado efetivamente na transmissão de informações científicas as quais, de uma maneira geral, o adolescente pode adquirir por intermédio de outras fontes.

Segundo a mesma autora, os adolescentes atuais revelam uma preferência por uma Educação Sexual que envolva discussões em grupo, com pessoas do mesmo sexo e voltada para os aspectos humanos e positivos da sexualidade, ao invés de única e exclusivamente ser centrada na prevenção de conseqüências negativas associadas a ela.

Dessa forma, as mensagens para o desenvolvimento de um conceito mais realista a respeito do risco, por oposição a mensagens que provocam medo, bem como informações precisas de como o comportamento perigoso pode ser mudado, mostram-se bem mais efetivas na redução do comportamento de risco e no compromisso com a mudança. Assim, a sexualidade na escola deve ser tratada e discutida de maneira profundamente próxima, densa de dignidade e humanismo, para ser eficaz e significativa.

De acordo com Adorno (1995, p.150), a educação tem grandes desafios. “Um deles é eliminar a educação para a disciplina, através da dureza que sempre predominou, antigamente de forma explícita, através de castigos físicos e morais, e hoje, de maneira camuflada através de uma repressão psicológica”.

A escola, atualmente, ao propor espaço para debates e discussões sobre a sexualidade, deve priorizar experiências crítico-formativas, possibilitando aos adolescentes desenvolverem suas potencialidades humano-formativas.

A escola precisa realizar um processo auto-reflexivo e repensar sua prática de maneira a formar pessoas emancipadas, capazes de tomarem decisões e utilizarem-se do entendimento sem que outra pessoa a oriente ou dirija.

Orientar sexualmente não se limita apenas a transmitir informações reprodutivas ou preventivas como a escola vem fazendo, mas realizar um trabalho mais amplo, profundo, abordando uma dimensão ética, cultural, filosófica, histórica e política, abrangendo o indivíduo como um todo, isto é, razão e emoção, corpo e espírito.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O presente trabalho teve por objetivo realizar um estudo sobre a sexualidade e a adolescência ao longo da história e efetuar algumas reflexões acerca da Orientação Sexual realizada na escola, diante das transformações e das práticas sexuais contemporâneas, principalmente na adolescência, uma vez que seus efeitos repercutem no espaço escolar.

A relevância de se estudar a sexualidade e a adolescência nos dias atuais não chega a ser um fato novo, porém é um trabalho de pesquisa instigado pela necessidade de entendimento de algumas questões relacionadas ao trabalho desenvolvido junto aos jovens.

A sexualidade faz parte da vida do homem e vem percorrendo caminhos interessantes ao longo de sua história. Houve épocas em que fazer sexo e falar sobre ele não requeria muitas restrições. A partir do século XVII a sexualidade foi encerrada, pois a Igreja e o Estado, através de mecanismos de poder, tentaram controlar as vivências sexuais com o auxílio da ciência. A sexualidade mudou-se para dentro de casa e voltou-se inteiramente para a função de reproduzir. Isto coincidiu com o desenvolvimento do capitalismo que reprimiu o sexo com rigor por este ser incompatível com as relações de trabalho.

Por volta do século XVIII, a preocupação passou a ser com o sexo dos adolescentes, tornando-se um problema público. Toda uma literatura de preceitos, pareceres, observações, advertências, casos clínicos, esquemas, reformas e planos proliferou em torno do adolescente e seu sexo. Neste momento, a sociedade afirma que, seu desenvolvimento econômico e social está ligado à maneira como cada qual utiliza seu sexo e acaba por regular a virtude dos cidadãos, as regras dos casamentos e a organização familiar.

No século XIX, falar sobre sexo era motivo de vergonha e pudor. Os controles sociais se desenvolveram e filtraram a sexualidade dos casais, dos pais e dos adolescentes, tratando de separar, proteger e prevenir. O perigo era visto em toda parte, despertando atenção, cuidados, diagnósticos e tratamentos terapêuticos.

O século XX caracteriza-se por um momento em que os mecanismos de repressão teriam começado a afrouxar, passando das interdições sexuais imperiosas a um controle mais “disfarçado”, em que são impostas normas, regras, valores e “cuidados”. Os indivíduos não são mais obrigados a se “confessar” como na Idade Média para obter a indulgência de seus “pecados”, entretanto, “confessam” por puro prazer nas conversas com os amigos, nos chats via computador.

Atualmente o sexo exacerbou-se em função dos meios de comunicação e os adolescentes ficam expostos a uma grande quantidade de estimulação sexual. A sexualidade é tratada de forma banal, influenciando o comportamento dos jovens que se sentem cada vez mais inseguros e angustiados, pois estão numa fase de grandes transformações físicas, de indefinição de seu papel social e de sua

identidade sexual. Os jovens sofrem pelo corpo perdido, pela perda de sua identidade e dos pais da infância.

Diante de muitas incertezas, os adolescentes tentam imobilizar o tempo na intenção de preservar as conquistas passadas e apaziguar as angústias relacionadas ao futuro. Os adolescentes percebem que seus desejos e idéias não são mais concordantes com os dos pais e, sentindo remorso em assumi-los pelo temor das conseqüências, procuram o grupo de amigos para transferir-lhes essa dependência.

Assim, as questões referentes à sexualidade também são discutidas entre os amigos que adquirem um papel relevante, no entanto, as conversas entre iguais estão longe, muitas vezes, de se constituírem em informações coerentes e corretas. Muitos pais, por tabu ou desinformação, omitem-se e não dialogam com os filhos sobre sexo, relegando às outras instituições a sua função.

E, dentre as inúmeras instituições, a escola é convocada a solucionar os problemas através da Orientação Sexual. Concebida como um tema transversal, atravessa as fronteiras disciplinares e se dissemina por todo o campo pedagógico, não apenas com um caráter informativo como sugerem os Parâmetros Curriculares Nacionais, mas com um efeito de intervir no interior do espaço escolar.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais incitam a escola, por meio de práticas pedagógicas diversas, a construir e mediar a relação do jovem com ele mesmo, de modo a fazer com que esse tome a si próprio como objeto de cuidados, alterando comportamentos.

Fazendo com que os adolescentes falem sobre sexo, tirem dúvidas, questionem, a escola aumenta seu controle sobre os indivíduos, não através de proibições e punições, mas através de mecanismos, metodologias e práticas que visam a produzir sujeitos autodisciplinados no que se refere à maneira de viver sua sexualidade. Percebe-se claramente que, um dos principais objetivos dos PCN's ao implementar a Orientação Sexual nas escolas, é a preparação de sujeitos que incorporem a mentalidade preventiva contra as doenças sexualmente transmissíveis e a gravidez precoce, sem levar em consideração muitos outros aspectos.

Dessa forma, a sexualidade atravessa todos os espaços escolares impondo regras e normas, estabelecendo mudanças no modo de ser dos indivíduos e dando novo sentido e valor à sua conduta, aos seus desejos, prazeres, sentimentos e sonhos.

De acordo com Chauí (apud CHITOLINA, 2003, p.198),

em nossa época, quando observamos o prestígio e o fascínio que o saber científico exerce na vida das pessoas ao pretender explicar ou fazer transparente a realidade, somos obrigados a suspeitar do poder de domínio da ciência. No momento em que cada vez mais pessoas depositam uma confiança cega, acreditam nos procedimentos, nos resultados, nas descobertas e nos avanços científicos, faz-se necessário indagar dos interesses em jogo. No momento em que a ciência deseja ter a última palavra, determinar a vida das pessoas, ela se torna o lugar privilegiado da ação ideológica. A compreensão da realidade cede lugar à explicação; a capacidade crítica é destruída em nome da crença.

A escola, ao orientar sexualmente os alunos, o faz de modo superficial, preso à aparência dos fatos e acontecimentos, não atingindo a profundidade das questões porque não indaga para além daquilo que já foi observado, sentido e verificado. A ação educativa que se instaura no interior da escola pela transversalidade do

conhecimento apresenta-se não como um ideal a ser perseguido, mas como reprodução de um sistema de poder permeando as relações.

A grande maioria dos professores, por sua vez, além de não terem sido preparados para trabalhar questões sobre a sexualidade, não se sentem suficientemente seguros, pois muitos educadores de hoje foram os jovens de ontem, que sofreram toda espécie de repressão, o que deixou marcas profundas em seu modo de pensar e agir. Muitos deles ainda carregam tabus e valores que lhes foram transmitidos e que acabam por influenciar toda a prática pedagógica com julgamentos moralistas e preconceituosos.

Analisando-se, pois, essas questões, percebe-se que escola ao se propor educar sexualmente jovens e adolescentes, deve fazê-lo não somente na forma de questões biológico-reprodutivas, médico-higienistas e preventiva ou ainda como questões de cunho moral, espiritual ou mística. A escola deve contribuir para que os adolescentes possam desenvolver sua sexualidade de maneira responsável, implicando numa retomada de recursos metodológicos como a história, a filosofia, a psicologia, a antropologia e a moral.

A escola, ao orientar sexualmente jovens e adolescentes, deve estar consciente de seu papel enquanto formadora de homens críticos, emancipados, pois segundo Chitolina (2003, p.192),

qualquer sociedade só será emancipadora se a sua ação política se manifesta através de uma educação emancipadora, apta a operar a passagem da consciência reflexa para a consciência reflexiva. Cuidar da educação significa cuidar do homem, de seu ser e existir.



Confirma-se, ainda, a necessidade da formação do professor para que este possa orientar jovens e adolescentes no desenvolvimento de atitudes coerentes com os valores que ele próprio elegeu como seus.

É importantíssimo que o professor, principalmente aquele que se dispõe a ser um orientador sexual ou que trabalhe outros Temas Transversais (Pluralidade Cultural, Ética, Saúde, Meio Ambiente) em sua disciplina, possua uma formação tanto inicial quanto continuada, que possa garantir-lhe subsídios para o desempenho de sua função em consonância com as necessidades de seus alunos e da escola.

O professor deve estar consciente de que as mudanças tecnológicas e científicas ocorrem velozmente, alterando todas as instituições culturais e sociais, os usos e costumes, refletindo de maneira efetiva na vida das pessoas, principalmente dos jovens e adolescentes.

De acordo com Libâneo (2002, p.70), os professores deveriam desenvolver simultaneamente três capacidades:

a primeira, de apropriação teórico-crítica das realidades em questão considerando os contextos concretos da ação docente; a segunda, de apropriação de metodologias de ação, de formas de agir, de procedimentos facilitadores do trabalho docente e de resolução de problemas de sala de aula. O que destaco é a necessidade da reflexão sobre a prática a partir da apropriação de teorias como marco para as melhorias das práticas de ensino, em que o professor é ajudado a compreender o seu próprio pensamento e a refletir de modo crítico sobre sua prática e, também a aprimorar seu modo de agir, seu saber-fazer, internalizando também novos instrumentos de ação. A terceira, é a consideração dos contextos sociais, políticos, institucionais na configuração das práticas escolares.

Portanto, é necessário que o professor não perca de vista o adolescente que tem diante de si para, efetivamente, poder compreender como agem, pensam e sentem. Ao professor cabe despertar nos alunos a consciência de si e do outro e reconhecer como lícito o direito ao prazer, propiciando condições para que estes busquem sua própria felicidade.

Por fim, foi muito gratificante e prazeroso realizar este trabalho, porque veio responder às inquietações e dúvidas levantadas enquanto professora de pré-adolescentes e entusiasta por essa temática. Temos a convicção de que esse tema não se esgotou com este trabalho e espera-se que as reflexões contidas aqui possam ser aprofundadas e discutidas por todos aqueles que se interessam e refletem sobre a adolescência, sua sexualidade e o papel da escola frente aos problemas enfrentados pelos jovens.

## REFERÊNCIAS

ACKERMAN, Nathan W. **Diagnóstico e tratamento das relações familiares**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1986.

ADORNO, T.W. **Educação e emancipação**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

ALTMANN, Helena. Orientação sexual nos Parâmetros Curriculares Nacionais. **Estudos Feministas**, 2001. p.575- 585.

ARIÈS. Philippe. **História social da criança e da família**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

BARRETTO, Elba Siqueira de Sá, **Os currículos do ensino fundamental para as escolas brasileiras**. Campinas: Autores Associados. Fundação Carlos Chagas, 1998.

BORUCHOVITCH, Evely. A sexualidade na adolescência. In: SISTO, Fermino Fernandes; OLIVEIRA, Gislene de Campos; FINI, Lucila Dihel Tolaine (Orgs.). **Leituras de Psicologia para formação de professores**. São Paulo: Vozes, 2000.

BOSSA, N. A. O normal e o patológico na adolescência. In: OLIVEIRA, V. B. de; BOSSA, N. A. (Orgs.). **Avaliação psicopedagógica do adolescente**. Petrópolis: Vozes, 1998. [Cap.9, p.211-285].

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação**. 12.ed. São Paulo: Brasiliense, 1984.

CABRAL, Juçara Teresinha. **A sexualidade no mundo ocidental**. São Paulo: Papyrus, 1995.

CAMPOS, Raimundo. **História geral**. São Paulo: Atual, 1981.

CHAUÍ, Marilena. **Repressão sexual**: essa nossa (des)conhecida. São Paulo: Brasiliense, 1984.

CHITOLINA, Claudinei Luiz. **A criança e a educação filosófica**. Maringá: Dental Press, 2003.

COSTA, Belarmino César Guimarães da. Comunicação mediática no processo de mundialização da cultura. In: ZUIN, Antônio A. Soares (Org.). **A educação danificada**: contribuições à teoria crítica da educação. 2.ed. São Paulo: Vozes, 1998. [Cap.7, p.181-194].

CUNHA, Marcus Vinicius da. A escola contra a família. **500 anos de educação no Brasil**. 2.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p.447-468.

CURTY, Marlene Gonçalves.; CRUZ, Anamaria da Costa.; MENDES, Maria Tereza Reis. **Apresentação de trabalhos acadêmicos, dissertações e teses**: (NBR 14724/2002). Maringá: Dental Press, 2002.

D'ANDREA, Flavio Fortes. **Desenvolvimento da personalidade**. São Paulo: Difel, 1996.

ENDERLE, Carmen. **Psicologia da adolescência**: uma abordagem pluridimensional. Porto Alegre: Artes Médicas, 1988.

ERIKSON. E. H. **Identidade, juventude e crise**. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

FABIANO, Luiz Hermenegildo. Indústria cultural e educação estética: reeducar os sentidos e o gesto histórico. In: ZUIN, Antônio A. Soares (Org.). **A educação danificada**: contribuições à teoria crítica da educação. 2.ed. São Paulo: Vozes, 1998. [Cap.6, p.159-180].

FELIZARI, Gessi Maria Cardoso. **Enfermagem escolar e educação sexual para adolescentes**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1989.

FIGUEIRÓ, M. N. D. O preparo de educadores sexuais. Perspectiva: sexualidade e educação. **Semina**, Ciências Sociais / Humanas, v.17, ano 3, p.89-114, 1998.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade**: a vontade de saber. 15.ed. São Paulo: Graal, 2003.

GONDRA, José G. Medicina, higiene e educação escolar. **500 anos de educação no Brasil**. 2.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p.519-550.

GUIRADO, Marlene. Sexualidade, isto é, intimidade: redefinindo limites e alcances para a escola. In: AQUINO, Julio Groppa. **Sexualidade na escola**: alternativas teóricas e práticas. 3.ed. São Paulo: Summus Editorial, 1997. [Cap.2, p.25-42].

IMBERNÓN, Francisco. **La formación y el desarrollo profesional del profesorado**. Barcelona: Ed. Gras, 1998.

KARLING, Maria Rosa Cucolo. **Formação inicial e continuada de professores de adolescentes**: o que se apropria dos conceitos da Psicologia da Educação? 2001. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Metodista de Piracicaba.

KEHL, Maria Rita. Educação sexual: instrumento de democratização ou de mais repressão. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 36, p.99-110, 1981.

KOLLONTAI, Alexandra. **A nova mulher e a moral sexual**. São Paulo: Global, 1978.

LIBÂNEO, José Carlos. Reflexividade e formação de professores: outra oscilação do pensamento pedagógico brasileiro? In: PIMENTA, Selma Garrido; GHEDIN, Evandro. **Professor reflexivo no Brasil**: gênese e crítica de um conceito. São Paulo: Editora Cortez, 2002. p.70-82.

LIMA, José Alechsandre dos Santos. A sexualidade como um dispositivo histórico de poder. **Unesc em Revista** – Centro Universitário do Espírito Santo. Espírito Santos: Editora Unesc, 2001. p.53-79.

LOURO, Guacira Lopes. O cinema como pedagogia. **500 anos de Educação no Brasil**. 2.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p.423- 446.

LOURO, Guacira Lopes. Pedagogias da sexualidade. In: \_\_\_\_\_ (Org.). **O corpo educado**: pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 1999. p.24-32.

MAGALHÃES, Álvaro. **Dicionário enciclopédico Brasileiro**. São Paulo: Editora Globo, 1980.

MARCONDES FILHO, Ciro. **Televisão**. São Paulo: Scipione, 1994.

MARCUSE, Herbert. Algumas implicações sociais da tecnologia moderna. **Praga – Revista de Estudos Marxistas**, São Paulo: Boitempo, n.1, 1997.

MARX, Karl. **O Capital**. São Paulo: Difel, 1984. [Livro 1, v.1].

MEC. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: pluralidade cultural: orientação sexual. Secretaria de Educação Fundamental. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

MONROE, Paul. **História da educação**. 11.ed. São Paulo: Editora Nacional, 1976.

NASCIMENTO, Angelina Bulcão. **Quem tem medo da geração shopping?** Uma abordagem psicossocial. Salvador: EDUFBA – Universidade Federal da Bahia, 1999.

NUNES, César Aparecido. **Desvendando a sexualidade**. 2.ed. São Paulo: Papirus, 1997.

QUINTELLA, Ary; DIETRICH, Di. **Sexualidade**. São Paulo: Saraiva, 1992.

RAIÇA, Darcy; FERNANDEZ, Senira Anie. **O adolescente e o sexo**. São Paulo: Edicon, 1985.

RIBEIRO, Cláudia. **A fala da criança sobre sexualidade humana**: o dito, o explícito e o oculto. São Paulo: Mercado de Letras, 1996.

RIBEIRO, Paulo Rennes Marçal. **Educação sexual além da informação**. São Paulo: EPU, 1990.

ROCHA, Gabriela L. Haack da. **Adolescência e sexualidade**: algumas reflexões. Disponível em: <<http://geocities.yahoo.com.Br/glhr/sexo1.htm>>. Acesso em: 23 mar. 1994.

SALLES, Leila Maia Ferreira. **Adolescência, escola e cotidiano**: considerações entre o genérico e o particular. São Paulo: UNIMEP, 1998.

SAYÃO, Yara. Orientação sexual na escola: os territórios possíveis e necessários. In: AQUINO, Julio Groppa. **Sexualidade na escola**: alternativas teóricas e práticas. São Paulo: Summus Editorial, 1997. [Cap.8, p.107-117].

SCHNELTZLER, Roseli Pacheco. O professor de Ciências: problemas e tendências de sua formação. In: SCHNELTZLER, R. P.; ARAGÃO, Rosália M. R. de (Orgs.). **Ensino de ciências: fundamentos e abordagens**. Campinas: UNIMEP/CAPES, 2000.

SILVA, Tomaz Tadeu. **O currículo como fetiche**. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

SOUZA, Hália Pauliv. **Orientação sexual: conscientização, necessidade e realidade**. Curitiba: Editora Juruá, 1999.

SOUZA, M. T. C. C. O adolescente e os mecanismos de defesa. In: SISTO, F. F.; OLIVEIRA, G. C.; FINI, L. D. T. (Orgs.). **Leituras de psicologia para formação de professores**. São Paulo: Vozes, 2000. [Cap.2, p.35-43].

TANNAHILL, Reay. **O sexo na história**. Rio de Janeiro: Francisco Alves Editora, 1983.

TOTA, Antonio Pedro. **História Geral**. São Paulo: FTD, 1995.

VITIELLO, Nelson. **Reprodução e sexualidade: um manual para educadores**. São Paulo: CEICH, 1994.

WEINBERG, C. Adolescência e problemas de aprendizagem. In: RUBINSTEIN, E. (Org.). **Psicopedagogia: uma prática, diferentes estilos**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1999. [Parte 1, p.53-64].

WEREBE, Maria José Garcia. **A educação sexual na escola**. Lisboa: Moraes Editores, 1977.

ZAGURY, Tânia. **O adolescente por ele mesmo**. Rio de Janeiro: Ed. Record, 2000.